

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

**Violência contra mulheres nas Universidades: contribuições da  
produção científica para sua superação  
(SciELO e Web of Science 2016 e 2017).**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

**Violência contra mulheres nas Universidades: contribuições  
da produção científica para sua superação  
(SciELO e Web of Science 2016 e 2017).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação / Linha de pesquisa: Educação Escolar: Teorias e Práticas.

**Mestranda:** Daniela Mara Gouvêa Bellini

**Orientadora:** Profa. Dra. Roseli Rodrigues de Mello

Bellini, Daniela Mara Gouvêa

Violência contra mulheres nas Universidades: contribuições da produção científica para sua superação (Scielo e Web of Science 2016 e 2017) / Daniela Mara Gouvêa Bellini. -- 2018.

136 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: Roseli Rodrigues de Mello

Banca examinadora: Anselmo João Calzolari Neto, Vanessa Cristina Giroto

Bibliografia

1. Universidade. 2. Violência contra as mulheres. 3. Prevenção. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

### Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Daniela Mara Gouvea Bellini, realizada em 28/02/2018:

---

Profa. Dra. Roseli Rodrigues de Mello  
UFSCar

---

Prof. Dr. Anselmo João Calzolari Neto  
UFSCar

---

Profa. Dra. Vanessa Cristina Giroto  
UNIFAL - MG

*Um dia, porém, mergulhado em muita dor, decidi viver de novo. Viver se pôs diante de mim como dever, como direito e como gosto também. Viver e amar. Descobri então alguma coisa que é, para mim, hoje, óbvia: quanto mais você amou e você ama, tanto mais você pode amar. Amo de novo. [...]. Amar outra vez não significa nem exige de nós matar as lembranças, afogar as memórias, negar o passado. Amar outra vez, como gesto são e legítimo, requer apenas que não se deixe “insepulto” o bem-amado que partiu. [...]. **Há algo importante também nisso tudo: que eu tenha sido capaz de começar tudo de novo.** (Paulo Freire – Educação na Cidade, p. 102, 2005)*

*Ao meu filho Pedro,  
Que me ensinou, em sua breve passagem, a acreditar no amor!*

## *Agradecimentos*

Este trabalho foi realizado durante dois anos de lutas, alegrias, respeito, amor, força e coragem em continuar a caminhada pela bela estrada da vida. Por isso, agradeço a cada pessoa que de alguma forma se fez presente neste lindo caminho que foi realizar o mestrado. Em especial, agradeço:

À minha mãe Josefa, que caminhou de mãos dadas comigo em todos os momentos da vida, dividindo alegrias e tristezas, do início ao fim, com muito amor e respeito.

Ao meu pai Ricieri, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus irmãos e irmãs que tanto amo Paulo, Paula (*in memoriam*), Alessandro, Tânia e Ana Camila, pela cumplicidade e carinho.

Às minhas amigas e amigos André, Camila, Daiana, Débora, Ernesto, Josiane, Larissa, Lelane, Letícia, Lígia, Marcela, Mariama, Marina Molan, Marina Santos, Mayra, Priscila Cugler, Priscila Galli, Raquel, Rosana e Tiago, pela amizade respeitosa, sincera e cheia de amor e aventuras.

Às minhas companheiras de luta, as Promotoras Legais Populares de São Carlos, por me incentivarem desde o começo dessa jornada.

Em especial, agradeço a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roseli Rodrigues de Mello, por sua amizade e pela orientação dada não só para esta dissertação, mas em diversos momentos e situações da vida.

Ao Prof. Dr. Anselmo João Calzolari Neto e a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Giroto, pela leitura crítica e reflexiva sobre o trabalho, tanto na qualificação quanto na defesa, contribuindo para que tivesse o devido rigor científico.

Ao Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE), pela possibilidade de sempre proporcionar novas aprendizagens permeadas pelo respeito, diálogo e transformação pela ciência.

Às pesquisadoras e pesquisador do NIASE, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiana Marini Braga, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Fernandes Coimbra Marigo, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francisca de Lima Constantino, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Moreira e Prof. Dr. Paulo Eduardo Gomes Bento, por terem acolhido minhas dúvidas de forma carinhosa, respeitosa e sincera.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, que contribuíram no processo de aprendizagem na vida acadêmica.

E por fim, agradeço a CAPES, pelo financiamento concedido para a realização desta pesquisa.

*Muito obrigada!*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: DEFINIÇÕES, CONCEITOS E DADOS.....</b>	<b>17</b>
1.1. PATRIARCADO E MACHISMO.....	17
1.2. GÊNERO E IDENTIDADE DE GÊNERO .....	18
1.3. FEMINISMO E FEMINISMOS.....	20
1.4. FEMINISMO NEGRO E MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS...23	
1.5. O QUE É VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SUAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO.....	25
1.6. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES.....	29
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO DO ESTUDO.....</b>	<b>32</b>
2.1. O CONCEITO DE APRENDIZAGEM DIALÓGICA.....	32
2.2. MODELO DIALÓGICO DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	35
2.3. FEMINISMO DIALÓGICO.....	38
2.4. AS NOVAS MASCULINIDADES ALTERNATIVAS.....	41
<b>3. ESTUDOS SOBRE PREVENÇÃO DIALÓGICA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA UNIVERSIDADE.....</b>	<b>43</b>
3.1. MODELOS DE ATRAÇÃO E ESCOLHAS AFETIVO SEXUAIS.....	43
3.2. ESTUDOS SOBRE PREVENÇÃO DIALÓGICA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA UNIVERSIDADE.....	47
3.2.1. Medidas para avançar na superação de violência contra as mulheres nas universidades.....	51
<b>4. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>55</b>
4.1. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	56
4.2. METODOLOGIA COMUNICATIVA DE ANÁLISE DE DADOS: DIMENSÃO EXCLUDENTE E DIMENSÃO TRANSFORMADORA .....	59

4.2.1. Organização e análise dos dados da pesquisa comunicativa.....	62
<b>5. ANALISANDO ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NAS UNIVERSIDADES: BASE SCIELO E BASE WEB OF SCIENCE.....</b>	<b>65</b>
5.1. OS ARTIGOS NACIONAIS: A discussão da temática na base de dados Scielo.....	65
5.2. OS ARTIGOS INTERNACIONAIS: A discussão da temática na base de dados Web of Science.....	73
5.2.1. A discussão da temática em textos da área de educação na base de dados Web of Science.....	77
<b>6. ASPECTOS EXCLUDENTES E ASPECTOS TRANSFORMADORES DOS ESTUDOS ANALISADOS.....</b>	<b>90</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>104</b>
<b>9. APÊNDICES.....</b>	<b>112</b>

## RESUMO

A violência de gênero está em toda a estrutura social, causando graves danos tanto para a vítima quanto para as pessoas que a rodeiam. Estatísticas e estudos apontam que as mulheres são as principais vítimas. Mais recentemente, pesquisas e denúncias vêm revelando que a violência de gênero se dá também nas universidades e, nelas, as mulheres são alvo frequente; além disso, estudos internacionais já indicam medidas de intervenção e prevenção à violência de gênero nas universidades. Diante da constatada escassez de estudos acadêmicos encontrados em revistas brasileiras, esta pesquisa teve por objetivo evidenciar as contribuições teóricas e empíricas, no âmbito da educação, difundidas em artigos científicos nacionais e internacionais, relacionados à temática da violência de gênero na universidade, com destaque para a violência contra a mulher. Foram buscadas medidas preventivas ou paliativas por eles indicados. Primeiramente, com base na pesquisa bibliográfica, foi realizada uma busca na base de dados Scielo, sem recorte temporal pela baixa produção captada, e na base de dados Web of Science entre os anos 2016 e 2017. Os dados captados foram organizados segundo a área de conhecimento, o público alvo atendido, o tipo de violência sofrida, a metodologia de pesquisa usado nos estudos, o encaminhamento da problemática e o enfoque do artigo (preventivo / paliativo). Posteriormente, as informações coletadas foram submetidas à análise quanto sua dimensão excludente e sua dimensão transformadora, com base na metodologia comunicativa (Gómez et al, 2006), para apontar conhecimentos e caminhos para a transformação do contexto atual nas universidades brasileiras. Os principais dados encontrados foram: os oito artigos da base Scielo são da área da saúde. A metodologia de pesquisa predominante foi a quantitativa; sobre os tipos de violência encontrados foram: física, psicológica, sexual e verbal, sendo a física a mais focalizada. Nas universidades, dentro do enfoque preventivo, estão as propostas de formação específica para sensibilização e conscientização dos (as) estudantes. Os dezoito artigos internacionais analisados na base de dados Web of Science foram todos da área da educação. Cinco eram qualitativos, três quantitativos e quatro eram quantitativos e qualitativos. Há uma disparidade entre a focalização dos tipos de violência, sendo a violência física mais pesquisada na base nacional e a violência sexual o foco das pesquisas na base internacional. Também identificamos que no Brasil não há uma política ou legislações específicas sobre a temática. A partir das análises e da literatura

estudada foi gerada uma lista de recomendações para a prevenção e a superação da violência contra as mulheres nas universidades.

**Palavras-chaves:** mulher, universidade, violência, prevenção, aprendizagem dialógica.

## ABSTRACT

Gender violence is in every social structure, causing serious damage to the victim as well as to the people around. Statistics and studies show that the women are the main victims. More recently, research and reports have revealed that gender violence also happens at universities and, in them, women are the main target; furthermore, international studies already indicate intervention and prevention towards gender violence at universities. Following the reported shortage of academic studies found in Brazilian magazines, this research had as its main purpose to put in evidence the theoretical and empirical contributions, in the education scope, disseminated in national scientific as well as international articles about the gender violence issue in universities, highlighting violence towards women. Preventive measures have been searched or palliative indicated by them. Firstly, based on bibliographic research, a search has been conducted based on Scielo data, temporary cut by the low production recorded, and on the Web of Science data between the years 2016 and 2017. The recorded data was organized according to the area of knowledge, the target public complied with, the kind of violence suffered, the research methodology used in studies, the forward of the problematic and the approach of the article (preventive / palliative). Then, the collected information was submitted to analysis as to its excluding dimension and its transformative dimension, based on communicative methodology (Gomez et al, 2006), to point out knowledge and ways for the transformation of the latest context in the Brazilian universities. The main data found was: eight articles based on Scielo are from the health area. The predominant methodology research was the quantitative; about the kind of violence found were: physical, psychological, sexual and verbal, and physical being the most focused on. In the universities, inside the preventive approach, there are the specific formation proposals for awareness by the students. From the eighteen international articles analyzed on the Web of Science data were all from the education area. Five were qualitative, three quantitative and four quantitative and qualitative. There is a disparity between the focusing on the kind of violence, and physical violence

being the most researched at the national base and the sexual violence the main focus of research at the international base. We have also identified that in Brazil there is no policy or specific legislations about the issue. From the analysis and literature studies a list of recommendations was generated for the prevention and the overcoming of violence against women at universities.

**Key words:** women, university, violence, prevention, dialogic learning.

## INTRODUÇÃO

O texto aqui apresentado refere-se à dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos, para a obtenção do título de mestre em educação. Está inserida na linha de pesquisa Educação Escolar: teorias e práticas. Recebeu financiamento da Capes e é fruto de uma das linhas de trabalho, denominada Prevenção de Violência de Gênero, vinculada ao Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), núcleo de pesquisa ao qual pertencço.

O interesse pelo tema surgiu desde o início da graduação em Pedagogia, no ano de 2009, ao cursar no primeiro ano a disciplina optativa denominada “*Feminismo Dialógico: o papel das mulheres nas mudanças sociais*”. Esta disciplina foi fundamental para que eu adquirisse conhecimentos teóricos relacionados às ações do cotidiano em que estamos inseridos para enfrentamento de machismo e de violência contra a mulher.

Em 2010, ingressei no NIASE<sup>1</sup> como estagiária no Grupo de Ação e Estudos de Gênero e Feminismo Dialógico. Nesta linha, pude participar como bolsista de extensão em um projeto denominado “*Economia Solidária e Aprendizagem Dialógica em Assentamentos Rurais: práticas econômicas, culturais e educativas com organizações produtivas de mulheres*”, que tinha como objetivo geral promover atividades educativas e econômicas, na perspectiva da economia solidária, visando à autonomia feminina, geração de trabalho e renda e o enfrentamento da violência contra a mulher do campo.

Em tal projeto de extensão, junto com outras mulheres estagiárias do NIASE, realizamos um grupo de mulheres no Assentamento Santa Helena, no município de São Carlos. Eram encontros semanais de duas horas, nos quais utilizávamos a Tertúlia Literária Dialógica, para ler e compartilhar reflexões a partir de textos de literatura clássica universal. Criada em 1978, por um educador e um grupo de estudantes da Escola de Educação de Pessoas Adultas de *La Verneda de Sant Martí* em Barcelona, na Espanha, as tertúlias literárias dialógicas são encontros semanais, com horário, dia e local fixo, tendo a duração de uma a duas horas e envolvendo a leitura de textos da

---

<sup>1</sup> O Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa desenvolve pesquisa, ensino e extensão considerando diferentes práticas sociais e educativas. Diante dos desafios da Nova Modernidade (Sociedade da Informação, multiculturalismo, reflexividade e novas exclusões), o NIASE busca identificar fatores transformadores e excludentes que ocorrem em diferentes espaços (investigação) e coopera com os grupos que produzem as práticas, para potencializar aspectos transformadores e transformar os excludentes (extensão). Informação retirada do site: [www.niase.ufscar.br](http://www.niase.ufscar.br).

literatura clássica universal, compartilhados entre as participantes por meio de diálogo igualitário (FLECHA, 1997).

O contato com a Tertúlia Literária Dialógica contribuiu para meu aprofundamento no que é a base teórica de todo o trabalho do NIASE, a aprendizagem dialógica, que é um conceito elaborado por Ramón Flecha, junto ao *Community Of Researchers On Excellence For All* (CREA), da Universidade de Barcelona, na Espanha. Tratarei deste conceito na seção dois da dissertação.

Diante dos conhecimentos e das vivências adquiridas, em 2011, tive a oportunidade de trabalhar na Divisão de Políticas para as Mulheres de São Carlos, no projeto “Tecendo a rede e construindo a cidadania das mulheres são-carlenses”, com o objetivo de estruturar a rede de serviços e programas de atenção às mulheres em situação de violência e risco de morte no município de São Carlos-SP.

Ao trabalhar neste projeto por dois anos e vivenciar diretamente os atendimentos das mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social, entrei em um cansaço existencial, conceito de Paulo Freire (1992), que descreve o processo de perda de esperança quando a ação no mundo, para superar algum desafio, falha repetidamente. Adoecei fisicamente, mentalmente e emocionalmente, o que me fez perder a esperança no mundo. Não era fácil voltar para a casa e dormir tranquila sabendo que mulheres e crianças corriam risco de morte e que o outro dia poderia não acontecer para as mulheres que buscavam o serviço de atendimento no qual eu atuava.

Porém, o trabalho realizado na Divisão de Políticas para as Mulheres conectou-me ao projeto “Promotoras Legais Populares de São Carlos”, que atualmente é um coletivo de mulheres do qual ainda faço parte, e que tem como objetivo formar outras mulheres para enfrentar as desigualdades de gênero e a violência doméstica e familiar, além de fortalecer o diálogo entre a sociedade civil e o poder público para o cumprimento integral da lei nº 11.340/06, a popularmente conhecida Lei Maria da Penha, que regulamenta medidas protetivas e punitivas para violências cometidas contra mulheres.

Após os dois anos de atuação na Divisão de Políticas para as Mulheres, a coordenadora geral do NIASE vendo o meu entristecimento diante da situação das mulheres que passavam pelo atendimento, propôs um trabalho que era voltado à perspectiva preventiva da violência contra as mulheres. Esta proposta era para trabalhar em algo que interferisse diretamente na raiz do problema da violência de gênero. Foi

quando conheci o modelo dialógico de prevenção e resolução de conflitos. Tratarei deste modelo nas seções três e quatro da dissertação.

Em linhas gerais, como afirmam Oliver e Valls (2004), o pensamento feminista tem analisado a violência contra as mulheres como fruto da estrutura patriarcal da sociedade, que inclui família, relações sociais, ideologia e política. A partir do momento em que a violência contra mulheres tornou-se um problema público, social e político, diversos recursos estão sendo construídos e disponibilizados a elas, como: a assistência social, saúde, campanhas de sensibilização, internet e planejamentos contra a violência doméstica. No modelo dialógico, combater a violência contra mulheres não se trata apenas de punir os agressores e agir de modo curativo, mas trata-se de ir à raiz do problema e propor algo que realmente resolva o problema.

Assim, já envolvida com o trabalho preventivo, entre 2012 e 2015, participei como colaboradora na pesquisa “Feminismo Dialógico e Relações de Gênero”, financiada pela Secretaria de Políticas para Mulheres – Gabinete da Presidência da República – Governo Federal do Brasil e desenvolvida pelo NIASE/UFSCar. Esta pesquisa foi voltada ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária, envolvendo ações junto a estudantes de graduação e pós-graduação da UFSCar, ações junto a grupos de mulheres populares da cidade de São Carlos, e pesquisa dos resultados advindos de tais processos.

Durante esta pesquisa e a participação ativa no coletivo de Promotoras Legais Populares, pude perceber a importância de se trabalhar no âmbito acadêmico a questão da violência contra as mulheres. O coletivo de mulheres Promotoras Legais Populares era frequentemente composto, em sua maioria, por mulheres não acadêmicas, mas a partir de 2015 o perfil mudou: quase a totalidade do grupo passou a ser composta por estudantes universitárias. Ao mesmo tempo, a oferta da disciplina “Feminismo Dialógico” que teve continuidade ao longo dos anos e foi um dos focos da pesquisa financiada pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Gabinete da Presidência da República, trouxe-me elementos para compreender que a violência contra as mulheres também ocorre nas universidades e constatar que as universidades brasileiras não a reconheciam, e, por consequência, não lidavam com tal tema, nem de maneira preventiva, nem de maneira paliativa. Assim, surgiu o tema do projeto de pesquisa que eu me proporia a desenvolver no mestrado e que agora compõe essa dissertação.

Ingressante no curso de mestrado no ano de 2015, logo verifiquei que havia pouco material sobre a violência contra mulheres nas produções acadêmicas

relacionadas ao âmbito universitário, englobando tanto estudantes quanto os (as) profissionais que trabalham neste tema. Justo naquele ano, o Instituto Avon lançou uma pesquisa que trouxe dados sobre a violência contra mulheres nas universidades, e a partir daquele momento o debate e as denúncias tornaram-se mais visíveis nas universidades brasileiras - vide casos denunciados na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nos anos de 2015-2016, bem como vídeos de denúncia publicados por vítimas de violência e coletivos de reação em universidades brasileiras, como é o caso dos vídeos abaixo relacionados e acessíveis em redes sociais (youtube)

1. Alunos e professores afirmam que a Universidade de São Paulo ainda não superou o Machismo, o Assédio Sexual e a Violência de Gênero, mesmo após ser alvo de Comissão Parlamentar de Inquérito pela Assembleia Legislativa de São Paulo, em 2014. Duração: 4:09 minutos. Acessado em 30 de novembro de 2017.

<https://www.youtube.com/watch?v=Ahnn5MpWgac>

2. Vídeo referente ao trabalho feito para a Diretoria da Escola Politécnica da USP com a participação das Politécnicas (R)Existem, USP Mulheres e ONU Mulheres, sobre a violência contra as mulheres na Universidade de São Paulo. O vídeo traz o diretor da Escola Politécnica da USP repudiando qualquer ato de violência, a professora Eva A. Blay indicando a importância de se acabar com a cultura do estupro e desqualificação das mulheres, e estudantes mulheres denunciando vários casos de assédio e de abuso sexual naquela universidade. Duração: 13:56 minutos. Acessado em 30 de novembro de 2017.

[https://www.youtube.com/watch?v=XAxULTkrdbU :](https://www.youtube.com/watch?v=XAxULTkrdbU)

3. Vídeo com uma estudante universitária negra explicando o que é assédio, assédio moral e assédio sexual nas universidades e faculdades, além da crítica à naturalização da violência no âmbito universitário. Duração: 11:24 minutos. Acessado em 30 de novembro de 2017.

[https://www.youtube.com/watch?v=RSR1F7J\\_QhA](https://www.youtube.com/watch?v=RSR1F7J_QhA)

4. Vídeo produzido para o curso *Tramas & Redes: feminismos pelo fim da violência contra as mulheres*, realizado pelos coletivos Ocupa Madalena e

Grupo Transas do Corpo, com apoio do Fundo Elas e Instituto Avon. O vídeo é uma campanha contra os assédios nas universidades e traz uma reflexão sobre os assédios morais e sexuais enfrentados pelas alunas nas universidades. O registro da campanha visa à informação, apoio às vítimas e incentivo à denúncia de casos. Duração: 5:00 minutos. Acessado em 30 de novembro de 2017

<https://www.youtube.com/watch?v=E2CIq3gu3aI>

5. Vídeo realizado pelo coletivo *Flores de Frida* é sobre assédio nas universidades, e traz estudantes mulheres em silêncio levantando placas com frases de efeito e ao final enfatizam que precisam falar sobre a temática. Duração: 1:34 minutos. Acessado em 30 de novembro de 2017

<https://www.youtube.com/watch?v=5MX0pRAavTM>

Assim, considerando a recente visibilidade e produção de estudos do tema no contexto brasileiro, a presente pesquisa tem relevância social, ao dedicar-se a assunto polêmico, que coloca as vítimas em sofrimento e que recebe pouca resposta efetiva por parte das instituições. Quanto à produção acadêmica sobre o tema, em bases de dados brasileiras, como a base Scielo, constatou-se, conforme abordaremos nas seções sobre a metodologia de pesquisa e de dados, a existência de pouquíssimo material, enquanto em bases internacionais, como a Web of Science, verificou-se uma produção bastante extensa.

Em vista do exposto, a questão que emergiu para orientar a presente pesquisa foi: Há produção acadêmica nacional e estrangeira, bem como ações desenvolvidas em universidades que ofereçam elementos balizadores para se estenderem medidas preventivas, punitivas e paliativas de enfrentamento à violência contra as mulheres nas universidades brasileiras?

Em decorrência da questão, o objetivo do estudo foi evidenciar as contribuições teóricas e empíricas, no âmbito da educação, difundidas em artigos científicos nacionais e internacionais, relacionados à temática da violência de gênero na universidade, com destaque para a violência contra a mulher, buscando as medidas preventivas ou paliativas por eles indicados.

Metodologicamente, para alcançar tal objetivo, trabalhamos<sup>2</sup> com artigos sobre violência de gênero nas universidades captados nas bases Scielo e Web of Science, porém deles destacando os dados e análises que focalizam as mulheres, contempladas todas as suas diversidades de gênero e sexualidade. Da análise dos artigos e de alguns programas desenvolvidos por universidades estrangeiras, citados nos artigos, o foco de análise dos dados foi dado às teorias e medidas apresentadas e que podem contribuir para ações de superação de violência contra as mulheres nas universidades.

Para além desta Introdução, a dissertação está composta por mais seis seções. Na primeira seção, trato da violência contra a mulher como uma problemática mundial, estudada na perspectiva do feminismo, dos estudos de gênero e da interseccionalidade gênero-raça, partindo dos tipos de violência contra a mulher, descritos internacionalmente e nacionalmente pelos organismos dos direitos humanos e direitos do cidadão.

Na segunda seção, dedico-me ao referencial teórico e metodológico do estudo: ao conceito de aprendizagem dialógica, ao feminismo dialógico, às novas masculinidades e ao modelo dialógico de prevenção de conflitos. A terceira seção focaliza os conhecimentos e conceitos da abordagem comunicativa sobre a prevenção e a superação de violência contra a mulher, incluindo a violência em ambiente universitário.

Na quarta seção, apresento a descrição dos passos metodológicos utilizados para captação, organização e análise dos artigos coletados na base Scielo e na base internacional Web of Science. Na quinta seção, são apresentados e analisados os dados, sob a perspectiva de pesquisa bibliográfica. Na sexta seção, concluindo o estudo, indico os limites e aspectos transformadores dos estudos analisados, no sentido de indicar caminhos para a superação de violência contra as mulheres nas universidades brasileiras; a análise é realizada sob a perspectiva da Metodologia Comunicativa, ou seja, ao identificar elementos excludentes e elementos transformadores já existentes na realidade, a intenção é transformar a realidade desigual, no caso, a realidade de violência contra mulheres nas universidades brasileiras. Por fim, nas conclusões, faço a retomada geral do estudo e de suas principais conclusões.

---

<sup>2</sup> A primeira pessoa do singular é utilizada quando me refiro à experiência pessoal e a primeira pessoa do plural é utilizada quando me refiro à construção conjunta de conhecimento com a orientadora e colegas do grupo de pesquisa.

## 1. VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: DADOS, DEFINIÇÕES E CONCEITOS

O relatório de 2013, produzido pela *World Health Organization* (Organização Mundial de Saúde), trata a violência contra as mulheres como um problema mundial de saúde com proporções epidêmicas. Este mesmo relatório diz que o termo violência contra a mulher abrange muitas formas de violência, incluindo a violência por um parceiro íntimo e outras formas de violência cometida por alguém que não seja um parceiro, bem como mutilação genital feminina, crimes de honra, doenças sexualmente transmissíveis e o tráfico de mulheres.

Quanto ao Brasil, segundo dados oficiais, “a violência ainda atinge dois milhões de mulheres por ano. Uma brasileira a cada 15 segundos sofre com o terror doméstico” (BRASIL, 2010, p.7). O Mapa da Violência, publicado em 2015, indica que entre oitenta e três países, o Brasil é o quinto colocado no ranking de países que mais matam mulheres. Os dados ainda indicam o perfil das vítimas de feminicídio: são meninas e mulheres negras, prevalência entre 18 e 30 anos, e a agressão, na maioria das vezes, é cometida por pessoas conhecidas da vítima (pai, irmão, parceiros e ex-parceiros íntimos). Com dados mais recentes e também alarmantes sobre a violência contra mulheres, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou, em março de 2017, um relatório sobre a vitimização das mulheres no Brasil: 503 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora em 2016, totalizando 4,4 milhões no ano, aproximadamente 60% destas mulheres são negras (pretas e pardas).

Para aprofundar um pouco mais a compreensão da temática sobre a violência contra as mulheres, a seguir, tratamos brevemente de alguns conceitos fundamentais, para então voltar ao tema da violência contra mulheres e finalizar com a violência contra mulheres nas universidades.

### 1.1. PATRIARCADO E MACHISMO

Quando falamos do termo patriarcado, precisamos explicar o que significa. Narvaz e Koller (2006) explicam que o termo patriarcado vem originalmente da palavra família, em latim “*famulus*” que significa escravo doméstico, e na qual quem tinha o poder das relações era o homem, o “*pater familiae*”; este tinha poder sobre a mulher, filhos e escravos, podendo decidir sobre o direito de vida e morte destas pessoas. O modelo de família romana, o homem no poder e mulheres como coadjuvantes, moldou a sociedade para os dias atuais. Narvaz e Koller (2006) destacam que o patriarcado não define o

poder do pai, mas sim dos homens, ou seja, o patriarcado é considerado como uma forma de organização social em que as mulheres são submissas e subordinadas aos homens, e os jovens, por hierarquia, subordinados aos homens mais velhos.

Carole Pateman (1988, *apud* Aguiar 2000) afirma que o patriarcado é um sistema de poder semelhante ao escravismo. Para Aguiar (2000) este sistema afetou diretamente a sociedade e as legislações brasileiras, na perspectiva em que as mulheres são obrigadas a manter relações sexuais com os maridos mesmo contra a vontade para satisfazê-los, e submetidas à violência contra as mulheres em defesa da honra masculina. Portanto, o patriarcado privilegia os homens e, em contrapartida, submete mulheres à servidão e subordinação.

Entretanto, não podemos esquecer que o patriarcado se mantém até os dias atuais é porque vivemos ainda em uma sociedade machista. Para Drumont (1980, p.81), o machismo é “um sistema de representações simbólicas, que mitifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher”. A autora argumenta que desde crianças somos submetidas a uma socialização independente de nossa vontade e que forma nossa consciência, por exemplo, sobre os meninos serem superiores às meninas, só pelo fato de serem machos. Ao sermos criadas e criados em uma sociedade machista, estamos submetidas e submetidos a ações machistas, porém, por ser algo social, isso pode ser mudado.

## 1.2. GÊNERO E IDENTIDADE DE GÊNERO

O conceito de gênero é central no debate sobre a violência contra as mulheres, sendo, em vários momentos, quase sinônimo de tal expressão. Segundo Oliver e Valls (2004), por exemplo, a violência de gênero é a maior causadora de morte entre as mulheres antes dos quarenta e cinco anos no mundo.

Assim, é preciso entender o conceito de gênero, que não se refere apenas às mulheres, mas geralmente diz respeito a elas, uma vez que trata das relações sociais desiguais geradas socialmente entre homens e mulheres.

Joan Scott (1989), historiadora norte-americana, afirma que "com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens." (, p.75). Então, para esta autora, gênero é uma categoria de análise que remete, na sociedade, ações que definem o que fazem os homens e o que fazem as mulheres.

Ainda, explicando de forma mais clara, Scott diz que o gênero pode ser definido em duas partes: "(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1989, p. 86).

Saffioti (1999), uma das maiores teóricas feministas do Brasil, traz a discussão de que cada feminista trata o conceito de gênero enfatizando o próprio campo de trabalho. Então, para ela, gênero não seria apenas uma categoria de análise, como trabalhado por Scott, tampouco uma categoria histórica como citado por outra feminista, Lauretis, em 1987. Saffioti se apropria do conceito de gênero como um regulador de relações homem-mulher, homem-homem e mulher-mulher. Ela ainda afirma que o conceito não explicita por si as desigualdades entre homens e mulheres.

Gayle Rubin (1993), uma antropóloga norte-americana, traz uma contribuição diferente ao apresentar uma definição denominada *sistema de sexo/gênero*, ou seja, para ela, gênero é um produto da atividade humana histórica; em suas próprias palavras: “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.” (RUBIN, G. p.2, 1993)

Complexificando o debate, a socióloga Raewyn Connell (2015), que é referência nos estudos voltados às masculinidades, argumenta que a sociedade traça formas para lidar com processos reprodutivos e a diferença entre os corpos, e que o gênero não é uma simples diferença cultural entre homens e mulheres. Para a autora, o corpo não pode ser deixado de lado, pois é um campo no qual se traz o processo reprodutivo para as relações sociais.

Entre sexualidade, papéis sociais e culturais, o debate sobre gênero foi ampliado por Judith Butler (2003), filósofa norte americana, que, baseando-se em Derrida e Sausurre, ataca a dualidade sexo/gênero ao argumentar, que o sexo não é algo biológico, mas também é cultural e discursivo como o gênero. Diante disso, ela fundamenta a Teoria Queer ao trazer a biologia para o campo social.

O percurso do debate sobre gênero possibilitou chegar-se mais recentemente aos conceitos de identidade de gênero e identidade sexual, permitindo trazer o universo da discussão sobre o ser mulher e a violência contra mulher também para as lésbicas, transexuais e transgêneros.

A cartilha da Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (2017), traz algumas definições úteis, como: homossexuais (gays e lésbicas), que

são pessoas que se atraem afetivamente e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero; bissexuais, que são pessoas que se sentem atraídas por ambos os sexos/gêneros; transgênero, que é a definição de pessoas que transitam entre os gêneros, ou seja, a pessoa reivindica para si a existência de outra pessoa no lugar da qual foi criada, por exemplo, nasce mulher, é criada como mulher, não se identifica como mulher e reivindica ser homem, neste caso é um homem trans. Aprofundando a compreensão, a autora Rodvalho (2017), explica que cisgênero é o oposto de transgênero, ou seja, são pessoas que estão alinhadas ao seu sexo biológico, por exemplo, se uma pessoa nasce mulher, é criada e se identifica com a criação, e lida socialmente como mulher.

Feitas tais definições, é importante afirmar que quando dizemos “mulheres”, entendemos que existem mulheres em sua diversidade sexual: lésbicas, bissexuais, mulheres trans, mulheres cis. Assim, entendemos que a violência de gênero envolve estas diferentes mulheres e é um meio para legitimar o machismo e mostrar que os homens estão no poder das relações; também é um dos maiores problemas sociais da atualidade.

O conceito de gênero por nós adotado neste trabalho, parte de algo muito maior que as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, são as interações e relações biológicas e sociológicas que estão presentes objetiva e subjetivamente no sujeito. Ou seja, sujeito e sistema estão intimamente ligados, pois, na perspectiva dialógica por nós adotada, não somos determinados pelos sistemas, mas tampouco somos livres diante deles; em ação conjunta, como agência humana, como pessoas podemos nos articular e criar e transformar a sociedade. (AUBERT et al, 2009)

Por fim, entendemos que as considerações aqui explicitadas sobre o conceito de gênero são necessárias para o aprofundamento teórico nas questões que serão abordadas no seguimento dessa pesquisa.

### 1.3. FEMINISMO E OS FEMINISMOS

Na luta de enfrentamento das diferentes violências contra as mulheres, apresenta-se o feminismo como movimento social e político que luta pelos direitos das mulheres, buscando o empoderamento<sup>1</sup> feminino e combatendo as formas de discriminação e

---

<sup>1</sup> Nesta dissertação a palavra empoderamento é baseada na concepção de Paulo Freire (1992), a qual é a instrumentalização de grupos oprimidos para terem autonomia e condições de guiar a própria vida, realizando por si transformações.

violência exercidas sobre as mulheres propondo uma transformação política, social, econômica e ideológica da sociedade. Teles (1993) explica que o feminismo tem um significado amplo, para além de social e político, sendo um movimento com caráter humanista, ao buscar a libertação dos homens e das mulheres.

Puigvert (2001) indica que o feminismo é considerado um dos movimentos sociais mais impactantes do século XX, sendo que através das reivindicações das mulheres fomos conseguindo espaços que antes não eram acessados pelas mulheres pelos motivos já explicitados na seção anterior.

No século XX, surge um movimento feminista que foi considerado a primeira onda do Feminismo. Segundo Puigvert (2001), as mulheres se empenharam em lutar pela possibilidade de criar uma base de igualdade para as mulheres, reivindicando educação, direitos iguais e o sufrágio feminino. Assim, na Modernidade Tradicional, as mulheres acadêmicas se apropriaram da luta de todas as mulheres, que até o momento estavam silenciadas. Esta onda, conhecida como Feminismo da Igualdade, surge com uma visão homogeneizadora, em que as mulheres brancas, acadêmicas e de classe média pensavam e respondiam pelas outras mulheres.

A autora Pinto (2010) indica que, no Brasil, a primeira onda feminista também surgiu com a reivindicação do voto pelas sufragistas, lideradas pela importante cientista e bióloga Bertha Lutz, em 1910. A autora chama a atenção para o movimento de mulheres com ideologia anarquista, como as operárias da “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”. Ela também indica que tanto no Brasil como nos Estados Unidos essa onda perdeu força na década de 1930 e retornou com importância na década de 1960.

Faria (1998) nos mostra que, mundialmente, o movimento feminista, na década de 1960, lutou fortemente para que as mulheres saíssem da vida privada e entrassem na vida pública, reivindicando direitos e contestando as concepções da sociedade capitalista machista. A partir disto, as mulheres conseguiram conquistar espaços no mercado de trabalho e em outras esferas que antes lhes eram proibidos; porém dos afazeres domésticos e de outras funções consideradas femininas não se desvencilharam, fazendo com que elas assumissem dupla, tripla e mais jornadas durante o dia.

As autoras Gonçalves e Pinto (2011) argumentam que ao final dos anos de 1960 tem início a chamada segunda onda do feminismo, período dos movimentos de contracultura, surgindo uma teorização sobre a opressão exercida sobre as mulheres. Puigvert (2001) destaca que esta segunda onda é caracterizada pelo Feminismo da

Diferença, ressaltando a diferença entre os dois gêneros, em que o central é a diferença física, biológica, cognitiva, entre outras, portanto, seria, sob tal perspectiva, impossível haver igualdade entre mulheres e homens. Este feminismo é permeado pela teoria pós-moderna que defende o fracasso das instituições e dos princípios da modernidade, além da morte dos sujeitos, impossibilitando a transformação das desigualdades por meio da agência humana.

Sobre a perspectiva do feminismo da diferença, Pinto (2010) explica que, naquela época, nos Estados Unidos, surgia fortemente o movimento hippie, propondo uma nova forma de vida, contrariando os valores morais e o alto consumismo, pregando o famoso lema “paz e amor”. Na Europa, se vivia a explosão musical dos The Beatles e The Rolling Stones, e o feminismo surge com força pela primeira vez questionando diretamente as relações de poder entre homens e mulheres.

No Brasil, segundo Pinto (2010), passávamos por momentos diferentes, mesmo com o auge musical revolucionário da Bossa Nova, vivíamos momentos de repressão com um golpe instaurando uma cruel ditadura militar. Na mesma linha de argumentação, Costa (2006) indica que a segunda onda do feminismo na América Latina nasceu nos anos de 1970, ao surgir como uma resistência das mulheres à ditadura militar, na qual o movimento feminista estava ligado aos movimentos de oposição ao autoritarismo e ao regime militar.

O terceiro momento do feminismo, segundo Puigvert (2001), é conhecido como Feminismo da Igualdade das Diferenças, onde se considera a possibilidade, mesmo na diversidade, das mulheres terem seus direitos garantidos. Este feminismo é baseado no respeito e na compreensão entre as diferentes identidades e experiências das mulheres. E é dentro deste contexto que surge ao Feminismo Dialógico.

De forma semelhante, as autoras Flecha et al (2010) explicitam que o Feminismo Dialógico propõe a inclusão das vozes de todas as mulheres no debate feminista, independente de classe social, raça/etnia, religião, orientação sexual, etc. Ainda, o Feminismo Dialógico incorpora o debate feminista do século XXI, indicando um avanço ao caminho de um feminismo mais igualitário e inclusivo, apresentando o diálogo para a superação das desigualdades entre homens e mulheres. Nesta perspectiva, no caso brasileiro, é fundamental abordar tanto o feminismo negro, como o movimento de mulheres indígenas, para tratar do diálogo igualitário entre todas as mulheres, considerando-se a igualdade de diferenças.

#### 1.4. FEMINISMO NEGRO E MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS

Para o contexto americano, incluindo-se o latino-americano, é muito importante reconhecer que, inserir todas as vozes no debate pela superação da violência contra as mulheres, significa contemplar as mulheres negras e as mulheres indígenas.

Bell Hooks (2015) denuncia em uma de suas obras que o feminismo nos Estados Unidos não surgiu pelas mãos das mulheres que realmente eram vitimizadas e agredidas pela opressão machista, mas sim por mulheres brancas, de classe média e com formação acadêmica. Tais mulheres reivindicavam, por exemplo, ter a mesma profissão que um homem branco, esquecendo que as outras mulheres não brancas necessitavam pelo menos de um emprego digno do qual eram excluídas por sua raça e/ou etnia.

Ainda, Hooks (2015) afirma que o pensamento feminista moderno pressupõe que todas as mulheres vivenciam a opressão por raça, classe, religião e orientação sexual da mesma maneira. Ou seja, este feminismo trata as mulheres de forma homogenia sem levar em consideração suas diferenças.

Para Angela Davis (2013), o sufrágio feminino, época em que mulheres brancas lutavam para ter direito ao voto e trabalhar fora não teve tanta importância às mulheres negras, pois estas, em sua maioria, já exerciam o trabalho fora de casa desde a época da escravidão. Todavia, isso não foi algo que libertasse as mulheres negras, mas sim era mais um item de manutenção de desigualdades entre brancos e negros. E, na atualidade, a população negra, em especial as mulheres, continua exercendo em sua maioria funções voltadas à servidão.

Angela Davis (2013) e Bell Hooks (2015) também explicam que o feminismo negro nos Estados Unidos ganha força a partir da segunda onda do feminismo, entre 1960 e 1980. E é neste momento que as feministas negras passaram a escrever sobre suas demandas específicas, consequentemente criando uma literatura feminista negra. No Brasil, esta força começa nos anos 80.

As pesquisadoras e pesquisadores da área de relações raciais (CARNEIRO, S., 1995; GOMES, N.L., 2003; GONCALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G 2000) começam a trazer a discussão sobre o impacto negativo da escravidão na vida da população negra, e em especial das mulheres negras. Elas denunciam o não acesso a uma educação de qualidade, más condições de trabalho, racismo e genocídio da população negra.

O VIII Encontro Feminista Latino Americano e Caribenho foi um marco sobre a diversidade dentro do movimento feminista. Ele foi realizado em 1999, na cidade de Juan Dolio, Republica Dominicana. Segundo Alvarez et al (2003) estes encontros

sempre foram permeados por conflitos e debates sobre raça, etnia, classe e orientação sexual, porém, em Juan Dolio, as mulheres negras e grupo de mulheres populares chegaram para colocar que existem outros feminismos e também desigualdades dentro do movimento feminista.

As autoras ainda trazem a discussão sobre a participação das mulheres indígenas, que naquele encontro foram consideradas praticamente invisíveis pela pouca participação, justificada pela geografia como um fator causador de ausências. Um outro fator que foi exposto no momento seria que as mulheres indígenas começaram a organizar a nível continental seu próprio encontro, o que ocorreu justamente pela conjuntura do movimento indígena internacional estava crescendo.

Na questão das mulheres indígenas é importante sinalizar que não podemos generalizar ao abordar a temática. Grubits, Darrault-Harris e Pedroso (2005) argumentam que é difícil abranger uma discussão sobre mulheres indígenas, pois existem grandes diferenças entre as diferentes etnias brasileiras. Essas autoras e o autor trazem exemplos destas diferenças existentes:

No estudo com os Bororo a valorização de uma mulher da comunidade se devia ao fato de ser ela guardiã da cultura e dos conhecimentos tradicionais e ao mesmo tempo uma importante interlocutora com o mundo do não índio. No caso dos Guarani/Kaiowá, os elementos mais importantes dizem respeito à saída dos homens da reserva e ao seu desejo se tornar homens da cidade, ao contrário das mulheres, que desejam ou necessitam manter a identidade Guarani e residir na reserva. Entre os Kadiwéu, o fato mais relevante é a questão do poder político das mulheres e uma divisão de papéis entre homens e mulheres, sem que seja atribuído mais valor a um papel do que a outro. (GRUBITS, S.; DARRAULT-HARRIS,I; PEDROSO,M. , 2005, p.363)

Mesmo com as diferenças expostas acima, as autoras e o autor levantam a hipótese de que as mulheres indígenas estão participando cada vez mais na luta por uma política nacional que favoreça os direitos de seus povos, ao se tornarem interlocutoras de seus grupos com os não indígenas, além de serem guerreiras da defesa de suas culturas.

Enfatizamos, por este trabalho estar inserido na área educacional, que os grupos denominados como minorias culturais ou grupos vulneráveis também carregam a bandeira de luta por uma educação de qualidade para todas as pessoas, independentemente de sua diversidade. Campani e Pumareda (2010) argumentam que o contexto social atual em que vivemos precisa de mudanças, principalmente ao que se

diz a respeito da educação escolar. Ao citar o projeto Includ-Ed, as autoras afirmam que a diversidade presente nos âmbitos educativos, suas interações com as diferentes pessoas e atividades educativas efetivas trazem êxito acadêmico e melhora da convivência.

Em vista do exposto, justificamos a importância em destacar as mulheres negras e indígenas, pois a política de ações afirmativas existente no Brasil evidencia as diferenças já existentes nas universidades brasileiras, ao possibilitar que tais mulheres tenham ingresso mais representativo nas instituições. Portanto, ao tratarmos sobre as mulheres nas universidades brasileiras partimos da premissa de que a diversidade está e estará sempre presente, por isso este subitem destaca as questões de raça e etnia.

### 1.5. O QUE É VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SUAS FORMAS DE MANIFESTAÇÕES

Feitas as conceituações sobre gênero e feminismos, agora é possível retornar ao tema central desta seção, nos dedicando à violência contra as mulheres, uma das mais graves formas de desigualdade entre homens e mulheres, com base em dados sobre a violência e a sua interferência direta na vida das mulheres.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no período de 2001 – 2011, no Brasil, houve 50.000 mortes de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, ou seja, morreram pelo simples fato de ser mulher. Ainda, nesta mesma pesquisa divulgada em 2013, a maioria de vítimas está entre 20 e 39 anos, e geralmente foi o parceiro íntimo ou ex-parceiro quem realizou o crime. Mesmo com a Lei nº 11340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, o feminicídio não diminuiu, tendo apenas uma queda em 2006, ano da implementação da lei, e voltando a um alto índice em 2011.

Os dados apresentados demonstram que o problema é maior do que parece, pois a pesquisa realizada pelo IPEA foi baseada em documentos validados pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), pertencente ao Ministério da Saúde. Então, entendemos que muitas mulheres sofrem violência e não fazem a denúncia, muitas morreram adoecidas pela forte violência a qual ficaram expostas, e sem comprovações passaram despercebidas. A culpabilização da vítima também impede que haja um número real de denúncias, e conseqüentemente haja punições aos agressores.

Neste recorte, podemos perceber que este índice não é uma especificidade brasileira. Na Espanha, há uma discussão importante sobre a idade e a escolaridade das mulheres que estão sofrendo violência. Oliver e Valls (2004) explicitam que pesquisas sobre a

violência entre as jovens estão demonstrando que ocorrem abundante e frequentemente, argumentando que boa parte das novas gerações está se socializando em ou está presenciando algum tipo de relação violenta. As autoras apontam que as mulheres conseguiram igualdade nas legislações, acendendo em formação acadêmica, entretanto, as novas gerações estão repetindo um processo de socialização em que as relações afetivas estão marcadas pela violência. Uma pesquisa apresentada por elas mostra que 42% de estudantes homens e mulheres acreditam que há situações em que o marido pode dar uma bofetada na cara de sua mulher. Ter essa socialização para a violência na adolescência faz as jovens levarem essa experiência para a idade adulta. (OLIVER,E.; VALLS,R. 2004).

Oliver e Valls (2004) argumentam que cada país define a violência contra a mulher de acordo com o seu contexto e o seu uso de legislações e tradições. Na Convenção de Belém do Pará, a Organização de Estados Americanos (OEA), em junho de 1994, definiu-se em seus primeiros capítulos que violência contra a mulher se entende como qualquer ação ou conduta baseada em seu gênero que cause sua morte, dano ou sofrimento, físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Segundo a Lei nº 11340/06, a violência contra a mulher é denominada como violência doméstica e familiar, que é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (p.18). O assassinato é o extremo ato contra a mulher, indissociável dos outros tipos de violência.

Esta lei foi denominada como Lei Maria da Penha, em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu duas agressões gravíssimas do seu esposo: na primeira recebeu um tiro enquanto dormia, resultando na perda dos movimentos das pernas, deixando-a paraplégica, e na segunda ela foi eletrocutada ao tomar banho. Seu marido ficou impune por dezenove anos pela ineficácia da justiça brasileira e o não olhar aos altos índices de violência contra as mulheres no país, e após ter apoio de ONGs, conseguiu que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA determinasse o julgamento do agressor e a elaboração de uma lei específica para casos de violência contra a mulher.

No Brasil, esta mesma lei caracteriza e denomina os tipos de violência contra a mulher como:

**I - a violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

**II - a violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

**III - a violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

**IV - a violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

**V - a violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2010, p. 19)

O que intensifica a violência além do machismo é o preconceito pela sua raça, classe social, idade e escolaridade. Uma mulher negra de classe popular sofre muito mais que uma mulher branca e de classe alta, mas as duas sofrem violência de gênero. O mapa da violência de 2015, demonstra que a taxa de feminicídio entre mulheres brancas tem uma queda de 11,9%, entre 2003 a 2013, enquanto no mesmo recorte temporal as taxas entre as mulheres e meninas negras teve um aumento de 19,5%. Com isso, a vitimização de negras, que era de 22,9% em 2003, cresceu para 66,7% em 2013. Esta situação nos remete diretamente ao conceito de interseccionalidade, de Crenshaw (2002), no qual ela argumenta que o racismo, patriarcalismo, opressão de classe social entre outras formas de discriminação desencadeiam desigualdades contundentes em relação às mulheres, raças, etnias, classes, entre outras.

A Lei Maria da Penha também explicita três âmbitos onde ocorre a violência contra a mulher:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (BRASIL, 2010, p. 18)

Apesar de a lei denominar a violência como doméstica e familiar, devemos lembrar que ela ocorre tanto no âmbito familiar chamado de privado como no público. As denominações utilizadas são questionadas por autoras como Saffioti (1999) e Oliver e Valls (2004) ao argumentar o uso do termo violência doméstica e intrafamiliar, que limitam o entendimento e transmitem a informação que violência contra a mulher ocorre apenas dentro de casa. As autoras se preocupam em detalhar e esclarecer que os vários tipos de violência ocorrem em todos os âmbitos, tanto no público como no privado, dentro ou fora do lar.

Oliver e Valls (2004) explicitam que a violência de gênero é a violência exercida pelo modelo tradicional dominante, na maioria das vezes praticada pelos homens, mas também por mulheres sobre as próprias mulheres, ou qualquer outro modelo que fuja ao modelo hegemônico, ou seja, independente de serem heterossexuais ou homossexuais. Elas argumentam sobre as dificuldades que os movimentos feministas enfrentam, pois a violência contra a mulher não é levada como algo público e sim como um problema privado, sobre o qual as instituições assumem apenas os problemas externos e não questionam a fundo suas raízes.

Então, Saffioti define que:

Fica, assim, patenteado que a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra a mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura. (SAFFIOTI, 1999 p. 84)

Podemos entender então que, ao abordar a violência de gênero, estaremos tratando de um conceito que abrange a discussão sobre o meio de legitimar o poder do modelo tradicional dominante sobre homens e mulheres que não se enquadram neste modelo.

Jesús Gómez (2004), ao apresentar o modelo tradicional dominante, se refere a uma sociedade que privilegia o branco, ocidental e masculino, promovendo o machismo e racismo, conceitos transmitidos social e culturalmente pela família, amigos (as), escolas e outras instituições.

As teóricas Flecha, Puigvert e Redondo (2005) explicam que em nosso processo de socialização ao longo da vida aprendemos que o sofrimento, a submissão e a dependência são sentimentos e ações indissociáveis do amor. Além disso, aprendemos também que o amor é algo mágico, incontável, portanto estar apaixonada (o) é estar

em sofrimento e dor. Então, somos imersos em uma sociedade que liga o amor à violência, amplamente divulgado pelos meios de comunicação, no qual é reforçado o modelo de atração por pessoas violentas.

A desigualdade de gênero combinada com as mensagens em massa que recebemos desde o nascimento, socializa a dependência em relações agressivas e/ou violentas sobre alguns meninos e a dependência de meninos violentos em algumas meninas. (FLECHA et al, 2013)

Então, podemos dizer que o Brasil caminha mesmo que lentamente para resolver estas questões. A lei Maria da Penha tem muitas medidas protetivas para as mulheres em situação de violência, mas podemos vê-la como uma lei visionária, pois em seus artigos se argumenta a favor da prevenção da violência contra as mulheres, o que é um dos temas deste trabalho.

Se a violência contra mulheres está demonstrada e regradada, ainda que não controlada ou superada, em âmbito amplo da sociedade, a violência contra a mulher em ambiente universitário é tema recente e ainda controverso, submetido à negação de sua ocorrência e à lentidão de tomada de posição pelas universidades. Passo ao tema central desta pesquisa.

## 1.6.VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES

Valls et al (2009) afirmam que os Estados Unidos da América são pioneiros nas investigações e pesquisas sobre a temática, principalmente ao trazer dados concretos sobre as formas de violência e também de como implementar programas de prevenção e superação da violência de gênero nas universidades. As autoras argumentam que existem diferenças entre a sociedade norte-americana e a espanhola, porém não se pode deixar de lado que o fenômeno da violência de gênero atravessa questões como a faixa etária, classes sociais, culturas, religiões e escolaridade.

Ao tratar de violência, é preciso entender os tipos de violência dentro do âmbito universitário. Rosa Valls (2008) argumenta que pela Organização das Nações Unidas (ONU) existe a violência física, sexual e psicológica, que podem ser perpetradas no âmbito familiar, na comunidade em geral ou pelo Estado, e a autora utiliza como base de sua pesquisa a violência perpetrada pela comunidade ao considerar universidade uma das instituições que compõe a comunidade. Além destes tipos de violência listados acima, acrescentamos a violência racial, pois entendemos que as mulheres brasileiras

negras e indígenas estão sujeitas a outras violências relacionadas ao seu pertencimento étnico e/ou racial.

Na pesquisa intitulada “Violencia de género en las universidades españolas”, realizada por Rosa Valls e equipe, entre 2006 e 2008, aplicou-se um questionário que envolveu 1083 estudantes universitários, com a idade média de 23 anos, 33% homens e 67% mulheres, de seis universidades espanholas.

Rosa Valls (2008) indica que os (as) estudantes identificam mais facilmente a violência física e a violência sexual, mas demonstram dificuldades em reconhecer a violência psicológica. Indica que 65% das pessoas entrevistadas conhecem ou sofreram algum tipo de violência de gênero no âmbito universitário. A autora argumenta que o baixo reconhecimento sobre o que é a violência de gênero está relacionado ao baixo índice de denúncias registradas nas instituições: 66% preferem não denunciar, mas conversar com alguém, e 24% preferem não dizer nada a ninguém. Além disso, 92% das pessoas entrevistadas desconhecem se a universidade disponibiliza algum serviço específico para atender as vítimas de violência de gênero.

Mesmo com esses números alarmantes, Rosa Valls (2008) indica que 85% acreditam que seria importante a existência de um serviço na universidade, e 86% falam da necessidade em trabalhar a temática em disciplinas, debates, seminários e em outros espaços da universidade.

O Instituto Avon divulgou em 2015 uma pesquisa sobre a violência contra a mulher no ambiente universitário brasileiro. Essa pesquisa envolveu 1823 universitários de todo o país, a partir de 16 anos de idade, 40% homens e 60% mulheres, de instituições públicas e privadas brasileiras. A pesquisa também considera a tipificação da violência feita pela ONU, porém, com coletivos feministas e estudantes universitários chegaram a seis tipos de violência, são eles: assédio sexual, coerção, violência sexual, violência física, desqualificação intelectual e agressão moral e/ou psicológica.

A pesquisa do Instituto Avon (2015) traz dados importantes para a discussão da temática neste trabalho. O primeiro dado da pesquisa é que as mulheres universitárias sentem medo: 36% das entrevistadas afirmam que deixaram de realizar alguma atividade por medo de sofrer violência e 42% já sentiram medo de sofrer violência no âmbito universitário. Ainda, 10% das mulheres indicam espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência na universidade, mas quando são estimuladas com uma lista do que é a violência o número sobe para 67%.

Nesta mesma pesquisa, os homens foram questionados sobre a temática, 2% dos homens admitiram espontaneamente ter cometido algum tipo de violência contra as mulheres em universidades ou em festas universitárias, porém ao serem estimulados o número sobe para 38%. Os estudantes homens ainda não reconhecem várias formas da violência, tratando-as como um comportamento natural, sem a intenção de ofender ou intimidar. Por exemplo, 27% não consideram violência sexual abusar da garota caso esteja alcoolizada, 35% não consideram como violência submeter as estudantes a atividades degradantes como desfiles e leilões, e 31% não consideram violência repassar fotos e vídeos sem a autorização da pessoa fotografada.

Além disso, segundo o Instituto Avon (2015), 64% dos homens e 78% das mulheres concordam que o tema violência contra a mulher deveria ser incluído nas aulas, e 88% dos homens e 95% das mulheres acreditam que as universidades deveriam criar meios de punir os responsáveis pela violência nos campi universitários.

Nesta seção, nos dedicamos em trazer dados e conceitos para justificar a discussão colocada neste trabalho. Diante dos dados nacionais alarmantes, perguntamos: o que se tem produzido no Brasil para a implementação de políticas e programas de intervenção, prevenção e superação de violência contra as mulheres no âmbito universitário?

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO DO ESTUDO

Nesta seção, serão abordados os conceitos relacionados ao referencial teórico que dá base ao estudo. São eles: aprendizagem dialógica, modelo dialógico de prevenção de conflitos, feminismo dialógico e novas masculinidades alternativas.

O conceito de aprendizagem dialógica e seus princípios são base para todos os outros temas descritos nesta seção. Após a conceitualização, apresentamos o modelo dialógico de prevenção de conflitos que é composto pelos dois temas descritos e explicitados ao final: o feminismo dialógico como um caminho para as meninas mulheres e as novas masculinidades alternativas um caminho para meninos e homens que buscam um mundo mais justo e igualitário.

### 2.1. O CONCEITO DE APRENDIZAGEM DIALÓGICA

Nesta subseção, trataremos do conceito de aprendizagem dialógica e sua fundamentação teórica. A aprendizagem dialógica é um conceito elaborado por Ramón Flecha, e base teórica e metodológica de Comunidades de Aprendizagem, que foi elaborada pelo *Community Of Researchers On Excellence For All (CREA)*<sup>1</sup>, da Universidade de Barcelona, na Espanha.

Aubert et al (2008) argumenta que a quarenta anos atrás as relações eram de poder, havia o homem provedor que decidia tudo relacionado à casa e à família, sem diálogo e sem ser questionado. Entretanto, essas relações de poder baseadas na autoridade imposta pela sociedade patriarcal, começaram a perder espaço para relações mais dialógicas ao se buscar resolver as situações pelo diálogo, consensuando a solução, ou a vivência de conflitos por não chegar a nenhum acordo.

Flecha, Gómez e Puigvert (2001) afirmam que a sociedade atual está cada vez mais dialógica, conseqüentemente, as análises sociológicas demonstram que o diálogo está mais presente nas relações atuais em comparação às relações estabelecidas na sociedade industrial.

Para Aubert et al (2008), esta mudança consiste no giro dialógico que ocorreu nos âmbitos em que vivemos. Cada vez mais as pessoas ou grupos se organizam para chegar a algum consenso e encontrar soluções por meio das interações, nas quais a linguagem tem um papel central. Beck (1998, apud Aubert et al ,2008) indica que a revolução tecnológica da sociedade da informação é um fenômeno social da globalização e aumenta as opções e

---

<sup>1</sup> O CREA é um grupo de pesquisa, localizado no Parque Científico de Barcelona, fundado por Ramón Flecha, em setembro de 1991. Maiores informações no site: <http://creaub.info/cat/>

também os riscos. Então, uma das características principais é a necessidade de se comunicar, ter mais diálogos para tomar decisões, criando novos valores, normas sociais e mudanças culturais.

Diante do atual contexto, teóricos e teóricas comprometidos com a superação das desigualdades sociais analisam a conexão entre os processos dialógicos e a mudança social ao criar teorias sobre as emergentes propostas transformadoras dos movimentos sociais e outros diferentes agentes. A aprendizagem dialógica surge não como uma tendência, mas sim diante do protagonismo das próprias pessoas em seus âmbitos sociais.

A aprendizagem dialógica é um conceito baseado em teorias e práticas da atualidade, que buscam dar respostas às necessidades e caminhos da sociedade da informação. Segundo Aubert et al (2008), a aprendizagem dialógica é uma concepção comunicativa de educação, dando um passo à frente das outras concepções educacionais criadas para a sociedade industrial. Sua base teórica é fundamentada em diferentes áreas como pedagogia, psicologia, filosofia, economia, sociologia e política. Nesta base teórica, contamos com os fundamentos teóricos de Chomsky, Freire, Mead, Vygotsky, Habermas, Cummins, Bruner entre outros que demonstram uma maior presença do diálogo nas relações interpessoais e no âmbito da vida social.

Essa é a principal característica da aprendizagem dialógica, a interação e a comunicação como fatores chaves da aprendizagem. As observações e pesquisas sobre as quais o conceito se baseia tem demonstrado como, por meio de um diálogo dirigido a alcançar acordos em torno de âmbitos da realidade, experiência ou sentimento, as pessoas resolvem situações problemáticas e aprendem profundamente porque alcançam uma compreensão mais complexa do mundo (AUBERT et al 2008, p. 24)

Com base em Flecha (1997), podemos compreender que a aprendizagem dialógica nasce a partir da Teoria da Ação Dialógica de Paulo Freire, da Teoria da Ação Comunicativa elaborada por Habermas, a Teoria Sociocultural de Vygotsky, entre outras, composta pela educação, o diálogo igualitário e a comunicação como princípios para superação das desigualdades sociais. Mello, Braga e Gabassa (2012, p.43) argumentam que “a aprendizagem dialógica é um conceito que diz respeito a uma maneira de conceber a aprendizagem e as interações. É formada por princípios que se articulam nas formulações teóricas para permitir descrever o que, na prática, se dá como uma unidade. ”

A aprendizagem dialógica garante às pessoas conhecimento científico, social e educativo para sua transformação como sujeito no mundo e do próprio mundo da vida. Aubert

et al (2008) afirmam que a inovação nem sempre significa melhora na qualidade e igualdade na área educacional, pois existem práticas que por mais que inovem não têm a capacidade de diminuir o fracasso escolar, e ainda podem reproduzi-lo ou aumentá-lo. Assim, a aprendizagem dialógica não se apresenta como uma inovação simplesmente por ser uma formulação mais recente e distinta das anteriores; ela é uma inovação compromissada com a transformação educacional e social para superação de desigualdades de direitos.

É através do diálogo igualitário, selecionando prioridades e chegando a um consenso, que podemos superar as desigualdades educativas e sociais, de forma que todos e todas poderão alcançar compreensão e ação mais amplas do mundo.

Não há aprendizagem dialógica sem a prática dos seus sete princípios que podem ser encontrados nas obras de Flecha (1997), Aubert et al (2008) e Mello, Braga e Gabassa (2012). São eles:

- 1) **Diálogo igualitário:** é baseado na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, com as contribuições voltadas para a organização das relações humanas na base do diálogo, e na Teoria da Ação Dialógica de Paulo Freire que indica como lutar por um diálogo igualitário em situações de desigualdades. Sendo assim, o diálogo entre pessoas diferentes é permeado pelo respeito e pela verdade ao considerar a validade dos argumentos, e não a posição de poder de quem os profere.
- 2) **Inteligência cultural:** parte da evidência de que toda pessoa é capaz de linguagem e ação, conseqüentemente, toda pessoa possui um conhecimento acumulado ao longo de sua vida devido às suas interações dentro da cultura ou grupos em que estão inseridas. Assim, são capazes de aprender ao longo de toda a vida, transferindo conhecimentos de um âmbito a outro por meio das interações e dos diálogos.
- 3) **Transformação:** em coerência com os outros princípios e seguindo o pensamento de Paulo Freire, que afirma que somos seres capazes de transformar a realidade e não apenas de adaptarmo-nos a ela, este princípio parte do pressuposto que a transformação das relações entre as pessoas e seu entorno só pode ser realizada por meio do diálogo igualitário, a fim de não reproduzir as desigualdades e sim superá-las.
- 4) **Dimensão instrumental:** envolve o conhecimento científico e as ferramentas fundamentais que permitem adquirir as demais aprendizagens necessárias para se mover com consciência e autodeterminação no atual contexto, como, por exemplo, a leitura, a matemática, manejo de informática e idiomas.

- 5) **Criação de sentido:** é a capacidade que todas as pessoas têm de sonhar e dar sentido à vida dentro de suas escolhas e do contexto em que estão inseridos. O sentido é gerado entre as pessoas em interações de solidariedade e apoio de aprendizagem.
- 6) **Solidariedade:** estar juntos diante das dificuldades para a superação das desigualdades sociais. A solidariedade só é possível no âmbito onde exista diálogo, confiança, apoio mútuo, e não exista competitividade e imposição.
- 7) **Igualdade de diferenças:** este princípio afirma que a verdadeira igualdade é permitir que todas as pessoas possam viver de forma diferente, independente de raça, etnia, idade, gênero, sexualidade, grau de escolaridade, classe social etc., mas que seus direitos sejam respeitados e que ninguém se sobreponha sobre outros.

Por fim, Aubert et al (2008), explicita que a aprendizagem dialógica é base teórica de pesquisas com mais relevância internacional sobre educação ao incluir as principais teorias e as melhores práticas. Vale adiantar, que essas melhores práticas são denominadas como atuações educativas de êxito, das quais, neste trabalho, daremos atenção a uma, ou seja, o modelo dialógico de prevenção de conflitos.

## 2.2. MODELO DIALÓGICO DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.

Nesta subseção abordaremos o modelo dialógico de prevenção de conflitos, que pode ser um caminho a ser trilhado não só por escolas da educação básica, mas também por instituições de ensino superior.

Existem várias formas de atuar diante de conflitos na área da educação e podemos defini-los em três modelos segundo Flecha (2012) e Botton, Puigdemívol e De Vicente (2012): modelo disciplinar, modelo mediador e o modelo dialógico. O modelo disciplinar é aquele baseado em ações autoritárias advindas de hierarquias, com ordens de cima para baixo, sem a participação de estudantes e outros profissionais da escola. Para que as normas fossem cumpridas se utilizava de métodos punitivos e desqualificadores, reforçava estereótipos e aumentava a diferença rítmica de aprendizagem dos estudantes. Este modelo funcionou por um bom tempo dentro da sociedade industrial, na qual as hierarquias e autoridades eram inquestionáveis, diferentemente da sociedade em que estamos vivendo agora, ou seja, a sociedade da informação.

O modelo mediador tem um avanço significativo em relação ao disciplinar. Neste modelo há um especialista em mediar os conflitos existentes, mas também não age de forma

efetiva pois consegue dar respostas apenas ao conflito existente e não trabalha a prevenção para que não ocorra novamente. Este modelo também tem normas definidas pelas autoridades, não sendo uma construção coletiva e horizontal.

O modelo dialógico supera as posições de poder e propõe um caminho mais dialógico e relações mais igualitárias. Neste modelo toda comunidade em torno e dentro da escola procura descobrir as causas dos conflitos e em conjunto buscam meios de resolver e preveni-los para que não ocorram novamente. Não há um especialista para mediar os conflitos; estudantes, profissionais da escola e a comunidade buscam uma solução pelo consenso para a prevenção e superação de conflitos.

A criação de normas e sua aplicação é permeada pelos princípios da aprendizagem dialógica. Autores e autoras como Flecha (2012), Botton, Puigdel·lívol e De Vicente (2012), Padrós (2014), Puigvert (2014), indicam os passos de organização desta atividade: 1) que possa ser claramente combinada por todas as pessoas, de todas as mentalidades e idades; 2) que tenha relação direta com um tema chave para as vidas das crianças; 3) que haja apoio “verbal” claro do conjunto da sociedade; 4) que (até agora), frequentemente, não seja cumprida; 5) que seja possível eliminá-lo (o conflito); 6) que com sua superação, a comunidade dê um exemplo à sociedade, familiares, professorado e crianças.

Neste processo é fundamental a participação de todas as pessoas da comunidade escolar para contribuir nas ações de resolução e prevenção dos conflitos por meio do diálogo igualitário.

Ao falar sobre o modelo dialógico de prevenção e resolução de conflitos precisamos explicar o que são as atuações educativas de êxito, pois é essa denominação dada a esta atividade. De acordo com Aubert, Biskarra e Calvo (2014) são práticas pedagógicas que orientam a transformação social e contribuem para a superação do fracasso escolar.

As atividades educativas de êxito são identificadas e analisadas pelo INCLUD-ED (2012), considerada uma das melhores investigações científicas em Ciências Sociais pela Comissão Europeia. O INCLUD-ED visa

[...] analisar estratégias educacionais que contribuem para a coesão social e estratégias educacionais que levam à exclusão social, no contexto da sociedade europeia baseada em conhecimento, proporcionando elementos chave e linhas de ação para melhorar as políticas educacionais e sociais. Para alcançar esse objetivo, Atuações Educativas foram estudadas nas áreas de – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Formação Profissional e Programas de educação especial em escolas regulares –, bem como suas conexões com outras áreas da

sociedade – emprego, habitação, saúde, participação social e política. (INCLUD-ED, 2012, p. 5)

Essas atuações educativas de êxito são as ações educativas efetivas que superam as principais desigualdades sociais em diferentes áreas como trabalho, saúde, política etc. Assim sendo, precisamos diferenciar o que são boas práticas e o que são atividades educativas de êxito.

Normalmente as atividades educativas de êxito são realizadas em escolas que são Comunidades de Aprendizagem<sup>2</sup>, que é um projeto com um conjunto de práticas educativas voltadas à transformação social e educativa. Porém, nada impede que estas atividades sejam realizadas em escolas que ainda não se transformaram em Comunidades de Aprendizagem. As atividades educativas de êxito próprias de Comunidades de Aprendizagem são: tertúlia dialógica, biblioteca tutorada, grupos interativos, participação educativa da comunidade, formação de familiares, e a atividade que abordamos neste trabalho: o modelo dialógico de prevenção e resolução de conflitos.

De acordo com Ríos (2013), as boas práticas consistem em ações que propõem uma inovação inserindo elementos novos e diferentes nas escolas, nos centros comunitários ou nos bairros, e parte da ideia de que são necessários recursos humanos e econômicos para que haja a mudança nestes locais e na situação de vida de seus moradores. Estas ações não são baseadas em evidências científicas e não conseguem transformar outros lugares com contextos similares.

Todavia, segundo Ríos (2013), as atividades educativas de êxito são acompanhadas de avanços na melhora das escolas, dos centros comunitários e dos bairros ajudando a superar barreiras que dificultam a inclusão social dos moradores; diminuem a evasão escolar, aumentam o número de matrículas na escola, além de promover a melhora dos resultados na prova objetiva de competências e habilidades da educação básica.

Por fim, podemos entender que o modelo dialógico de prevenção de conflitos é apresentado como uma prática efetiva para a prevenção da violência de gênero em ambientes educativos, sendo composto pelo feminismo dialógico e as novas masculinidades alternativas.

Flecha (2012) argumenta que a violência de gênero se relaciona com determinados processos de socialização, o modelo tradicional das relações, atração pela violência, amizade e paixão separadas, modelo de masculinidade hegemônica, isto só reproduz as desigualdades

---

<sup>2</sup> Comunidades de Aprendizagem é uma proposta elaborada pelo CREA, da Universidade de Barcelona, na Espanha. No Brasil, vem sendo realizada pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE), da Universidade Federal de São Carlos - SP.

e fomenta a violência. Entretanto, ao fazer a socialização pelos modelos alternativos, paixão e ternura juntas, modelos igualitários mais atraentes, potencializa a superação da violência de gênero.

Portanto, “precisamos socializar nossos gostos e desejos para que nos capacitem a escolher pessoas com valores igualitários com quem manteremos relações afetivas e sexuais satisfatórias, uma mudança que é possível por meio do diálogo e da comunicação entre as pessoas.” (FLECHA, p. 207, 2012)

Ainda sob a perspectiva teórica da aprendizagem dialógica, há contribuições bastante específicas para a prevenção e a superação da violência em universidades, com foco principal na violência contra mulheres. Porém, por se tratar de conhecimento central na presente pesquisa, elaboramos uma seção própria para ele.

### 2.3. FEMINISMO DIALÓGICO

Para abordar o Feminismo Dialógico precisamos contextualizar um movimento denominado “*Otras Mujeres*”.

Em março de 1992, Lúdia Puigvert recebeu uma proposta de viajar a Bierzo (León – Espanha); naquele momento ela tinha interesse pela educação de pessoas adultas e as transformações sociais que estas pessoas proporcionavam. No entanto, ao receber um convite para participar de um encontro entre mil mulheres do âmbito rural, descobriu a força, a capacidade de luta e transformação das situações de desigualdades das mulheres sem formação acadêmica, as “*Otras Mujeres*”.

Segundo a autora Lúdia Puigvert (2001), as “*Otras Mujeres*” são mulheres sem formação acadêmica, que estão em relações hierárquicas e desiguais, tanto em seu local de trabalho quanto em sua família ou em outras relações sociais. Porém, são estas mulheres que, ao se movimentarem, causam verdadeiras transformações sociais.

Lúdia Puigvert, em sua obra de 2001, ao formular o Feminismo Dialógico, argumenta que as mulheres sem o título acadêmico são fundamentais para enriquecer os discursos feministas do qual vieram sendo excluídas. Elas estão reivindicando que suas vozes sejam ouvidas em todos os âmbitos da vida.

Puigvert (2001) explica que o Feminismo Dialógico é entendido como uma ação coordenada por todas as mulheres para superar as situações de desigualdades que sofremos, sem distinção de nível de escolaridade ou posição social. Ainda, a autora explica que o Feminismo Dialógico é permeado pelos princípios da Aprendizagem Dialógica, conceito

desenvolvido pelo CREA, da Universidade de Barcelona. Aplicando os princípios da aprendizagem dialógica ao feminismo, Puigvert indica: **1) diálogo igualitário:** para que as relações não sejam baseadas no poder, mas sim no consenso baseado nos argumentos de validade, estabelecendo relações horizontais e igualitárias, independente de escolaridade, etnia, raça, cultura, religião, etc. **2) inteligência cultural:** todas as mulheres são capazes de conduzir a própria vida sem a necessidade de uma mulher acadêmica responder por elas, ou seja, todas as mulheres a partir de suas vivências são inteligentes e tem capacidade para tomar decisões sobre diferentes situações. **3) transformação:** quando as mulheres não acadêmicas participam ativamente de espaços antes não frequentados por elas transformam a realidade delas e das pessoas que estão a sua volta, como mencionado anteriormente a participação das mulheres na FACEPA. **4) dimensão instrumental:** o conhecimento escolar é fundamental, como proteção social, no processo de superação de barreiras e exclusão social em que as mulheres estão submetidas. **5) criação de sentido:** ao presenciar as transformações as mulheres passar a criar sentido para continuar na busca por justiça social. **6) solidariedade:** é uma característica fundamental nos movimentos sociais progressistas, principalmente entre as outras mulheres, pois para a superação de dificuldades e luta por igualdade se faz necessário laços solidários. **7) igualdade das diferenças:** a pluralidade das vozes das mulheres é fundamental para que todos os direitos sejam garantidos, ou seja, que a diferença entre todas seja respeitada e que juntas, na diversidade, se alcance a igualdade.

Sendo assim, baseado no conceito de aprendizagem dialógica e seus princípios, o “Feminismo Dialógico é uma proposta que pretende gerar importantes laços de solidariedade que permitam transformar nossas relações de gênero e desenvolver elementos teóricos que nos sirvam para impulsionar um feminismo que seja protagonista do século XXI.” (BECK-GERNSHEIM; BUTLER; PUIGVERT, 2001, p. 55.)

O feminismo dialógico, segundo Puigvert (2001), é caracterizado por: **a) radicalização dos princípios da modernidade:** ao defender uma radicalização dos processos democráticos para criar entre todas as mulheres uma teoria que permita definir a feminilidade, não como homogeneizadora, mas que faça valer a igualdade das vozes de todas as mulheres; **b) a confiança na ação de todas as mulheres para mudar o curso da história:** não podemos considerar o feminismo como uma coisa apenas acadêmica, é necessário abrir o diálogo e a pluralidade de vozes, para que todas as mulheres acadêmicas ou não participem ativamente na tomada de decisões.

Puigvert e Muñoz (2012), referindo-se a mulheres que estão participando de associações na Espanha, argumentam que estas mulheres, ao participarem dos espaços

públicos, estão se empoderando nas discussões e decisões por melhorias em seus bairros. Esta necessidade de melhorias nos espaços que frequentam reflete de forma positiva em todos os serviços oferecidos à comunidade. Elas estão reivindicando espaços com mais diálogos favorecendo a diversidade das diferentes realidades que vivem permitindo o avanço de conquistas e melhorias para todas as mulheres.

As autoras afirmam que o movimento das mulheres populares tem sido agente chave na transformação de muitos bairros, porém não estão isentas de sofrerem dificuldades e exclusão por serem mulheres e sem formação acadêmica em outros espaços. As mulheres entenderam a necessidade de sair deste processo de exclusão, portanto, se organizaram entre elas para responder aos seus interesses e reivindicações. Um dos principais objetivos era a criação de escolas que priorizassem classes de alfabetização para as mulheres que não tiveram a oportunidade de ler e escrever (PUIGVERT, L.; MUNÓZ, B. 2012).

As “*otras mujeres*” lutaram para serem reconhecidas em fóruns feministas e redes internacionais de mulheres, e isto influenciou de forma radical o feminismo, ao contribuir na mudança e transformação da realidade de muitas mulheres através de uma rede de solidariedade. Esta movimentação proporcionou a participação das “*otras mujeres*” em um debate internacional, no qual dialogaram com feministas reconhecidas internacionalmente, por exemplo, Judith Butler. A partir deste momento a participação destas mulheres na rede internacional de solidariedade feminina foi aumentando, conseqüentemente, houve a inclusão de uma pluralidade de vozes dialogando para a superação das desigualdades sociais (PUIGVERT, L.; MUNÓZ, B. 2012).

Puigvert e Muñoz (2012) apontam a movimentação das mulheres da Heura, que desde a década de 80 trabalham para quebrar barreiras para que haja a participação delas em espaços públicos, acadêmicos e políticos. A Heura foi um dos movimentos propulsores da FACEPA<sup>3</sup> (Federação de Associações Culturais e Educativas de Pessoas Adultas), na Espanha. Neste espaço, as “*otras mujeres*” são fundamentais para o diálogo com as mulheres profissionais com perfis acadêmicos demonstrando, de forma voluntária, compartilhando seus conhecimentos, quais são as melhores ações a serem realizadas. As mulheres populares estão cada vez mais interessadas em participar de decisões importantes nos diferentes âmbitos que

---

<sup>3</sup> FACEPA se marcó como objetivo, desde el momento de su constitución, trabajar desde asociaciones locales por la democratización de los barrios y para la creación de espacios de decisión pública inclusivos de las voces de los colectivos excluidos, dando prioridad a las mujeres sin formación por su situación de doble discriminación (por ser mujer y por no tener titulación académica). FACEPA es un exponente clave en la constitución y desarrollo del movimiento de la EDA, al que hacíamos referencia al inicio de esta sección (PUIGVERT, L.; MUNÓZ, B. 2012).

estão frequentando, com o intuito de melhorar as instituições e serviços que são prestados a comunidade como um todo.

Segundo Puigvert e Muñoz (2012):

As atuações das outras mulheres são um exemplo de como se aprofundar na democracia e nos processos participativos para a transformação do nosso entorno, sem excluir aqueles coletivos que tem enfrentado mais dificuldades para participar em igualdade na tomada de decisões que tem efeitos relevantes para suas vidas. (PUIGVERT, L.; MUNÓZ, B., 2012, p. 25)

Portanto, as “*otras mujeres*” são fundamentais para a superação das desigualdades sociais, demonstrando sua capacidade de superar relações desiguais pelo diálogo igualitário, empoderamento, autoconfiança e solidariedade gerada pelo movimento.

Para concluir, o discurso feminista por muito tempo passou a ser algo exclusivo de mulheres acadêmicas, que se utilizam do conhecimento instrumental para tomar decisões sobre a vida de outras mulheres sem ao menos consultá-las. O feminismo dialógico propõe a inclusão das vozes de todas as mulheres, acadêmicas e não acadêmicas, para que todas tenham voz na luta por um mundo mais justo e igualitário para todas as pessoas.

#### 2.4. AS NOVAS MASCULINIDADES ALTERNATIVAS

As masculinidades e os tipos de masculinidades têm o papel fundamental tanto na perpetuação como na prevenção da violência de gênero. Ao falar sobre a violência contra as mulheres é necessário se aprofundar sobre as masculinidades.

Gómez (2004) argumenta que o modelo hegemônico tradicional masculino é caracterizado por valores e posturas. Comportamento e atitudes desiguais e agressivas. Este modelo de masculinidade é o mais procurado e desejado pelas mulheres justamente por sempre se usar da linguagem do desejo, que é relacionada diretamente à paixão, à excitação, gostos e desejos pela outra pessoa, diferentemente da linguagem da ética, que vem permeada pelas normas, leis e acordos e valores de um determinado grupo social. Ainda, ao completar seu pensamento, o autor fala sobre o modelo tradicional dominante que traz benefícios aos próprios homens que pertencem a esse grupo, ou seja, mulheres e homossexuais independentes do gênero não se beneficiam, ou seja, estas pessoas são violentadas e oprimidas por eles.

Diante do que Gómez (2004) e Flecha et al (2013) apresentam em suas pesquisas, podemos dizer que existem três tipos de modelos de masculinidades: masculinidade

tradicional dominante, masculinidade tradicional oprimida e as novas masculinidades alternativas.

A masculinidade tradicional dominante tem como características marcantes a agressividade, a autoconfiança e a dominação. Esse modelo, segundo Flecha et al (2013), está ligado diretamente à violência de gênero; nem todos os homens deste modelo exercem a violência, mas todos os que exercem são pertencentes à masculinidade tradicional hegemônica. Porém, muitos homens não se identificam com este modelo e são forçados a agir de tal maneira para não serem agredidos pelos outros; estes homens fazem parte da masculinidade tradicional oprimida.

Para Flecha et al (2013), os homens que se encaixam na masculinidade tradicional oprimida são aqueles considerados bons, para casar, permeados pela linguagem da ética, mas na verdade não despertam o desejo nas mulheres. Este modelo sempre existiu, e não está próximo das novas masculinidades, e tem um efeito de complemento da masculinidade tradicional dominante.

Flecha (2012) nos mostra que alguns estudos apontam para a importância da socialização preventiva da violência de gênero, no qual a socialização de todos e todas seja em um modelo atrativo vinculado ao não sofrimento e violência. A conduta violenta é transmitida por vários meios, entre eles os meios de comunicação, insistentes em passar a imagem dos modelos tradicionais dominantes, que se usam da linguagem do desejo sem a linguagem da ética.

Esses modelos, expostos pela mídia a todo o momento, valorizam o modelo masculino que maltrata, relacionando-o à violência, ao poder e à competitividade, em que as mulheres disputam entre si homens tornando-se inimigas entre si e não companheiras de luta por um mundo mais justo e igualitário.

Não há outra característica comum a todos os homens que provoca a morte (ou outras agressões) das mulheres, a não ser o fato de pertencerem ao modelo tradicional dominante. Mesmo que nem todos os homens sejam necessariamente violentos, pertencer ao modelo tradicional dominante é uma condição necessária, mas não suficiente para exercer a violência. A superação da violência contra as mulheres e outros tipos de submissão e desigualdades exige a criação de espaços e interações sociais que promovam o desenvolvimento de novas masculinidades alternativas desde que os homens são crianças. (FLECHA, PUIGVERT, RIOS 2013, p.99)<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Tradução de responsabilidade da autora.

Para Oliver e Valls (2004), a criação de novos modelos de masculinidades não é só um resultado positivo contra a violência às mulheres, é também uma nova possibilidade de vida para os homens, em que eles possam se reunir em grupos, compartilhando oportunidades e também a possibilidade de dialogar igualmente, transformando sua visão e a da mulher, assumindo novas práticas diárias e criando novos sentidos para a vida.

Caminhando para uma sociedade mais justa e igualitária, os homens também estão reivindicando a valorização dos modelos masculinos pacíficos. Por fim, Flecha et al (2013) afirmam que as novas masculinidades alternativas são representadas por homens que utilizam sua autoconfiança, força e coragem como estratégias para enfrentar atitudes negativas das masculinidades hegemônicas, combinam atração e igualdade, gerando desejo sexual entre as mulheres. A junção da linguagem do desejo e a linguagem da ética é usada para se referir a estes homens. Eles lutam contra a violência de gênero juntamente com as mulheres, não aceitam qualquer tipo de violência, tem ações como se afastar de pessoas com valores não igualitários ou que são violentos, e buscam relações igualitárias baseadas em desejo e amor.

Ao explicitarmos os conceitos relacionados ao referencial teórico que dá base ao estudo, passamos, então, à sessão terceira da dissertação.

### **3. ESTUDOS SOBRE PREVENÇÃO DIALÓGICA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA UNIVERSIDADE.**

Neste capítulo abordaremos as questões voltadas aos modelos de atração e escolhas afetivo sexuais, assédio sexual de segunda ordem e estudos sobre prevenção dialógica de violência contra as mulheres na universidade.

#### **3.1. MODELOS DE ATRAÇÃO E ESCOLHAS AFETIVO SEXUAIS**

Nesta subseção vamos aprofundar a discussão sobre por que e por quem nos atraímos, pois assim teremos mais elementos para entender os encaminhamentos finais deste trabalho.

Vocês já pararam para pensar o porquê de nos atraímos pelo cara que nos trata mal? Por que parece que temos o “dedo podre<sup>1</sup>”? Talvez a resposta não seja o que está pensando. Então, precisamos entender primeiramente que nossas escolhas e nossas decisões são permeadas pela socialização que temos durante toda a nossa vida.

Jesús Gómez (2004) indica que precisamos saber primeiramente como nos socializamos nas relações afetivo-sexuais tanto por meio da educação familiar como a escolar e a midiática, e para isso é necessária uma análise profunda sobre a atração e as escolhas amorosas. Ao falar de atração e escolhas amorosas somos levados a pensar em algo relacionado ao instinto, química, porém, para Jesus Gómez (2004) o amor é social. O autor argumenta que mesmo nos educando nos valores progressistas, os nossos desejos são guiados por outros tradicionais, justamente porque somos socializados em diversos âmbitos da vida, por exemplo, social, familiar, escolar e entre iguais (amizades).

Beck y Beck-Gernshein (1998, *apud* Duque, 2006) abordam o tema sobre o amor, sexualidade e relacionamentos afirmando que em uma sociedade não tradicional o amor é o centro em que as pessoas giram, para eles o amor só desenvolve em sua plenitude em relações igualitárias. Giddens (1995, *apud* Duque, 2006) argumenta que as mudanças na sexualidade não são dissociadas do amor ou do papel social de homens e mulheres. Na verdade, o papel das mulheres está transformando os relacionamentos diante da luta por igualdade de gênero.

Elena Duque (2006) explica que como o amor é social, pois ele gera, mantém e cobra sentido com a intersubjetividade, através do diálogo entre pessoas, ao permitir a transformação contínua por meio de seus desejos e que as pessoas que fazem parte relação caminhe em direção ao relacionamento sonhado.

---

<sup>1</sup> Gíria popular brasileira referente as más escolhas amorosas.

Para Jesús Gómez (2004), o assunto sobre a atração e escolhas amorosas é tão grave que estão passando a relacionar o amor com o sofrimento, ou seja, se não é algo sofrido não é amor de verdade. Para Elena Duque (2006), o mito de diferentes tipos de amor não existe, ou seja, ou há amor ou não há. Existe uma crítica a alguns teóricos citados no livro *“El amor en la sociedad del riesgo”* que tratam separadamente, paixão/loucura e ternura e estabilidade, porém, para Jesús Gómez (2004), é possível ter um amor apaixonante e estável, louco e terno ao mesmo tempo, ele argumenta que existe um modelo tradicional de relacionamentos desiguais em que a masculinidade hegemônica exerce sua dominação. Ainda, neste pensamento, ele argumenta que é preciso um modelo alternativo, em que o amor, o respeito e a responsabilidade com a outra pessoa do relacionamento estejam sempre presentes.

Ao falar sobre sexualidade, Elena Duque (2006) traz elementos para pensarmos sobre para que realmente serve; ela argumenta que tradicionalmente a sexualidade é relacionada ao instinto e a biologia, sendo a reprodução a questão central, porém ao expressarmos nossos sentimentos a sexualidade passa a ser algo também social, pois além da reprodução também há o desejo sexual, a atração, as preferências e o prazer.

O modelo tradicional de atração e relacionamentos afetivo sexuais, segundo Gómez (2004), é o modelo clássico considerado habitual, e tem como pressupostos características da sociedade agrária e/ou industrial. Os relacionamentos amorosos são permeados pela classe social e pelos gêneros, homem provedor e mulher submissa, perspectiva na qual são privilegiados os brancos, ocidentais e masculino, ou seja, promove-se o sexismo, o machismo e o racismo, por meio da transmissão cultural através da família, escolas e outras instituições de controle e proteção. Este modelo é primeiramente machista, pois permite e justifica a desigualdade entre homens e mulheres, mas também é tão sexista quanto racista ao promover valores assimilacionistas, compensatórios e segregacionistas.

O modelo tradicional promove o homem mulherengo, que, para Ortega e Gasset (1999, apud Gómez 2004), é o homem considerado mais atraente, energético e interessante que se relaciona com muitas mulheres. Giddens (1995, apud Gómez 2006) caracteriza o mulherengo como **1)** o que conquista as mulheres para depois abandoná-las; **2)** prefere não se envolver em uma relação mais séria, mas caso se envolvam tiram algum lucro da situação; **3)** sofre dependência das mulheres; **4)** conseqüentemente, primeiro as ama e depois as abandona ao achar outra, e **5)** as mulheres, intuitivamente, sentem que depois serão rechaçadas. As mulheres são subordinadas e humilhadas nas mãos deste modelo de masculinidade. Jesús Gómez (2004) analisa profundamente as discussões colocadas por estes teóricos e conclui que

os mulherengos são homens conquistadores que tem prazer em caçar sua preza, e ao cumprir o objetivo a preza perde seu valor por ser conquistada.

Explicitado tal modelo, precisamos, também, tratar de quando as mulheres imitam este modelo de masculinidade, pois associam o sucesso nas relações amorosas aos comportamentos problemáticos da masculinidade hegemônica. Portanto, levantamos a questão: como conseguir a igualdade se as mulheres imitam um modelo que promove a desigualdade? Quando falamos sobre a emancipação feminina, em muitos momentos podemos relacionar a liberdade sexual, pois as mulheres estão passando de passivas, ao esperar serem seduzidas, para um papel mais ativo e isso torna uma maior atividade sexual na vida das mulheres. Giddens (1995, *apud* Duque 2006) argumenta que também existe uma falsa liberdade sexual uma vez que se trata de situação em que as mulheres que imitam o modelo tradicional masculino, aumentando a sua vida sexual, tornam-se alvo de homens que querem apenas se aproveitar da situação e/ou, ademais, são criticadas por outras mulheres ao gerar dinâmicas de competitividade e falta de solidariedade entre elas. Jesus Gomes (2004) e Elena Duque (2006) destacam que a questão da liberdade feminina não assenta na quantidade de parceiros, mas na qualidade das relações estabelecidas.

Giddens (1995, *apud* Duque 2006) também traz um debate sobre a sexualidade dos homens, que também se apaixonam, são românticos e sensíveis. Eles, segundo o autor, não cabem dentro do modelo hegemônico de masculinidade e são pouco valorizados por mulheres. Porém, esse modelo de masculinidade pode contribuir para o rompimento dos estereótipos masculinos e também para eliminar as desigualdades de gênero.

Sobre as escolhas amorosas, Gómez (2004) com as contribuições de Elster e Habermas, atribui quatro tipos: 1) *Escolha teleológica ou racional*: é uma escolha fria, isenta de paixão, mas com alguma estabilidade gratificante, uma escolha de acordo com a finalidade do mundo objetivo; 2) *Escolha normativa*: é a escolha de acordo com as normas sociais e convenções no mundo objetivo e no social, norteadas pelo grupo de iguais e meios de comunicação, permeadas pela paixão e também violência; 3) *Escolha dramática*: as relações no mundo objetivo e subjetivo formam um teatro da vida, em que a transmissão de sentimentos mais importantes são ocultadas e sensações são caladas dando vida ao cenário vivido, representando sentimentos para agradar ao parceiro mesmo tendo outros ; 4) *Escolha irracional*: as emoções são protagonistas no mundo subjetivo e objetivo, em nome do amor as escolhas tornam-se destrutivas. Este tipo de escolha é o mais desastroso em busca da paixão e mais típico dentro do modelo tradicional.

Diante do exposto, colocamos as contribuições teóricas e sociais do modelo alternativo de atração e escolas afetivas sexuais. Para Gómez (2004), existem quatro importantes chaves que resumem como é tratado do amor no contexto atual, radicalização da democracia, protagonismo dos atores sociais, diálogo e consenso como base das relações e o reencantamento na comunicação. Enquanto no modelo tradicional nas relações encontramos os mulhereços, mulheres que imitam este modelo e o quadro de parceiros estáveis e sem paixão, o modelo alternativo tem um formato diferente: amizade e paixão na mesma pessoa.

Jesús Gómez (2004) e Elena Duque (2006) argumentam que nossas crenças, valores e desejos são permeados por nossas interações, portanto podem ser transformadas. Antes de qualquer coisa, para mudar nossos desejos temos que querer mudá-los, ou seja, saber por que e por quem nos atraímos; ao saber que nos prejudica, reconhecer e querer mudar nossa atração. Porém, esta mudança não é possível individualmente, pois somos seres que necessitam de interação, uma vez que nossa subjetividade é feita na intersubjetividade, precisamos estar sempre em boas companhias, permeadas pelo diálogo igualitário e os demais princípios da aprendizagem dialógica, promovendo relacionamentos igualitários nos amores e nas amizades. Como Elena Duque (2006, p. 92) diz “podemos tomar as rédeas de nossas vidas”, ao fazer escolhas que não nos prejudique e não prejudique aos outros.

Por fim, entendemos que somos socializados na manutenção de relações não saudáveis, em que somos submetidos a diversas formas de violência. Porém, a autora e os autores nos demonstram que é possível, com mais pessoas envolvidas, ter uma relação saudável, permeada pelo amor e pela paixão, e livre de violência.

### 3.2. ESTUDOS SOBRE PREVENÇÃO DIALÓGICA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA UNIVERSIDADE

Entre 2006 e 2008, uma grande pesquisa, financiada pelo Instituto da Mulher e Secretaria Geral de Políticas de Igualdade da Espanha, abordava o tema sobre violência de gênero nas universidades espanholas. Esta pesquisa foi realizada pelo CREA/Universidade de Barcelona, tendo como pesquisadora principal a professora Rosa Valls.

Esta pesquisa nasce de estatísticas alarmantes sobre violência de gênero na Espanha. Rosa Valls (2008) alega que mesmo a Espanha sendo uma das pioneiras em implementação de leis para prevenir e superar a violência de gênero, não existia pesquisas voltadas à violência exercida no ambiente universitário.

Oliver e Valls (2004) argumentam que o fenômeno da violência contra a mulher afeta a todas, independente de cultura, religião, classe social, escolaridade e que é a causa principal

dos números alarmantes de morte de mulheres, o feminicídio. Elas afirmam que o âmbito universitário não foge da regra: as relações de poder, sexismo, e diversos tipos de violência se manifestam de diversas maneiras neste ambiente dificultando a sua denúncia.

O intuito desta investigação científica sobre o fenômeno da violência de gênero nas universidades, realizado por Rosa Valls(2008), foi analisar a existência de violência e identificar as contribuições para superá-la. Para isso, foi feita uma análise do que foi produzido referente à temática no âmbito internacional, questionários e entrevistas com estudantes, professores e profissionais das universidades e a criação de um documento que traz medidas preventivas e recurso para o enfrentamento à violência que são desenvolvidas entre as 20 universidades com maior prestígio internacional.

Valls et al (2016) traz a importância em fazer uma boa revisão de literatura sobre a temática, inclusive sobre os textos produzidos por norte-americanos, em vista de sua grande tradição em pesquisas sobre violência nas universidades. Tais estudos revelam o grande número de violência nos campi universitários que ocorrem em encontros esporádicos e em locais de convivência em comum dos estudantes, festas universitárias, moradias estudantis, etc. Gross, Winslett, Roberts e Gohm (2006, *apud* Valls et al 2016) relataram que 27% das mulheres universitárias participantes de sua pesquisa afirmaram ter sofrido algum tipo de assédio ou abuso sexual desde seu ingresso na universidade. Estudos mais recentes expuseram que nos Estados Unidos 25% das mulheres sofreram algum tipo de violência durante seu curso de graduação.

Como exposto anteriormente neste trabalho, no Brasil, segundo o Instituto Avon (2015), 67% das mulheres participantes da pesquisa reconheceram ter sofrido algum tipo de violência no âmbito universitário. Portanto, não é algo específico de determinado país, ao contrário, é um fenômeno global. E, no caso do Brasil, alarmante!

Ainda, no âmbito universitário, é comprovada a existência por evidências científicas, o *assédio sexual de segunda ordem*, violência a qual as pessoas que apoiam as vítimas e formam sua rede de proteção (estudantes, pesquisadores (as), professores (as) e técnicos (as) administrativos (as) as vítimas de violência sexual) estão submetidas. Vidu et. al. (2017) argumentam que Dziech&Weiner (1990, *apud* Vidu et al 2017) foram os percussores do conceito, introduzido em um debate público na Espanha.

Vidu et al (2017) explicita que a violência que sofrem as pessoas que assumem uma posição a favor das vítimas pode limitar suas ações se sua posição não for apoiada socialmente. Este estudo de Vidu et. al. (2017) traz contribuições e propostas para capacitar as vítimas de primeira e segunda ordem; essas ações podem ser implementadas por múltiplas

perspectivas: *a) perspectiva jurídica*: ao existir uma legislação que proteja as vítimas de assédio sexual de segunda ordem; logo, as vítimas de primeira ordem também estão protegidas. Portanto é necessário o amparo legal jurídico para criar mecanismos de prevenção e proteção para vítimas de primeira e de segunda ordem; *b) perspectiva da universidade*: discutiremos isso mais abaixo, porém, adiantando o tema, é necessário que haja nas universidades comissões para a igualdade e outros mecanismos institucionais criados e desenvolvidos em conjunto com estudantes e outros coletivos da universidade, especialmente com aqueles que lutam para combater o assédio de primeira e segunda ordem e proteger e dar suporte aos casos sofridos. *c) perspectiva de cidadania*: os movimentos sociais e as organizações civis devem assumir uma posição e proteger as pessoas que já se posicionaram nesta luta. Esta ação é central na promoção de redes e em incentivar as pessoas a falarem sobre casos de assédio sexual. O debate público e as ações comunitárias são essenciais para abordar essa realidade, especialmente no que se refere ao assédio sexual, que geralmente são mais delicadas e mais difíceis de enfrentar; *d) perspectiva de mídia*: regulamentação da mídia a fim de torná-la mais sensível e responsável sobre qualquer material divulgado sobre a violência de gênero e o assédio sexual; deve-se, inclusive, não culpabilizar a vítima ao a ela se referir. *e) perspectiva política*: ação conjunta de diferentes partidos políticos para aprovação de leis e mecanismos de apoio às vítimas, além de criar mecanismo para a educação de jovens trabalhar sobre o tema de violência e assédio sexual, também servidores públicos e instituições.

Por fim, Vidu et al (2017) demonstram que a solidariedade entre as pessoas que apoiam as vítimas é fundamental na luta contra o assédio sexual de primeira e segunda ordem. Ainda, afirmam que “se não somos parte da solução, então somos parte do problema”.

Ainda sobre a perspectiva de enfrentamento a violência contra a mulher, Valls et al 2016 indicam pontos importantes diante da revisão feita sobre a temática. Primeiro ponto é que a violência contra a mulher tem uma característica em comum com outros tipos de violência que ocorrem nas universidades: ela é praticada por alguém conhecido ou próximo à vítima - constata que é muito baixo o número de violência cometida por desconhecidos. Outro ponto é que a violência contra as mulheres na universidade não é exercida apenas entre e por estudantes, mas também por professores universitários. Estes agressores utilizam do seu status de poder para exercer o controle social e a violência em seus diversos tipos contra as mulheres.

Perante essa revisão de literatura sobre a produção dos Estados Unidos e da Espanha, Valls et. al. (2016) demonstram as razões da violência no âmbito universitário. A primeira, é

que as *estruturas de poder hierarquizam*, ou seja, a existência de estruturas de poder que colocam os homens sobre as mulheres e o poder dos professores sobre os alunos promoveu por muitos anos e ainda promove a vulnerabilidade feminina e a violência contra a mulher no âmbito acadêmico. *As dinâmicas permissivas com a violência contribuem para o contexto de hostilidade* ao levar as vítimas a se sentirem culpadas pelas agressões sofridas e também passam a se sentir isoladas pelos colegas da universidade.

Valls et al (2016) ainda falam sobre a *naturalização da violência nos relacionamentos* permeados por mitos e crenças, por exemplo, nem todos os membros das comunidades universitárias consideram beijo, toques ou relações sexuais sem consentimento como atos de violência. Isto faz com que haja os estereótipos sexuais que contribuem para valores sexistas e racistas, culpabilização das vítimas e a violência contra a mulher. *A Dinâmica sexista* influencia diretamente no comportamento dos universitários, ao fazer que aceitem as crenças e os mitos dos estupros e violência sexual promovendo comportamentos sexistas e normatizando comportamentos violentos e a agressividade voltada às mulheres. Além de tudo isso, ainda tem a culpabilização e desassistência da vítima por parte da universidade e da comunidade.

Outra importante contribuição, segundo Valls et al (2007) é a não identificação da violência, logo, não reconhecem estar em um relacionamento amoroso violento. Ao retomar os dados da pesquisa do Instituto Avon (2015), confirma-se que espontaneamente 10% das mulheres afirmam ter sofrido violência na universidade, mas quando são estimuladas com uma lista do que é violência este número sobe para 67%. Muitas mulheres não conseguem identificar que ao serem forçadas a ter relações sexuais com o parceiro de longa data ou esporádico, ou quando são forçadas a beijar um veterano é um tipo de violência. Consequentemente, não há a denúncia por parte destas mulheres sobre a violência a qual foram submetidas, ou por vergonha, ou por não entender o ato sofrido como uma violência, ou por medo de não ter apoio da instituição universitária.

Valls et. al. (2009) traz exemplo de medidas de prevenção e atenção à violência de gênero de prestígio internacional, as quais são seguidas à risca pela Universidade de Harvard. Nesta universidade, existe um departamento específico de atenção e prevenção a abusos e violência sexuais, que tem a função de coordenar diferentes programas desenvolvidos na universidade. Alguns dos serviços oferecidos são: informação e apoio aos estudantes que passaram por algum tipo de violência e também aos familiares, amigas e amigos da vítima, assistência médica, acesso a recursos como apoio acadêmico e mudança de endereço, palestras educativas sobre violência sexual e temas correlatos. Ainda, contam com um serviço

com especialistas que atendem vinte e quatro horas, por telefone, qualquer reclamação sobre violência de gênero, organizam e executam duas semanas anuais sobre a luta contra a violência de gênero e, por fim, elaboram publicações e cartazes sobre assédio sexual nas universidades que ficam disponíveis na internet.

### 3.2.1. Medidas para avançar na superação de violência contra as mulheres nas universidades.

A literatura internacional apresenta contribuições importantes para a prevenção e a superação da violência contra as mulheres na universidade, os dados e as denúncias são fundamentais para a quebra do silêncio a respeito desta problemática. Essas medidas devem ter o *caráter paliativo*, que além de curar as feridas emocionais, psicológicas e físicas das vítimas, alivia o problema momentaneamente, e o *caráter preventivo*, que envolvem medidas de segurança, normativa e punitiva, algo que tem a capacidade de evitar a efetivação da violência, concomitantes a medidas formativas. O levantamento de dados e pesquisas investigadas por Valls et al (2007) trazem medidas paliativas e preventivas para avançar na superação da violência contra a mulher:

- *Educação das relações de gênero para superar mitos e crenças sexistas:* (preventivo) é indicado que haja programas educativos e preventivos que tragam informações sobre todos os tipos de violência e potencialize mensagens que as mulheres não são culpadas pelas agressões sofridas. Além de atividades para acabar com os mitos e crenças em centros acadêmicos, atléticas, grupo de mulheres e grupo de homens.

- *Prevenção das relações pessoais não-saudáveis:* (preventivo) as pesquisas indicam trabalhar com universitárias o reconhecimento das relações não saudáveis, independentemente se são relacionamentos longos ou encontros esporádicos, as atividades seriam palestras, leituras, assessorias que oriente as estudantes identificar os elementos não saudáveis das relações gerando alternativas para que elas se defendam.

- *Interações e potencialização do diálogo:* (preventivo) os estudos demonstraram que as interações e o diálogo entre iguais é um elemento chave para identificar a situação de violência e conseqüentemente preveni-las. Estes estudos também demonstram que a mudança individual não é suficiente, se faz necessário dinâmicas em todo âmbito universitário.

- *Apoio as vítimas e solidariedade feminina:* (paliativo) ao identificar que as interações entre iguais é um fator importante, torna-se necessária a formação de uma rede de apoio as vítimas de violência, essas redes de amizade se tornam, na maioria das vezes, um dos meios mais efetivos de apoio ao ajudar romper barreiras institucionais que dificultam as denúncias. Além disso, é importante assegurar que haja mulheres em diferentes funções e hierarquias nos

departamentos das universidades favorecendo o acolhimento das universitárias em situação de violência,

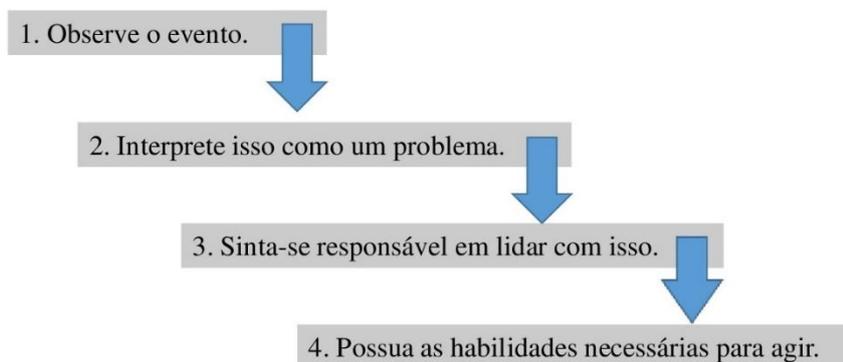
- *Envolvimento das instituições:* (preventivo) diversos estudos sinalizam que as universidades precisam reconhecer que há violência contra as mulheres nas universidades e conseqüentemente buscar caminhos e medidas para resolvê-los. Esses caminhos e medidas precisam ser a nível institucional, e não apenas na perspectiva paliativa, mas também na perspectiva preventiva. Diante disso, sugere-se programas de prevenção e ações contra a violência de gênero conjuntamente de campanhas de sensibilização de tolerância zero diante de qualquer tipo de violência no âmbito universitário com a colaboração de todas as pessoas da comunidade universitária.

Para além do que já foi exposto, Valls et al (2016) argumentam que a universidade se tornou um ambiente hostil, com pouca solidariedade e de culpabilização das vítimas pela violência por elas sofrida, desencorajando as mulheres a realizarem denúncias. Além do que foi destacado acima para a superação e a prevenção de violência de gênero, os estudos apontam a importância da *bystander intervention*, que é a intervenção realizada pelo espectador diante de uma situação de agressão ou qualquer outro tipo de violência.

Sobre a *bystander intervention*, é preciso melhor situar tal elemento, uma vez que ele é bastante desconhecido no contexto brasileiro.

Bystander, segundo *Public Health England* (2016), é o espectador de algum evento, mas que não está diretamente nele envolvido. Em diferentes pesquisas, foram identificadas diferentes etapas da estrutura do comportamento do espectador, passando da inação para a ação. O espectador precisa ver e compreender o evento como um problema que precisa de intervenção; a partir disso, decidir se é ou não parte da solução e assumir as responsabilidades, e por fim ter a capacidade para intervir, conforme quadro abaixo:

Figura 1: Estágios para se tornar um espectador pró social.



Adaptado de *Public Health England* (2016)

*Public Health England* (2016) explicita que para identificar e intervir em uma situação de violência é necessário um treinamento educativo que tem como objetivo capacitar o espectador para reconhecer: **a)** fatores de risco (de vitimização e perpetração); **b)** impacto negativo nas vítimas; **c)** comportamentos contínuos ou suscetíveis de violência sexual, como o sexismo, atitudes hostis em relação às mulheres, a aceitação do mito do estupro, culpabilização das vítimas; **d)** sinais de alerta precoce de abuso doméstico; **e)** situações de violência potencialmente perigosas à medida que ocorrem. Porém, todo esse conhecimento é um passo da transformação, pois o espectador tem que estar disposto a ser um agente que trabalha a favor da prevenção da violência de gênero.

Com a presente seção concluímos que já existem medidas identificadas e testadas internacionalmente como mais efetivas para a prevenção e a superação da violência contra a mulher no âmbito universitário. O desenvolvimento de programas de prevenção e violência contra a mulher, baseados em evidências científicas, indicam que é necessária tolerância zero a qualquer tipo de violência, a seus agressores e sua rede de apoio, além de intervenção, apoio às vítimas e com as pessoas que são sua rede de apoio. A perspectiva comunicativa, adotada pelo CREA/UB e pelo NIASE/UFSCar, tratada nessa dissertação, agrega às evidências aspectos importantes sobre fontes da violência e ações efetivas.

Embora já tenhamos conhecimento de pesquisas e contribuições da abordagem advinda da perspectiva comunicativa, a pergunta que guiou o estudo que agora apresentamos nos remete a ir além e a explicitar se *há produção acadêmica nacional e estrangeira, bem como ações desenvolvidas em universidades que ofereçam elementos balizadores para se*

*estenderem medidas preventivas, punitivas e paliativas de enfrentamento à violência contra as mulheres nas universidades brasileiras?*

Passamos na próxima seção a abordar a pesquisa em si, descrevendo a metodologia de pesquisa que utilizamos para seu desenvolvimento.

#### 4. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Conforme indicado nas seções anteriores, o tema abordado na presente pesquisa é a prevenção e a superação de violência contra mulheres nas universidades. Definidos os termos e explicitado o enfoque teórico que assumimos no estudo, o objetivo que com ele tivemos foi evidenciar as contribuições teóricas e empíricas, no âmbito da educação, difundidas em artigos científicos nacionais e internacionais, relacionados à temática da violência de gênero na universidade, com destaque para a violência contra a mulher, buscando as medidas preventivas ou paliativas por eles indicados.

Portanto, com os objetivos traçados, procuramos responder à seguinte questão: Há produção acadêmica nacional e estrangeira, bem como ações desenvolvidas em universidades, que ofereçam elementos balizadores para se estenderem medidas preventivas, punitivas e paliativas de enfrentamento à violência contra as mulheres nas universidades brasileiras?

De acordo com Gabassa (2009), ao escolher uma metodologia de pesquisa, conseqüentemente, escolhemos a maneira de caminhar no mundo durante a investigação, construindo, compreendendo e transformando a realidade conjuntamente com quem vive a dimensão dela focalizada. A escolha aqui realizada partiu da premissa de uma postura baseada no diálogo para a construção do conhecimento científico.

Numa perspectiva comunicativa, em coerência com o referencial teórico que adotamos, o estudo envolveu dois movimentos distintos. Inicialmente, fizemos uma pesquisa bibliográfica ao levantar artigos que abordassem a questão de violência de gênero nas universidades nos últimos anos, junto às bases *Scielo* e *Web of Science*, captados pelos descritores (em inglês) entrecruzados: violência, mulher, universidade. Em seguida, fizemos um refinamento dos artigos, triados por meio de seus resumos, para depois selecionar as produções que vinculam violência de gênero e universidades. Os textos foram lidos, resenhados e analisados segundo a área de conhecimento, a temática, a argumentação, o encaminhamento da problemática, o tipo de violência (física, psicológica, moral, patrimonial e sexual). Tais elementos foram organizados em tabelas, o que possibilitou elencar numericamente a frequência de cada tipo de elemento, para se localizar o tipo de correntes teóricas e de encaminhamentos preventivos e paliativos que foram dados à situação.

Posteriormente, utilizando como base a Metodologia Comunicativa (Gómez et al, 2006), os resultados da etapa anterior foram apresentados de forma a explicitar as indicações da comunidade científica a respeito do tema e a indicar abordagens e ações que pudessem contribuir para a superação de violência contra as mulheres nas universidades brasileiras. Os dados foram transcritos e catalogados, o que levou à análise quanto às dimensões transformadoras e excludentes, sendo que a primeira dimensão trata de contribuir para a superação das barreiras que excluem pessoas de práticas ou benefícios sociais, e a segunda trata das barreiras que obstaculizam esses benefícios e práticas que deveriam estar à disposição destas pessoas.

A seguir, focalizamos cada etapa de maneira mais detalhada.

#### 4.1. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Lima e Miotto (2007) argumentam que o conhecimento é fundamental para a constituição da humanidade dentro do contexto da sociedade atual. Produção e encaminhamento de pesquisas tornaram-se parte do desenvolvimento tecnológico e econômico na produção do conhecimento. Chauí (1999, *apud* LIMA e MIOTTO, 2007) afirma que as universidades brasileiras transformaram a maneira de produzir conhecimento devido às estratégias e programas de eficácia organizacional e avaliação de produtividade acadêmica. As produções de conhecimento, principalmente na pós-graduação, estão sendo geradas diante das cobranças de prazos a serem cumpridas pelos orientandos e por produtividade aos orientadores, o que leva a questionar a qualidade destas produções.

Para estas autoras, na área de ciências humanas, merecem destaque os procedimentos metodológicos da pesquisa, principalmente porque na área de humanidades as pesquisas são majoritariamente qualitativas. Ainda é explicitada uma crítica sobre não ser raro encontrar pesquisa bibliográfica caracterizada como revisão de literatura, sendo que a revisão é um pré-requisito para realizar qualquer pesquisa e a pesquisa bibliográfica é um método com um conjunto de procedimentos que buscam dar respostas e soluções ao objeto de estudo. Sendo assim, torna-se relevante definir o método e os procedimentos metodológicos de todo o processo de investigação proposto.

Moreira (2004) argumenta que a revisão de literatura é uma ótima ferramenta para realizar a pesquisa bibliográfica, pois aumenta o conhecimento do pesquisador sobre o assunto e torna o objetivo da pesquisa mais claro. A revisão de literatura

permite localizar pesquisas e analisar a metodologia utilizada, oferece novos olhares e ideias sobre o tema, proporciona encontrar fontes e pesquisas importantes, possibilita que o pesquisador veja sua pesquisa numa perspectiva histórica, além de relacionar sua pesquisa com produções anteriores e sugerir novas pesquisas sobre o tema estudado.

Caldas (1986, apud MOREIRA, 2004) explicita que a produção científica tem ritmos diferentes em todas as áreas, mas é preciso prestar atenção quando a temática é escassa em determinada área, pois todas as referências encontradas serão importantes. De acordo com o que foi colocado referente à revisão de literatura, Moreira (2004) afirma que ela se torna boa quando a pesquisa bibliográfica é compreensível.

Lima e Miotto (2007) indicam que há uma grande utilização da pesquisa bibliográfica nos trabalhos de caráter exploratório-descritivo quando o objeto é pouco estudado, auxiliando, a partir de fontes bibliográficas, na aproximação ao objeto. A pesquisa bibliográfica não tem a característica de ser algo sem flexibilidade, pelo contrário, o(a) pesquisador(a), ao definir seu objeto de estudo, poderá ao obter os dados voltar a reformular ou definir de uma melhor forma seu objeto. Isto não significa falta de rigor científico ou compromisso, mas sim atenção constante aos objetivos propostos na pesquisa.

Deste modo, existe uma sequência a ser seguida: **elaboração do projeto de pesquisa, investigação das soluções, análise explicativa das soluções e a síntese integradora**. Também, segundo Lima e Miotto (2007), é necessário estabelecer critérios para delimitar o estudo: o parâmetro temático, o parâmetro linguístico, as principais fontes e o parâmetro cronológico. Diante da escolha desses critérios, necessita-se definir a técnica, que, no caso da pesquisa bibliográfica, é a leitura.

Salvador (1986, apud LIMA e MIOTTO, 2007) indica que é necessário realizar sucessivas leituras do material coletado para a obtenção de dados e informações em determinados momentos da pesquisa. Essas leituras são **a) Leitura de reconhecimento do material bibliográfico**: uma rápida leitura para localizar e identificar os materiais referentes ao tema estudado; **b) Leitura exploratória**: também é uma leitura rápida que tem como objetivo verificar se o material coletado fornecerá dados para responder o que de fato interessa a pesquisa; **c) Leitura seletiva**: é a leitura voltada aos objetivos da pesquisa a partir da qual selecionam-se informações e dados relevantes; **d) Leitura reflexiva ou crítica**: leitura crítica do material pelo olhar do pesquisador selecionando o que de fato é definitivo para responder as questões da pesquisa; **e) Leitura**

**interpretativa:** é o momento de maior complexidade pois relaciona o que foi expressado nas obras selecionadas com os objetivos do pesquisador.

Ao entender que “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA, T.C.S.L; MIOTO, R. C. T, 2007, p. 38) foi que a escolhemos como parte do processo metodológico adotado neste trabalho, sendo a revisão de literatura uma ferramenta.

*- Procedimentos metodológicos*

Após a **elaboração do projeto de pesquisa**, ao escolher um tema com relevância social e científica, partimos para a **investigação das soluções**, fase na qual realizamos as leituras e utilizamos um roteiro na construção e preenchimento dos quadros. Estas leituras foram organizadas da seguinte forma:

- *Leitura de reconhecimento do material bibliográfico:* pesquisamos em dois bancos de dados artigos que abordam a temática utilizando os descritores “mulher”, “violência” e “universidade” na base de dados nacionais Scielo, e na base de dados internacionais *Web of Science*, utilizamos *woman*, *violence* e *university*.

A revisão de literatura nos permitiu perceber a escassez de produção na área da educação, por isso não realizamos um recorte temporal ao pesquisar na base de dados nacional, e, por outro lado, uma grande produção na área da educação na base de dados internacional, nela necessitando fazer um recorte entre 2016 e 2017. Sendo assim, de acordo com Silveira (1992, *apud* Moreira, 2006), realizamos uma **revisão histórica** ao documentar o desenvolvimento da pesquisa em determinada área, uma **revisão expositiva** ao expor o tema partindo de análises e sínteses de várias pesquisas e uma **revisão questionadora** ao ter como objetivo identificar as perspectivas futuras do tema pesquisado. Não identificamos o estudo como uma **revisão opinativa**, pois não temos como objetivo apenas esclarecer sobre o tema proposto e diante de um conjunto de opiniões modificá-las, mas pretendemos contribuir com evidências científicas para a produção do conhecimento na área de educação.

- *Leitura exploratória:* neste momento foi realizada a leitura dos resumos dos artigos para identificar os materiais que realmente correspondem aos objetivos da pesquisa.

- *Leitura seletiva:* foi realizada a leitura dos textos selecionados para confirmar se o título e conteúdo dos resumos eram coerentes ao texto completo.

- *Leitura reflexiva ou crítica*: nesta quarta etapa de leitura, construímos e preenchemos um primeiro quadro de análise dos artigos, composto por colunas que contém a referência, área de conhecimento, temática, argumentação, encaminhamento da problemática, tipo de violência, metodologia e o enfoque preventivo ou paliativo dado à situação abordada.

Tabela - Tipificação dos textos captados na base Scielo e Web of Science.

Referência	Área de conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	metodologia	Paliativo / Preventivo

Em seguida, construímos e preenchemos um segundo quadro que é a síntese do primeiro.

Quadro - Tipificação dos textos captados na base Scielo e Web of Science.

Código	Área De Conhecimento	Temática	Tipo De Violência	Metodologia	Paliativo / Preventivo

- *Leitura interpretativa*: todos os textos foram lidos na íntegra para que a interpretação de nossas ideias ficasse mais próxima do que os textos analisados expressavam, sem adulterar os dados.

O próximo passo, de acordo com Lima e Miotto (2007), foi a **análise explicativa das soluções** diante da nossa fundamentação teórica, buscando compreender as contribuições teóricas e encaminhamentos preventivos e/ou paliativos dados pelos textos captados. E, por fim, a **síntese integradora das soluções**, momento no qual sintetizamos os dados coletados para uma explicação bem delineada e coerente com a proposta da pesquisa, ao buscar responder as questões colocadas. Os dados finais foram analisados quanto às dimensões transformadoras e excludentes pela metodologia comunicativa que será apresentada no próximo item desta seção.

#### 4.2. METODOLOGIA COMUNICATIVA DE ANÁLISE DE DADOS: DIMENSÃO EXCLUDENTE E DIMENSÃO TRANSFORMADORA

Como mencionado anteriormente, a escolha metodológica é a maneira que escolhemos de caminhar na pesquisa, conseqüentemente no mundo. Portanto, diante da corrente teórica adotada neste trabalho, a metodologia comunicativa, além de um

instrumento de pesquisa, nos proporciona contribuir para o combate das desigualdades sociais pelas evidências científicas, numa perspectiva dialógica. Porém, precisamos explicar especificamente o que é, para quem e para o que serve esta metodologia.

Gómez et al (2006) afirmam que há um consenso ao dizer que as revoluções democráticas do Estados Unidos e da França ao final do século XVIII foram fundamentais no desenvolvimento das pesquisas científicas. Os processos de socialização, linguagem e ação, no decorrer do século XX, contribuíram para o surgimento de novas teorias sociais no campo de metodologias de pesquisa, e a ação social humana tornou-se um dos focos das teorias sociais, sendo diretamente uma influência no campo do conhecimento.

Sendo assim, segundo Gómez, Racionero e Sordé (2010), enquanto na Sociedade Industrial a modernidade era baseada na racionalidade instrumental, na ciência e na criação de direitos e normas, na Sociedade da Informação surge uma modernidade dialógica baseada na racionalidade comunicativa de Habermas, ao utilizar o conhecimento para alcançar a compreensão, aumentando a reflexividade e questionamentos das certezas antes impostas.

Ainda, neste mesmo pensamento, Gómez et al (2006) afirmam que a sistematização do conhecimento social e a sua revisão crítica são importantes contribuições para o começo do século XXI, ao ser um marco teórico sistematizado em que há a possibilidade de entender as situações do mundo atual e a vida social. Portanto, a sociedade do século XXI, que estamos vivenciando, é representada por diversas denominações: a) *Sociedade da Informação* que traz a ênfase da nossa capacidade de selecionar e processar as informações; b) *Sociedade do Conhecimento* que é a concentração no processo de informação como gerador de conhecimento; c) *Sociedade do Risco* que é a falta de conteúdo e a não resposta aos riscos da sociedade atual, tanto sociais como políticos, econômicos e individuais.

Ao destacar as diferentes concepções de sociedade, afirma-se que todas compartilham de algo em comum, o diálogo. O diálogo, segundo Gómez et al (2006), é o que constitui uma nova categoria de sociedade ao influenciar todos os âmbitos, do político ao social, pessoal, econômico, familiar, etc. Portanto, estamos caminhando para uma sociedade com a perspectiva mais dialógica, na qual as autoridades precisam ser menos autoritárias, e são obrigadas a dialogar para que não se gerem grandes conflitos.

Para Gómez, Racionero e Sordé (2010), a ontologia, na concepção comunicativa, é a realidade social vista como uma construção humana, em que os

significados são construídos comunicativamente através da interação entre as pessoas. A epistemologia é dialógica, logo, as declarações científicas são o resultado do diálogo. Portanto, a metodologia comunicativa assume uma concepção comunicativa da realidade com características específicas que a diferenciam das concepções objetivistas, construtivistas e sócio críticas, ao ser transformadora, ou seja, ao buscar transformar os contextos sociais através da ação comunicativa. Porém, a metodologia comunicativa considera alguns elementos da objetivista, como a importância de pesquisadores que dominem o conhecimento científico acumulado ao longo do tempo, e das concepções subjetivistas (construtivista e sócio crítica) como a consideração da perspectiva do sujeito, e da crítica, como a visão questionadora dos processos.

Deste modo, a metodologia comunicativa, com base no conceito de aprendizagem dialógica, propõe-se a investigar e dar respostas para a superação das desigualdades sociais, a partir de uma reflexão crítica e da intersubjetividade, na qual o diálogo é o elemento central. Essa metodologia foi elaborada pela Comunidade de Pesquisa de Excelência para Todos (CREA), da Universidade de Barcelona/Espanha, reconhecida internacionalmente por contribuir na luta pela superação das desigualdades de gênero, étnicas, raciais, culturais e educacionais ao caminhar para uma sociedade mais justa e igualitária.

A metodologia comunicativa, ao analisar e interpretar a realidade, carrega uma série de princípios e contribuições de Chomsky, a análise de competências linguísticas de Searle, o interacionismo de Mead, e a análise social e a criação do conhecimento dialógico de Habermas e Beck. Gómez, Racionero e Sordé (2010) enfatizam a importância de aprofundar os pressupostos que reúnem os principais componentes teóricos da metodologia comunicativa. Segundo Gómez et al (2006) são eles:

A) *Universidade da linguagem e da ação*: qualquer pessoa tem a capacidade de se comunicar e interagir com outras, a linguagem e a ação são capacidades próprias dos seres humanos, portanto, são atributos universais.

B) *Pessoas como agentes sociais transformadores*: não somos objetos submetidos a ações pré-determinadas pela estrutura que estamos inseridos, pois somos capazes de interpretar a realidade e o mundo em que vivemos e também agir sobre ele. Conseqüentemente, podemos ser contrários aos relacionamentos baseados no poder, tomar nossas próprias decisões diante dos fatos e orientar nossas ações.

C) *Racionalidade comunicativa*: ao considerarmos que toda pessoa tem capacidade de linguagem e ação, assumimos, segundo Habermas, que a racionalidade

comunicativa é uma base universal dessas competências e do diálogo igualitário. Logo, utilizamos a linguagem como um meio de diálogo e entendimento para chegar a algum consenso.

D) *Sentido comum*: nós, como seres humanos, interpretamos a realidade com base nas crenças e nos conhecimentos adquiridos ao longo da vida, dando um sentido comum as ações.

E) *Sem hierarquia interpretativa*: os sujeitos tem capacidade de interpretar e compreender o mundo, por isso os pressupostos interpretativos das pessoas pesquisadas são tão importantes quanto dos pesquisadores, porém não se deve deixar de lado o papel de intérprete científico do pesquisador.

F) *Igual nível epistemológico*: na metodologia comunicativa não há desnível epistemológico, pois as pessoas pesquisadas e pesquisadoras estão no mesmo nível no processo de investigação e interpretação das ações. Todas as pessoas têm suas contribuições, suas interpretações e experiências, e por meio do diálogo que consensuam os argumentos.

G) *Conhecimento dialógico*: por meio do diálogo e da intersubjetividade que compartilhamos ponto de vistas e argumentos para chegarmos a algum acordo sobre a interpretação da realidade. Portanto, na pesquisa, com o diálogo intersubjetivo que pesquisados e pesquisadores chegam ao acordo na busca de respostas práticas e científicas ao objeto de estudo.

Deste modo, percebe-se que os princípios da aprendizagem dialógica se fazem presentes na metodologia comunicativa, partindo da premissa que o diálogo igualitário é transformador e capaz de mudar contextos desfavoráveis, dando-se importância para as interações durante a pesquisa na criação de conhecimento. Esta construção do conhecimento é baseada na veracidade dos argumentos válidos, e não no argumento de poder diante da posição que a pessoa ocupa no contexto social em que a pesquisa está inserida.

#### 4.2.1. Organização e análise dos dados da pesquisa comunicativa

Como mencionamos anteriormente, diante dos pressupostos da metodologia comunicativa, precisamos seguir com coerência e ética, e para isso é necessário que haja um contexto favorável para auxiliar no desenvolvimento da pesquisa. Gómez et. al. (2006) argumentam que os saberes acadêmicos são necessários, porém os saberes do mundo da vida dos participantes da pesquisa são cada vez mais importantes para a

produção e para a multiplicação do conhecimento, conhecimento este que nasce das interações e da comunicação realizada entre pesquisadores e participantes.

A metodologia comunicativa não se difere de outras pesquisas quando se trata da identificação, delimitação e valorização do tema ou questão da pesquisa que intriga os pesquisadores, mas traz a importância de compartilhar o mundo social das pessoas ou grupos sociais investigados trazendo suas vozes para a pesquisa. Dentro desta perspectiva os projetos ao serem produzidos, realizados e finalizados formam diferentes grupos de trabalhos de acordo com a necessidade do momento.

Por ser um trabalho produzido dentro de uma pesquisa maior realizada pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa, entende-se que buscamos construir uma pesquisa que promova diálogo com outros trabalhos produzidos, bem como a fomentação de debates sobre políticas de prevenção de violência de gênero nas universidades, como foi demonstrado anteriormente quanto à sua importância social e científica.

#### *- Análise dos dados*

A análise dos dados é uma fase importante da investigação, pois é o momento de descrever, explicar, compreender, interpretar e transformar a realidade social. O processo de análise dos dados varia de acordo com a corrente teórica adotada na pesquisa. Nesta pesquisa, a aprendizagem dialógica é a base teórica, sendo assim, a análise dos dados é realizada diante dos pressupostos da metodologia comunicativa.

De acordo com Gómez et. al. (2006), a metodologia comunicativa utiliza qualquer tipo de técnica de coleta de dados, sendo de natureza quantitativa ou qualitativa, pois a raiz da questão é a orientação comunicativa que se utiliza na técnica para recolher as informações. Caso as informações sejam coletadas por estratégias qualitativas, pela metodologia comunicativa, os dados são sistematizados em um quadro de análise das informações, buscando-se os elementos transformadores e os excludentes de determinada realidade. Segundo Gómez et. al. (2006) esse é um processo de organização das contribuições advindas da metodologia comunicativa, no caso, dimensões transformadoras e excludentes.

Para Gómez, Racionero e Sordé (2010), as dimensões excludentes são as situações, fenômenos e interações que criam barreiras para a inclusão das pessoas em certas práticas, ou criam exclusão de benefícios sociais, enquanto as dimensões

transformadoras são as situações, fenômenos e interações que superam ou ajudam a superar essas barreiras.

As tabelas a seguir demonstram como foi realizada a análise das dimensões excludentes e transformadoras dentro dos pressupostos da metodologia comunicativa.

*Tabela 04: Elementos excludentes e elementos transformadores trazidos pelas pesquisas apresentadas nos textos captados na base Scielo*

<b>Texto / Base Scielo</b>	<b>Elementos excludentes</b>	<b>Elementos Transformadores</b>
<b>Sc1</b>		

*Tabela 05: Elementos excludentes e elementos transformadores trazidos pelas pesquisas apresentadas nos textos captados na base Web of Science*

<b>Texto / Base Web of Science</b>	<b>Elementos excludentes</b>	<b>Elementos Transformadores</b>
<b>Ws1</b>		

Para Gómez et. al. (2006), os quadros de análises podem responder de uma melhor forma às necessidades de uma pesquisa ao tratar com profundidade os aspectos particulares do estudo proposto ao ter a base teórica sólida e rigor científico.

No caso do presente estudo, como se poderá visualizar nas seções a seguir, a organização dos dados e as análises, seguindo as dimensões transformadoras e excludentes dos artigos selecionados nas bases de dados Scielo e Web of Science, trouxeram elementos que fazem avançar na discussão do conhecimento sobre o tema que abordamos.

## **5. ANALISANDO ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NAS UNIVERSIDADES: BASE SCIELO E BASE WEB OF SCIENCE**

Conforme indicado no capítulo referente à metodologia de pesquisa, o estudo aqui realizado é de caráter de revisão bibliográfica, focalizando a violência contra as mulheres nas universidades, com busca em duas bases de artigos, uma nacional, a base Scielo, e uma internacional, a base Web of Science.

Se na base nacional encontramos poucas produções a partir dos descritores utilizados (mulher, violência, universidade), sendo possível a análise de todos eles, na base internacional, a imensa quantidade encontrada nos obrigou a fazer um recorte que tornasse viável a pesquisa de mestrado, embora lhe tenha trazido um limite bastante importante ao tipo de contribuição que podemos oferecer. Na base Web of Science, optamos por focalizar apenas os artigos provenientes da área de Educação, em vista da área de pertencimento desse trabalho.

Nessa seção, apresentamos e analisamos os dados coletados nas duas bases, com os limites apontados.

### **5.1. OS ARTIGOS NACIONAIS: A discussão da temática na base Scielo**

De acordo com a pesquisa exploratória realizada na base de dados Scielo<sup>1</sup>, ao utilizar os descritores “mulher”, “violência” e “universidade”, identificamos que existem aproximadamente trezentos e sessenta e quatro produções sobre mulheres e violência de gênero; mas, com o direcionamento específico às mulheres universitárias, foram encontrados apenas oito artigos. O levantamento foi realizado de forma aberta, sem especificação de período, pois ao fazer o recorte, primeiro dos dois últimos anos (2016 e 2017) e, depois, dos últimos cinco anos (2013 a 2017), não encontramos número expressivo de material para ser analisado, conforme ilustrado no Tabela 1.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada dia 08/01/2018 (<http://www.scielo.br>).

Tabela 1- Número de artigos obtidos em busca na base de dados Scielo

<b>Filtro</b>	<b>Frequência</b>
Busca com descritores sem data determinada	364
Período de 2016 a 2017	02
Período de 2013 a 2017	03
Contribuições diretamente no resumo	08

Fonte: Criada pela autora

Na busca sem especificação temporal, chegamos a 8 (oito) artigos voltados à violência contra a mulher na universidade. Identificamos que as produções referentes à temática surgem a partir de 2008 (Tabela 1 do apêndice sintetiza as informações dos oito artigos) na base nacional de dados Scielo. Para identificá-los em nossa pesquisa, conforme mencionado anteriormente, utilizamos como código as letras *Sc*, referente à base de captação Scielo, acompanhado de sequência numérica crescente por ordem de captação, no caso, de 1 a 8.

No tocante à violência de gênero nas universidades, dos artigos encontrados na base Scielo, o primeiro artigo (*Sc1*), da área de Educação Médica/Saúde, publicado no ano de 2008, traz uma pesquisa sobre o trote excessivo para a integração de calouros em uma Faculdade de Medicina, em que se fere o direito de ser humano de cada sujeito. Este trabalho busca verificar a existência de influências socioeconômicas e de gênero na aplicação do trote. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a metodologia quantitativa, por meio de questionário quantitativo com tabulação em *Excel*, com estudantes de primeiro, segundo e terceiro ano de 2006 e primeiro ano de 2007 do curso de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. O tratamento de dados foi feito por meio de análise descritiva e estatística com o *software Microstat*. Os tipos de violência focalizados foram física e psicológica.

Diante da coleta e análise de dados as autoras e o autor chegam à conclusão que o trote pode ser exercido como uma violência independente do gênero, porém ele se apresenta de forma diferente, pois para os homens o trote tem um grau de leve a moderado, enquanto para as mulheres, além de constrangedor, é de pesado a muito pesado. As autoras e o autor indicam a necessidade de mudar o perfil tradicional do trote, e propõem mudar as características do trote para algo voltado às ações sociais, alegando que este rito de passagem influenciaria de modo positivo a formação dos jovens para enfrentarem os problemas sociais, econômicos, educacionais e políticos de forma responsável e com compromisso. Explicita a importância internacional do trote social, argumentando que este estilo de trote está ligado aos objetivos do milênio previstos pela Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como ações a criação de hortas, acabar com a fome, prevenção de DST, entre outros.

O enfoque preventivo do texto é claro, ao descrever como seria realizado o trote social: os calouros doariam seu tempo e sua força de trabalho para causas sociais e humanitárias (entrega de plantas, preservativos, sacos de lixo e panfletos de cunho social nos pedágios, ações sociais em asilos e instituições de caridade, doação de sangue aos bancos hospitalares, doação de alimentos e roupas, plantação de árvores, etc.). Nada disso impediria, segundo as autoras, a confraternização com festas após as ações do trote social, mas as autoras deixam claro que qualquer atitude inadequada ou violenta deva ser punida.

Ao analisar o segundo texto (*Sc2*), que também é um artigo da área da Educação Médica/Saúde, publicado no ano de 2009, percebemos que ele trata de identificar o conhecimento sobre a violência de gênero pelo olhar de estudantes de medicina e residentes de uma universidade pública brasileira, para que possam colaborar com a quebra do ciclo de violência. Para isso, as autoras enfatizam a importância de se entender de forma mais profunda aspectos éticos, legislativos e epidemiológicos da violência de gênero na formação destes futuros profissionais. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a metodologia quantitativa com corte transversal, realizado por meio de aplicação de questionário aos acadêmicos de Medicina que cursavam o sexto ano em 2005 e aos residentes do primeiro ano em ginecologia e obstetrícia, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, no ano de 2004. O tratamento de dados foi realizado de forma bivariada com a aplicação do teste de qui-quadrado e o teste exato de Fisher ao buscar as relações estatísticas variáveis que definiam o conhecimento da temática. Os tipos de violência focalizados foram física, psicológica e sexual.

Este texto tem enfoque paliativo, pois a argumentação se dá diante de casos de violência que já ocorreram, e também preventivo, ao propor a formação sobre a temática no currículo do curso de medicina. As autoras trazem para a discussão a importância por parte das instituições de saúde de incentivar a notificação dos casos de violência de gênero, e também a importância de capacitação destes futuros profissionais em atenderem de forma ética e legal as mulheres em situação de violência, ao solicitar a inclusão desta temática no currículo de formação dos profissionais da saúde.

O texto terceiro (*Sc3*), da área da Saúde, publicado no ano de 2010, é um estudo que tem como objetivo geral determinar a ocorrência de violência doméstica contra as estudantes universitárias em uma faculdade do México, e a sua relação com o consumo de álcool pelos parceiros íntimos destas mulheres. A autora e o autor ressaltam a preocupação por serem mulheres universitárias, uma vez que seria esperado que na universidade as mulheres tivessem maior conhecimento sobre seus direitos. Essa preocupação se dá porque quase metade das

universitárias participantes da pesquisa não tinha conhecimento sobre seus direitos como seres humanos. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a metodologia quantitativa, por meio de questionário estruturado aplicado a setenta e três estudantes do sexo feminino do curso de licenciatura em Enfermagem e Obstetrícia de uma faculdade do México, e o tratamento foi estatisticamente em forma descritiva obtendo frequência e porcentagens. Os tipos de violência focalizados foram física, verbal e sexual.

Percebemos que o enfoque do tema na pesquisa abordada em **Sc3** é preventivo, pois o estudo aponta a importância de realizações de ações de conscientização das mulheres no que se refere aos seus direitos, e paliativo ao indicar a necessidade de demonstrar as possibilidades de buscar ajuda legal e do Estado em casos de violência, ou seja, após a violência já ter ocorrido.

O quarto texto da base Scielo por nós analisado (**Sc4**) é da área da Saúde, publicado no ano de 2012, e está relacionado a uma pesquisa quantitativa sobre a violência sexual e de gênero entre estudantes de uma universidade pública brasileira, localizada no estado de São Paulo. Esta pesquisa buscou avaliar a prevalência de violência de gênero e sexual e sua associação com atitude de gênero e ética e a experiência de sofrer e perpetrar violência entre universitários. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a metodologia quantitativa, por meio de um questionário enviado pela internet a dois mil e quatrocentos e trinta estudantes de graduação e pós-graduação, usando o programa de *software* livre *LimeSurvey*. O tratamento de dados foi por meio de análise deste questionário verificando a frequência e porcentagem dentro da amostra populacional das pessoas que responderam a pesquisa. Os tipos de violência focalizados foram sexual, psicológica e física.

Identificamos em **Sc4** um enfoque paliativo de abordagem da violência contra a mulher nas universidades, pois os dados que a pesquisa traz demonstram a importância da denúncia desta problemática. Ainda, no próprio texto, é indicado que haja mais pesquisas para ampliar o conhecimento e propor intervenções para a prevenção de violência de gênero e sexual no campus universitário.

O texto cinco (**Sc5**) é da área de Saúde, publicado no ano de 2013, e trata das condições de vida, trabalho e gênero das mulheres que trabalham em restaurantes universitários de universidade pública, Universidade de São Paulo (USP). Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a metodologia quantitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com noventa e uma mulheres trabalhadoras de restaurantes universitários da Universidade de São Paulo (USP) e o tratamento de dados e a análise de regressão logística e cálculos foram feitos usando o Microsoft Excel 2007, com o suplemento para Excel denominado EXStat. Seu

resultado proporciona que a violência de gênero está presente entre as trabalhadoras de restaurantes universitários, ao perpassar por todos os momentos de suas vidas, como no trabalho, em seu lar, em sua comunidade. Os tipos de violência focalizados foram física, psicológica e sexual. A violência física, psicológica e sexual sofrida por estas mulheres em seus lares teve como agressores seus parceiros íntimos, e em seu local de trabalho foi perpetrada pelas chefias.

Ao final, o texto indica a necessidade de intervenções imediatas diante de cada situação de violência vivenciada, propondo a instrumentalização destas mulheres e reivindicando apoio do Estado e da Universidade para realizarem o enfrentamento da violência contra as mulheres, dando enfoque preventivo à situação, porém, ressaltamos que não indica formação e intervenção junto ao coletivo de cozinheiras e demais trabalhadoras de restaurantes universitários.

O sexto texto analisado (*Sc6*) é da área de Saúde, publicado no ano de 2013, e, embora não seja declaradamente ligado ao contexto de violência na universidade, os dados remetem a ele. O estudo teve como objetivo descrever, num atendimento de saúde em serviço universitário, na Universidade Estadual de Campinas, localizada na cidade de Campinas, estado de São Paulo, quem foram as vítimas de violência sexual, caracterizar as agressões e o atendimento prestado. Os dados apontam que o perfil da população majoritariamente atendida foi o de mulheres jovens, brancas, sem filhos e com a escolaridade acima da média. No total de seiscentos e oitenta e sete mulheres atendidas entre junho de 2006 a dezembro de 2010, 40% eram estudantes, sendo 12,5% com escolaridade igual ou acima de doze anos, ou seja, provavelmente mulheres universitárias. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a metodologia quantitativa, de acordo com a ficha de coleta desenvolvida para o estudo, tendo como base os prontuários de atendimento das vítimas de violência sexual. O tratamento de dados foi por meio de um programa denominado SPSS 11.5 ao serem coletados, submetidos a revisão e a uma análise estatística. O tipo de violência focalizado foi sexual. Quanto à abordagem dada à violência contra as mulheres, trata-se de um enfoque paliativo, pois o encaminhamento dado ao final do texto é voltado ao curativo, ao indicar que as vítimas necessitam de um acompanhamento voltado à saúde mental a longo prazo, para que não ocorra futuras sequelas.

O sétimo texto (*Sc7*) encontrado é da área de Saúde, publicado no ano de 2016; busca analisar as práticas educativas sobre violência contra a mulher na formação profissional de estudantes universitários na área da saúde, da Universidade Estadual de Montes Claros, na cidade de Montes Claros, no estado de Minas Gerais. Para o desenvolvimento da pesquisa,

diferente dos estudos anteriores, foi utilizada a metodologia qualitativa ao tratar de um estudo descritivo e exploratório; utilizaram entrevista semiestruturada com quatorze participantes, sendo os depoimentos gravados e transcritos, e o tratamento de dados foi aplicado por meio da análise de conteúdo. Uma grande parte dos acadêmicos participantes da pesquisa afirma não ter estudado sobre violência no curso de graduação, o que não lhes permitiu desenvolver conhecimentos e habilidades em lidar com mulheres violentadas. Os tipos de violência focalizados foram física e psicológica. Com o enfoque preventivo, o encaminhamento dado foi a proposta de realizar capacitação de acadêmicos e profissionais de forma multidisciplinar para atuar no atendimento a vítimas de violência na comunidade.

E por fim, o oitavo texto captado na base Scielo (*Sc8*), que é da área da sociologia/antropologia, publicado no ano de 2017, buscou discutir prática do trote entre estudantes universitários em Coimbra/Portugal. O texto traz um contexto histórico sobre trote, tradição acadêmica, movimento estudantil e submissão dos estudantes a tal prática nas universidades portuguesas. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a metodologia qualitativa, com abordagem etnográfica; sem participação de estudantes. O tratamento de dados foi diante do estudo da cultura e comportamento de um determinado grupo cultural, neste caso estudantes das universidades de Coimbra, em Portugal. Os tipos de violência focalizados foram física e psicológica. Não há encaminhamentos ou indicativos de propostas para analisarmos diante do enfoque paliativo e/ou preventivo; é apenas um estudo de constatação.

Sistematizando o conjunto dos textos captados na base Scielo, considerando-se área de conhecimento, público alvo focalizado, tipo de violência cometida, metodologia utilizada no estudo e perspectiva da produção do conhecimento dos artigos chegamos ao Quadro 1.

Quadro 1- Síntese da tipificação dos textos captados na base Scielo

Código	Área	Público Alvo	Tipo de violência	Metodologia	Preventivo / Paliativo
Sc1	Saúde (Educação Médica)	Estudantes do curso de medicina.	Física e Psicológica	Estudo quantitativo	Preventivo
Sc2	Saúde (Educação Médica)	Alunos de medicina e de médicos residentes.	Física, psicológica e sexual	Estudo quantitativo	Paliativo / preventivo
Sc3	Saúde	Estudantes universitárias mulheres.	Física, verbal e sexual	Estudo quantitativo	Paliativo / preventivo
Sc4	Saúde	Estudantes universitários, homens e mulheres	Física, psicológica e sexual	Estudo quantitativo	Paliativo
Sc5	Saúde	Mulheres trabalhadoras de um restaurante universitário	Física, psicológica e sexual.	Estudo quantitativo	Preventivo
Sc6	Saúde	Mulheres vítimas de violência sexual atendidas por um serviço universitário	Sexual	Estudo quantitativo	Paliativo
Sc7	Saúde	Estudantes universitários de uma instituição pública	Física e psicológica.	Estudo qualitativo	Preventivo
Sc8	Sociologia	Estudantes universitários de Coimbra	Física e psicológica.	Estudo etnográfico	Não há enfoque.

Fonte: criada pela autora.

Assim, pode-se afirmar que sete textos (Sc1, Sc2, Sc3, Sc4, Sc5, Sc6 e Sc7) foram publicados em revistas da área de saúde, sendo dois (Sc1 e Sc2) artigos encontrados em uma revista específica da educação médica, e um artigo (Sc8) na área da sociologia/antropologia. A partir desses dados, perguntamos por que será que apenas um deles é da área de humanidades e, em tal caso, referente ao contexto português, e não ao brasileiro. Mesmo dois dos artigos sendo da área de ensino médico, a área de saúde é a que se vem se dedicando ao tema da violência contra mulheres nas universidades.

Ainda, de acordo com o Quadro 2, podemos perceber que o público alvo em sua maioria é voltado às estudantes universitárias, exceto no **Sc5**, que tem o direcionamento às mulheres que trabalham em um restaurante universitário e no **Sc6** que é voltado às mulheres vítimas de violência sexual. Estariam os estudos sobre funcionárias das universidades em artigos classificados por “ambiente de trabalho”, ou não há pesquisas sobre tal população?

As universidades focalizadas foram em sua maioria instituições públicas (Sc2, Sc4, Sc5, Sc6 e Sc7), apenas três são privadas (Sc1, Sc3 e Sc8). Entre todas as universidades, cinco (Sc1, Sc2, Sc4, Sc5 e Sc6) são localizadas no estado de São Paulo, uma (Sc7) no estado de Minas Gerais, duas são localizadas fora do Brasil; uma (Sc3) em Guanajuato, México e outra (Sc8) em Coimbra, Portugal. Pelos dados da Pesquisa Avon, é possível saber que a violência contra as mulheres nas universidades brasileiras se dá tanto nas universidades públicas, como nas particulares. O menor número em universidades privadas de pesquisas já realizadas sobre o tema seria sinalizador de interesse no tema ou de restrições que as instituições colocariam aos estudos?

Ao falar da violência, podemos constatar neste mesmo quadro que tipo de violência foi mais trabalhado pelas pesquisas; a frequência se dá da seguinte forma: sete artigos tratam da violência física (Sc1, Sc2, Sc3, Sc4, Sc5, Sc7, Sc8), seis direcionados à violência psicológica (Sc1, Sc2, Sc4, Sc5, Sc7 e Sc8), cinco artigos sobre violência sexual (Sc2, Sc3, Sc4, Sc5 e Sc6) e um sobre violência verbal (Sc3). Constata-se que a violência física não foi trabalhada de forma isolada, em todos os artigos este tipo de violência era tratado conjuntamente a violência psicológica e uma vez com a violência verbal. A violência sexual foi tratada de forma isolada apenas no texto **Sc6**. Diante dos dados, nos perguntamos se 73% de estudantes conhecem casos sobre assédio sexual e 56% afirmam ter sofrido (Instituto Avon, 2015), por que a violência sexual e o assédio sexual não estão presentes em todos os artigos?

Também notamos a falta de pesquisas sobre a coerção (ser drogada sem conhecimento, ingestão forçada de bebidas alcoólicas e drogas, ser forçada a participar de atividades degradantes) e desqualificação intelectual (desqualificação ou piadas ofensivas, ambos por ser mulher). Quais seriam os motivos dessa exceção, o não reconhecimento deste tipo de violência ou negligência por parte das universidades e pesquisadores e pesquisadoras da área?

Em relação à metodologia utilizada para a produção dos artigos, identificamos seis artigos quantitativos (Sc1, Sc2, Sc3, Sc4, Sc5 e Sc6) e dois qualitativos (Sc7 e Sc8). Nota-se que os artigos captados da área da saúde são em sua maioria quantitativos, sendo apenas um qualitativo (Sc7), enquanto o outro, mais especificamente de cunho etnográfico (Sc8), é da sociologia/antropologia, conforme o quadro 2. Sabendo-se das especificidades do tipo de pesquisa quantitativa e qualitativa, pensamos que a utilização das duas pesquisas em um só estudo pode trazer grandes contribuições, pois tem a primeira tem a capacidade de captar e analisar grandes quantidades de dados de pessoas ou documentos, e a segunda em extrair dados mais subjetivos permitindo conhecer profundamente o sujeito da pesquisa. Portanto, perguntamos, porque entre as pesquisas analisadas não há nenhuma com a metodologia mista?

Por fim, chegamos à conclusão que existem, mesmo que em baixo número, produções na base Scielo que discutem a temática de violência de gênero nas universidades, sendo sete de autoria e focalizados em contexto brasileiro. Em sua maioria, são da área da saúde com duas produções publicadas em uma revista que tem como objetivo promover debates, divulgar análises e resultados voltados à educação médica. As metodologias de pesquisa utilizadas nos estudos são predominantemente quantitativas e ajudam a visibilizar os números e tipos de violência. Exceção metodológica é encontrada no estudo da área de Sociologia (Sc8), que utiliza estudo etnográfico para a realização da pesquisa.

Quanto ao tema que é foco de nossa análise, a violência contra as mulheres nas universidades, os artigos revelam dentro do enfoque paliativo, que para além das denúncias de que existe violência dentro do âmbito universitário, também é necessário o cuidado voltado às feridas físicas e psicológicas para as vítimas de violência de gênero. Ainda, nos textos captados com o enfoque preventivo, são propostas medidas para a formação humana dos universitários com temas voltados ao meio ambiente, classe, raça, etnia e gênero, além da formação específica em disciplinas nos cursos de graduação para que todos tenham sensibilidade e conscientização sobre esta temática. Não encontramos trabalhos voltados aos gestores, técnicos administrativos e professores como peças fundamentais para o combate a violência de gênero nas universidades.

Sobre o único texto da área de humanas captado na busca, chama a atenção que ele seja dedicado a uma universidade estrangeira (portuguesa) e que seja o único que não apresente indicação de medidas paliativas ou preventivas para a superação da violência de gênero nas universidades, ainda mais porque o país se encontra na União Europeia, território onde a discussão sobre o tema começou a se adensar a partir de 2006.

**5.2. OS ARTIGOS INTERNACIONAIS:** a discussão da temática na base de dados Web of Science.

Na busca realizada junto à base Web of Science, ao inserir as palavras de busca “violence”, “woman”, “university”, separadas por vírgula, foram captados 904 textos (Figura 2), dos quais 840 eram artigos, conforme ilustrado na Figura 3.

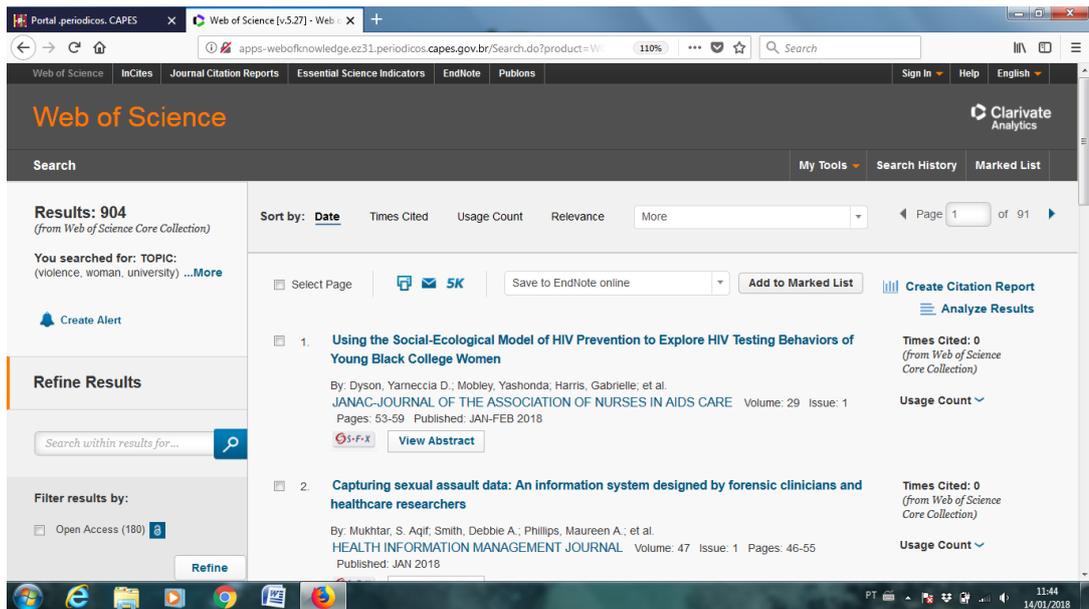


Figura 2: Cópia da tela de busca na base Web of Science com os descritores “violence”, “woman”, “university”.

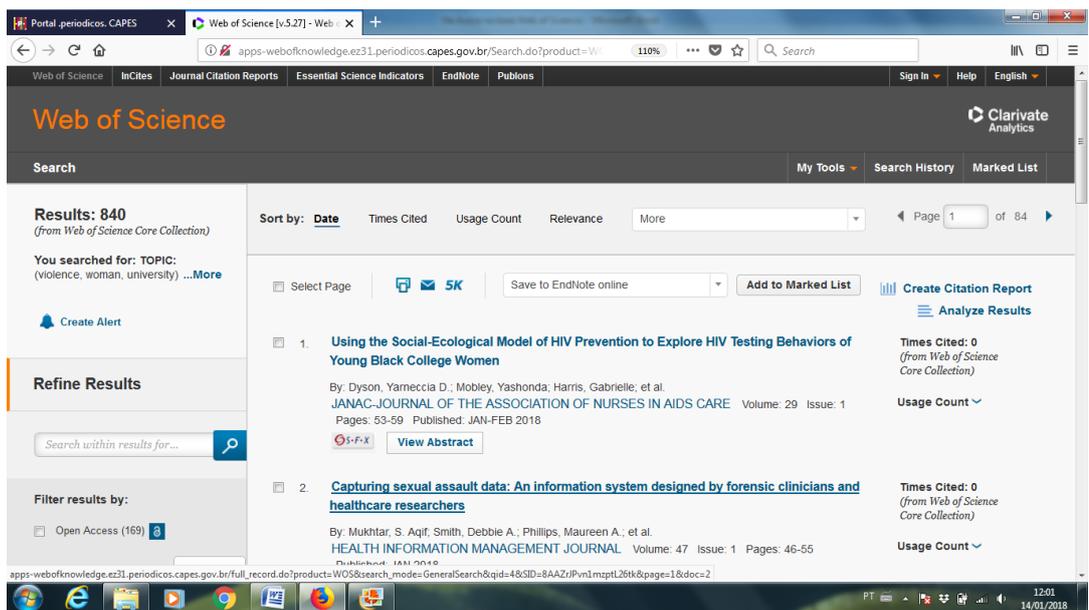


Figura 3: Cópia da tela de busca na base Web of Science com os descritores “violence”, “woman”, “university” selecionando apenas os textos que eram artigos.

O primeiro artigo registrado na base data de 1988, com crescente número ao longo dos anos, mesmo que com algumas oscilações, com os maiores índices localizados nos anos de 2017 (116 artigos) e 2016 (112 artigos), como se pode observar na Figura 4 a seguir.

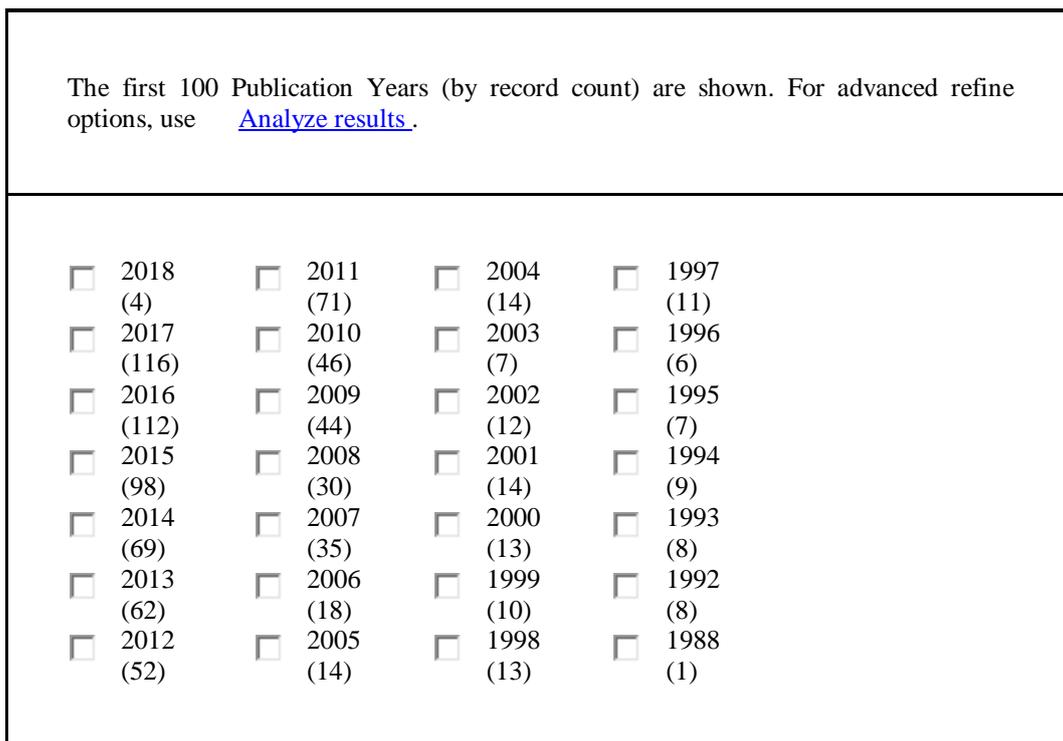


Figura 4: Cópia da tela de refinamento por ano dos textos da base Web of Science captados com os descritores “violence”, “woman”, “university”.

Quanto às áreas de produção, como o que ocorre na base Scielo, a área de saúde tem expressiva produção no tema; porém, a produção na área de humanidades é também expressiva, diferindo do encontrado na base Scielo. Há, na base Web of Science, artigos da área da psicologia, do direito, da sociologia (estudos da família; estudos de mulheres) e da educação – considerando-se apenas os de maior significância numérica (há, por exemplo, artigos na área do serviço social que aqui não estamos computando). O Gráfico 1, referente a tabela fornecida do site da Web of Science, registra a frequência e os percentuais da produção numericamente mais expressiva, nas revistas da base.

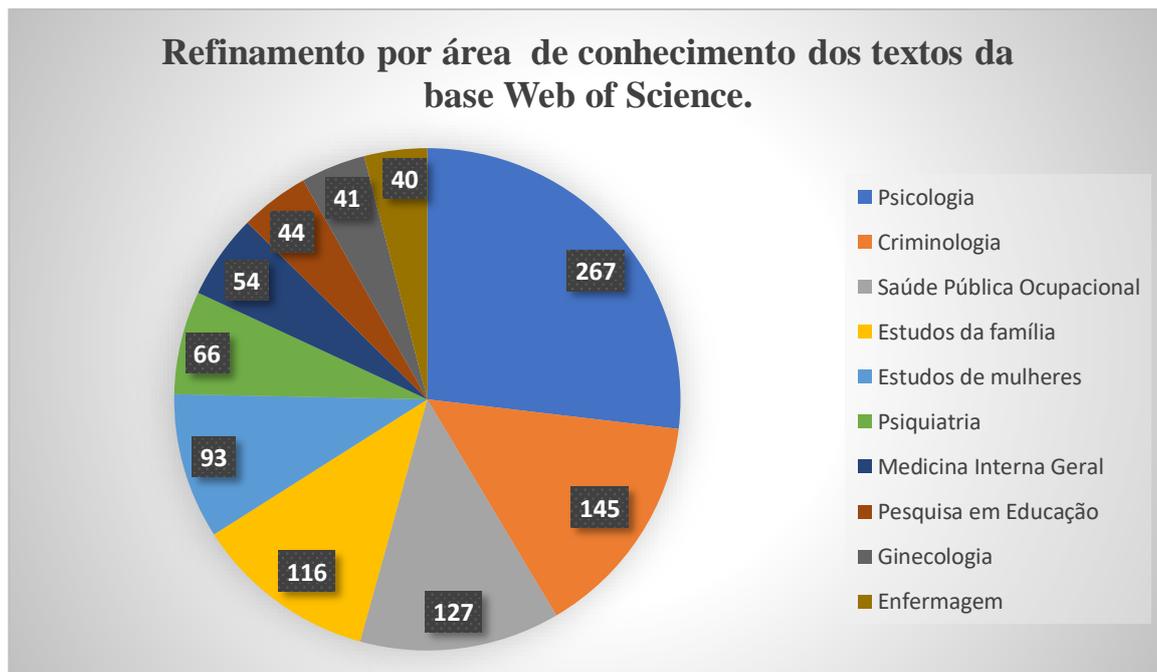


Gráfico 1: Quadro de refinamento por área de conhecimento dos textos da base Web of Science captados com os descritores “violence”, “woman”, “university”.

Tais dados evidenciam a extensa produção internacional sobre a violência contra mulheres nas universidades em diferentes áreas do conhecimento. Assim, há fontes diversas e qualificadas para se buscar tipificações de como se dá a violência no espaço universitário, quais os tipos dominantes de violência contra as mulheres nas universidades, bem como as medidas que vêm sendo implementadas e surtindo resultados na sua prevenção e no cuidado às vítimas.

Porém, como mencionado anteriormente, frente ao tempo disponível para a realização da dissertação e a área do conhecimento na qual a pesquisa se insere, optamos por fazer um recorte na produção, limitando-nos a artigos publicados nos anos de 2016 e 2017, e, dentre os 213 artigos captados nestes anos, focalizar os 20 da área de pesquisa em educação. O Gráfico 2 apresenta o refinamento, por área de conhecimento, dos textos da base Web of Science captados nos anos 2016 e 2017, com os descritores “violence”, “woman”, “university”.

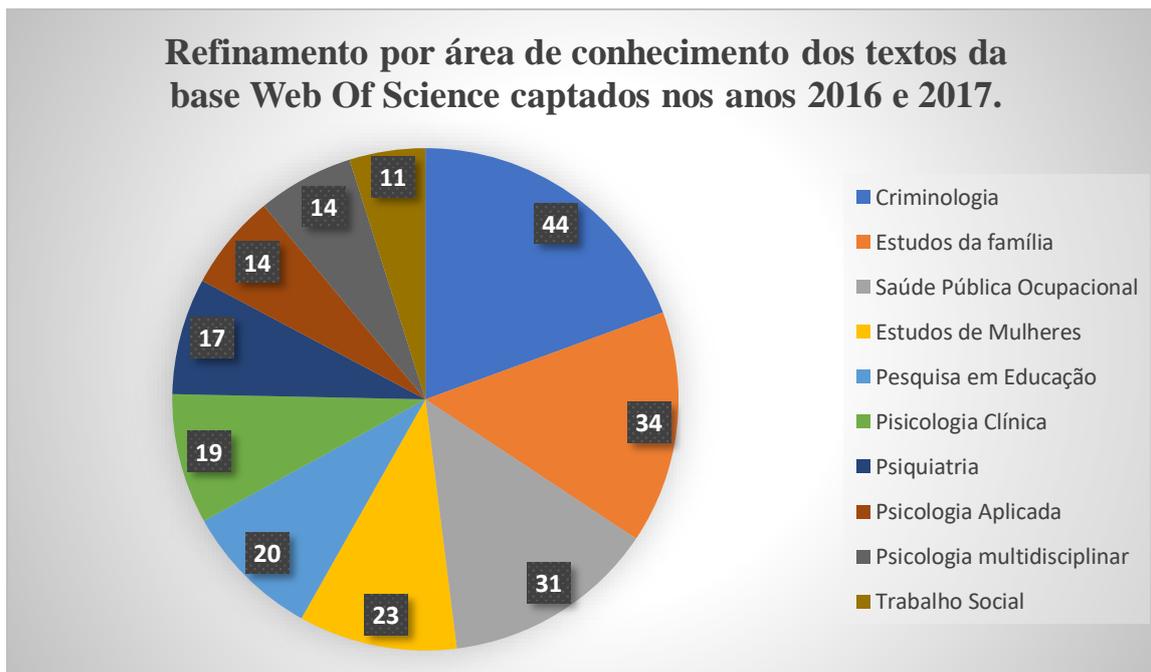


Gráfico 2: Gráfico de refinamento por área de conhecimento dos textos da base Web of Science captados nos anos 2016 e 2017, com os descritores “violence”, “woman”, “university”.

Assim, dos artigos captados na Web of Science, analisamos 20 artigos sobre o tema violência contra mulheres nas universidades, todos localizados na área de educação. No item a seguir, organizamos e analisamos tais dados.

5.2.1. A discussão da temática em textos da área de educação na base de dados Web of Science.

Primeiramente, identificamos e sintetizamos as informações dos artigos captados na base de dados Web Of Science, produzindo o Quadro 2 do Apêndice da dissertação. Ao realizar a leitura de todos eles, identificamos que dois não se referiam à violência contra as mulheres nas universidades: um analisava a situação atual do tratamento penitenciário dado à educação escolar e socioeducativa com mulheres encarceradas dependentes de droga (DEL POZO SERRRANO, 2017), e outra (VIERA-HERNÁNDEZ; CAMACHO, 2016) dedica-se a discutir os índices de violência de gênero na Província de Bolívar, no Equador. Assim, foram 18 os artigos efetivamente contemplados no estudo.

O primeiro artigo analisado, *Ws1*, foi publicado no ano de 2017, traz uma pesquisa sobre a violência e abusos sofridos por estudantes de graduação em Medicina. Este texto levanta a discussão baseando-se em estudos que demonstraram que os estudantes de medicina relatavam mais maus-tratos em comparação com estudantes de outros programas e que há

prevalência de picos de maus tratos durante o estágio clínico. Diante deste motivo, para a realização da pesquisa, foi utilizada a metodologia mista, através de questionário mapeando porcentagens para dados demográficos e experiências em maus tratos entre estudantes. As comparações foram feitas utilizando o teste *U de Mann-Whitney* e a análise qui-quadrado.

Perante os resultados, o texto *Ws1* conclui que as mulheres eram mais submetidas ao assédio e violência sexual do que os homens. Ainda constataram que elas sofreram mais violência psicológica do que os homens, que na amostra sobre violência física demonstram que eles foram significativamente mais submetidos do que as mulheres.

O enfoque preventivo e paliativo do texto se dá ao indicar que são necessárias intervenções para reduzir e eliminar a violência em estudantes, e as autoras argumentam que essas ações não devem ser restritas à universidade, pois houve prevalência de violência perpetrada não apenas por pessoas vinculadas à instituição, mas também pessoas externas a ela. Essas intervenções devem ser feitas também para aumentar a confiança na instituição no combate à violência, e, para isso, necessariamente, precisam ter ações e políticas visíveis como: Política explícita na página do site da universidade, cartazes e panfletos que tratem da temática anunciando palestras e o que fazer em caso de violência, treinamento de pessoal para lidar de maneira não humilhante com os estudantes. Por fim, afirmam que a universidade tem o dever de representar e proteger toda comunidade universitária.

O segundo texto (*Ws2*), publicado no ano de 2017, é um estudo que tem como objetivo desafiar a estrutura pela qual a prevenção de estupro e assédio sexual no ensino superior está sendo constituída, sem as especificidades das mulheres por sua raça e etnia, ou seja, sem respostas na política de prevenção voltada as mulheres negras universitária dos EUA. A autora argumenta que os estudos existentes de prevenção à violência sexual têm levado à discussão de forma ampla, ao não existir um recorte perante a distinção cultural ou histórica. Portanto, a discussão nacional sobre educação superior demonstra que a identidade racial e étnica das sobreviventes (aquelas que sofreram assédio sexual) são raramente pontos de análise em relatórios, ou seja, a política de prevenção à violência sexual no campus universitário se dá a partir da perspectiva das mulheres brancas, neutralizando as demandas específicas das mulheres negras.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a revisão de literatura ao trazer teóricos que discutem as especificidades da questão colocada. A análise do discurso foi o instrumento utilizado diante da discussão dos textos captados e em relação com a política de prevenção à violência sexual dos Estados Unidos.

Por fim, o texto **Ws2** tem enfoque preventivo e paliativo, pois levanta a discussão que a mulher negra, ao passar pela violência sexual na universidade, ao apresentar uma denúncia, tem uma série de preocupações específicas em relação à sua raça e gênero. O argumento parte da perspectiva de que se o agressor é um homem branco, toda a mitificação sobre a sexualidade da mulher negra é usada contra ela. Por acaso, se o agressor é um homem negro, ela tem medo de reforçar os estereótipos racistas sobre a sexualidade do próprio homem negro. Portanto, dentro da política de prevenção, faz-se necessária a discussão aberta na universidade sobre raça, para que as mulheres negras possam fazer a denúncia de forma segura e sem questionamentos que justifiquem a agressão diante de sua raça. Ainda é proposto um avanço na política de prevenção à violência sexual, ao trazer as especificidades das mulheres negras para o currículo oculto das universidades. Além disso, é proposta uma política de respostas e prevenção em âmbito federal que inclua as necessidades, perspectivas e vozes das mulheres negras no ensino superior.

Ao analisar o terceiro texto (**Ws3**), publicado no ano de 2017, identificamos uma temática importante para os estudos sobre violência no âmbito universitário, ações de combate à violência de gênero voltadas para proteger diretamente as vítimas de assédio sexual e as vítimas de assédio sexual de segunda ordem. Este estudo foi realizado pela metodologia qualitativa e a análise se deu por uma abordagem de narrativa que permite aos pesquisadores compreender profundamente a complexidade da experiência humana. Os dados foram coletados através de uma análise documental e também entrevistas.

Este texto tem o enfoque paliativo e preventivo, pois busca identificar o que é, como ocorre e quem são as vítimas do assédio sexual de segunda ordem (aquela exercida contra as pessoas que defendem as vítimas de assédio sexual) além de trazer propostas de ações e estratégias para que não ocorra esse tipo de violência. Por fim, as autoras argumentam que a solidariedade entre e com as vítimas é fundamental na luta contra o assédio sexual de segunda ordem e que enfrentar o assédio sexual nas universidades é um desafio que deve ser abordado socialmente, pois *se não fazemos parte da solução, então somos parte do problema*.

O texto quatro (**Ws4**), publicado no ano de 2017, trata de um estudo descritivo das atuais práticas de triagem de violência sexual em centros de saúdes estudantis localizados em universidades da Flórida. Este estudo é um primeiro passo para aumentar a compreensão das características variadas da triagem dos serviços universitários de atendimento à violência sexual. Além disso, afirma que, devido à falta de orientação específica para a triagem de violência sexual, este estudo é o primeiro a aplicar conhecimento sobre as estratégias efetivas das práticas de triagem de serviços universitários de atendimento à violência sexual. A

metodologia utilizada é o estudo descritivo com abordagem qualitativa, e a análise dos dados foi realizada em cima do que foi coletado nas entrevistas aos serviços de atendimento universitário as vítimas de violência sexual.

Este estudo tem o enfoque paliativo pois fornece informações importantes sobre as práticas atuais de triagem do serviços universitários de atendimento a violência sexual, estes centros de atendimento são localizados nas universidades da Flórida. Os achados desta pesquisa são recomendados para o fortalecimento dessas práticas, bem como sugestões para futuras pesquisas. A informação levantada neste estudo é significativa porque pode ser usada para ajudar as universidades a responderem aos recentes apelos à ação que enfatiza a importância das universidades abordarem a violência sexual.

O quinto texto analisado (*Ws5*), publicado no ano de 2017, teve como objetivo compreender melhor as percepções dos estudantes universitários quanto à violência sexual e a intervenção dos espectadores, ou seja, daqueles que presenciam e sabem que ocorre o assédio e a violência sexual nas universidades, termo conhecido internacionalmente como *bystander intervention*<sup>2</sup>. Este texto traz a definição de violência sexual, segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças do Estados Unidos: “qualquer ato sexual cometido contra alguém sem consentimento”, além de trazer também o dado de que um quarto (1/4) dos estudantes universitários norte-americanos sofreram estupros ou tentativas de estupro durante sua vida acadêmica. O estudo também se propõe a trabalhar com a desconstrução de mitos e crenças sobre as vítimas de violência sexual como, por exemplo o caso de que se uma menina não lutar fisicamente contra o agressor não se pode dizer que foi estupro. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a metodologia qualitativa por meio de entrevistas em grupos e individuais, e a análise foi realizada perante as transcrições dos áudios que resultou na identificação de temas relacionados à percepção da violência sexual.

Ao final, o texto *Ws5* indica a importância em acolher as vítimas de violência sexual sem culpá-las, e também a necessidade de políticas de prevenção para colaborar na mudança da cultura instaurada nos campi universitários sobre a violência sexual, tendo o enfoque paliativo e preventivo.

O sexto texto (*Ws6*), publicado no ano de 2017, encontrado busca iniciar uma discussão teórica sobre o debate emergente da temática voltada às masculinidades machistas no ensino superior do Reino Unido e no exterior, explorando o que já se sabe empiricamente e teoricamente. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica tecendo os conhecimentos de

---

<sup>2</sup> *Bystander intervention* é um conceito que foi trabalhado no capítulo 03

trabalhos já realizados. Assim, o texto *Ws6* procura examinar as semelhanças e diferenças do machismo na sala de aula, contextos sociais e interpessoais, e explorar como essas masculinidades se relacionam com outras formas e são mediadas pela classe, raça, sexualidade e outras categorias de diferenças.

Não há claramente qual é o enfoque do texto, porém, diante dos estudos colocados existe a afirmação de que a masculinidade machista pode vir a ser uma masculinidade agressora. Por fim, é indicado no texto que mais estudos sobre a temática sejam realizados.

O sétimo texto da base Web of Science por nós analisado (*Ws7*), publicado no ano de 2017, está relacionado a um estudo que estima a incidência de violência sexual em campi religiosos usando uma amostra de estudantes de graduação de oito faculdades cristãs privadas em Ontário, Canadá. A metodologia adotada é a quantitativa e também uma revisão de literatura. O texto indica que os campi reavaliem a política de consumo de álcool no âmbito da universidade, alegando que outras instituições demonstram eficácia em sua política de combate à violência sexual ao considerarem a relação entre o uso de bebidas alcoólicas e a violência sexual. Além disso, indicam a necessidade do compromisso e posicionamento dos líderes das universidades religiosas diante da violência sexual no campus, e também indicam que se busquem programas de intervenções já realizadas em outras universidades e que tenham dado resultados positivos e efetivos; é assim um texto que tem enfoque paliativo e preventivo.

O próximo texto que analisamos (*Ws8*), publicado no ano de 2017, argumenta que a violência sexual nos campi universitários continua a ser um problema generalizado de saúde pública. Afirma que a preocupação com a violência sexual em universidades parece ter se intensificado recentemente, apesar das taxas se manterem consistentemente altas durante décadas. O foco deste estudo é examinar fatores de risco existentes nos campi universitários que relataram a violência sexual ocorrida sob a responsabilidade da instituição, em 2014, utilizando os dados de uma lei específica que atribui às instituições universitárias a responsabilidade de divulgar e se comprometer com medidas de prevenção e cuidados com as vítimas: a lei Clery<sup>3</sup>. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a análise documental com abordagem quantitativa por meio dos relatórios do ano de 2014 sobre violência sexual, referentes e disponibilizadas pela lei Clery.

---

<sup>3</sup> Clery Act é uma lei dos EUA que obriga as instituições de ensino superior, públicas e privadas, a divulgar informações de segurança do campus e impõe certos requisitos básicos para lidar com incidentes de violência sexual e situações de emergência. As divulgações sobre estatísticas de criminalidade e resumos de políticas de segurança são feitas uma vez por ano em um Relatório de Segurança Anual e informações sobre crimes específicos e emergências são disponibilizadas publicamente durante todo o ano. (Mais informações no site <http://www.cleryact.info/clery-act.html> )

Este texto traz características dos fatores de risco em perpetrar a violência sexual nos campi universitários, por exemplo, utilização de bebidas alcoólicas, fraternidades masculinas (grupos que congregam homens, repúblicas, etc.) e atléticas que endossam a coerção sexual, hipermasculinidade e dominação masculina. Tem o enfoque paliativo e preventivo, pois além de trazer a denúncia e os dados sobre a violência sexual, o texto **Ws8** traz indicações para a prevenção, por exemplo, o engajamento de homens para intervenção direta sob outros homens que perpetraram a violência, além de capacitar fraternidades e atléticas para utilizarem seu status social no combate direto à violência.

Ao analisar o nono texto (**Ws9**), publicado no ano de 2017, também identificamos um estudo voltado aos dados publicados em relatórios anuais ao Departamento de Educação dos Estados Unidos produzidos a partir da normatização garantida pela lei Clery. Este trabalho se propõe a aprofundar o debate sobre os efeitos da mobilização feminista e do Estatuto da Mulher sobre o relatório anual de violência sexual nas universidades.

As autoras do texto argumentam que existe um grande índice de mulheres que sofreram violência sexual nos EUA, porém existem poucos casos denunciados, em especial, quando se trata de mulheres acadêmicas. Portanto, mesmo com as notificações de caso de violência sexual expostas nos relatórios anuais por causa da Lei Clery, ainda se estima que o número seja maior, pois nem todas as vítimas denunciam a violência sofrida. Foi usada a metodologia quantitativa e qualitativa para a produção deste trabalho, além da revisão de literatura.

Com o enfoque preventivo e paliativo, as autoras explicitam que essas universidades precisam ser melhor treinadas para atender as sobreviventes de violência sexual e encorajá-las a fazer a denúncia individual, pois isso obriga a produção dos relatórios e, conseqüentemente, pressiona as universidades a cumprir a lei. Além disso, também apontam que a liderança de mulheres, ou a presença feminina na presidência das comissões voltadas à igualdade de gênero nas universidades, são mais eficientes para as iniciativas ou comportamentos de funcionários em torno da prevenção e notificação de estupro.

O próximo texto analisado foi **Ws10**, publicado no ano de 2017; trata-se do tema voltado a violência sexual afirmando que é um crime generalizado em universidades, e muitos sobreviventes não procuram recursos e ajuda pós violência. Este estudo explora componentes de intervenções alternativas voltadas a sobreviventes de violência sexual nas universidades. A metodologia foi baseada no estudo qualitativo utilizando entrevistas semiestruturadas e grupo focais com sobreviventes, profissionais da saúde e advogados. Tem o enfoque paliativo porque trata de curar as feridas físicas, emocionais e psicológicas dos sobreviventes da

violência sexual, propondo temas emergenciais para o atendimento destas vítimas nas universidades.

O texto *Ws11*, publicado no ano de 2017, trata do uso de vinhetas para capacitar respostas de intervenção à tentativa de violência sexual. O argumento posto é que a violência sexual é um problema da saúde pública, com efeitos duradouros sobre as vítimas, inclusive em mulheres que sofreram a agressão nos anos da faculdade, somando um total de 25%. Neste estudo, quatro vinhetas descrevem cenários de violência sexual para fornecer respostas educacionais a este quadro. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado o método misto; as estudantes responderam a um questionário demográfico e depois responderam a perguntas abertas baseadas nas vinhetas.

O texto tem enfoque preventivo e paliativo, pois se utiliza de algo que já ocorreu para buscar medidas, junto aos estudantes, para a intervenção e prevenção da violência sexual. Ainda argumentam que as ações de intervenções já utilizadas com o foco nos homens, intervenções de espectadores e dicas de prevenção não são suficientes para trabalhar em grande escala com os níveis epidêmicos relacionados à violência sexual nas universidades. O texto indica que a inclusão de vinhetas sobre violência sexual existente no campus facilita o entendimento da temática e ajuda no baixo custo da capacitação de mulheres. Além disso, indicam que a produção de material pelos próprios funcionários da universidade também pode ser uma forma de intervenção com bons resultados.

A temática do texto *Ws12*, publicado no ano de 2017, é voltada ao *bystander interventions*, ou seja, foco na intervenção de espectadores para prevenção e superação de violência, e busca investigar o bem-estar dos expectadores que testemunham e intervêm em situações de violência em relacionamentos amorosos e violência sexual no campus universitário.

O *bystander interventions* exige que a comunidade universitária assuma uma certa responsabilidade pela prevenção de relações amorosas violentas e violência sexual. Este tipo de programa, implementado em campi universitários, visa a promover uma cultura de não aceitação aos comportamentos violentos na comunidade universitária, aumentando a consciência sobre o impacto da violência e a responsabilidade social em impedir tais atos. Para essa pesquisa, foi utilizada a metodologia quantitativa para medir se havia sintomas negativos ou positivos ao serem realizadas tais intervenções.

A pesquisa traz dados sobre a porcentagem de participantes que já assistiram algum tipo de evento relacionado à violência no campus, mais de 90%, e o número de participantes que fizeram alguma intervenção no ato do acontecimento, aproximadamente 50%. Concluem

trazendo como resultado que quando o espectador intervém, ele tem sentimentos positivos, enquanto não intervir na prática da violência resultou em sentimentos negativos. Por fim, é explicitado a necessidade de desenvolvimento de programas de treinamento adequados para programas de *bystander interventions* em campus universitários. Por isso, a perspectiva é preventiva.

O próximo texto que analisamos (*Ws13*), publicado no ano de 2016, trabalha com a descrição do desenvolvimento e avaliação de um jogo multimídia interativo, baseado na narrativa, para promover o aprendizado e a comunicação sobre temas de violência sexual e saúde. O texto parte da premissa de que a violência sexual se tornou um importante problema de saúde pública nos Estados Unidos, portanto, se faz necessário trabalhar com a temática e indicar caminhos de como abordar a violência sexual desde o ensino médio como um meio preventivo. A metodologia utilizada foi com abordagem qualitativa, estudantes do ensino médio desenvolveram um jogo diante de uma narrativa e a avaliação final se deu diante de grupos focais analisando o antes e pós jogo.

Com a abordagem preventiva e paliativa, o texto indica que os participantes do estudo apoiaram positivamente o jogo e relataram interesse em aumentar a conscientização pública e a comunicação em torno de violência sexual e tópicos de saúde, especialmente na escola. Além disso, os participantes relataram que obtiveram uma maior conscientização sobre a violência sexual e também facilitou a comunicação com adultos e colegas sobre a temática. O texto termina com a afirmação que esta prática desenvolvida com o jogo representa uma abordagem viável para a introdução de jovens em questões de violência sexual, com potencial para implementação futura em outras configurações, por isso mantivemos o texto como integrante da pesquisa, mesmo ele não tratando diretamente do contexto universitário. A abordagem é preventiva.

O décimo quarto texto (*Ws14*), publicado no ano de 2016, tem o objetivo de fornecer evidências sobre as percepções dos estudantes da Universidade de Valência, na Espanha, em relação à igualdade e violência de gênero. Para essa pesquisa, foi utilizada a metodologia quantitativa e qualitativa por meio de questionários e grupos de discussão.

Os resultados levantados nesta pesquisa revelaram que os estudantes universitários percebem que seus professores não se importam com as questões relacionadas à igualdade de gênero, e também revela a necessidade dos professores assumirem a responsabilidade de integrar questões relacionadas à igualdade de gênero em suas práticas de ensino de forma efetiva. Portanto, com a abordagem preventiva e paliativa, o texto *Ws14* traz as vozes dos estudantes reconhecendo que há violência na universidade e que algo precisa ser feito, nesse

caso, professores assumirem responsabilidades em trabalhar com essas questões em suas disciplinas. Para além disso, o texto propõe incluir formação específica, inicial e continuada, para que os professores tenham um melhor desenvolvimento da temática em suas disciplinas ministradas na universidade.

O décimo quinto texto (*Ws15*), publicado no ano de 2016, teve como objetivo comparar duas pesquisas realizadas pela mesma universidade em 2011 e 2013 sobre as vítimas de violência sexual. Para essa pesquisa, foi usada a metodologia quantitativa, e na análise examinaram as estatísticas demográficas e foi realizado testes de qui-quadrado para determinar se houve diferenças estatísticas entre as duas pesquisas.

Entre vários resultados, um específico é a indicação de pesquisas sobre violência sexual nas universidades mais abrangente como incluir as experiências vivenciadas por estudantes homens, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e também sob a perspectiva racial, já que a maioria dos estudantes que responderam às pesquisas analisadas eram brancos. Com o enfoque preventivo e paliativo, o texto *Ws15*, além de indicar que as universidades precisam atender da melhor forma as vítimas de violência sexual ampliando para o físico e mental, também explicitam que essa pesquisa indica que os administradores das instituições de ensino superior precisam abordar o tema sobre violência sexual de forma mais direta com os estudantes.

Ao analisar o próximo texto (*Ws16*), publicado no ano de 2016, identificamos que o foco era examinar a estrutura existente dos serviços de agressão sexual nas universidades e ensino superior canadenses, a fim de destacar as melhores práticas e barreiras ao seu sucesso. A metodologia adotada para esta pesquisa foi a qualitativa, a análise partiu dos dados qualitativos dos questionários, em seguida, os temas emergentes foram então refinados e comparados com outros achados na literatura. O texto indica que este método desencadeou o desenvolvimento de uma série de temas em relação a organização dos serviços universitários.

O texto, segundo nossa análise, é paliativo e preventivo pois indica que os programas e políticas voltadas à violência sexual não devem ser implementadas sem avaliações que relamente confirmem suas efetividades. Por fim, deixam recomendações para a melhoria dos serviços prestados às estudandes vítimas, incluindo na educação pública serviços com profissionais treinados e dedicados a cumprir com excelência suas funções diante o atendimento.

O texto *Ws17*, publicado no ano de 2016, tem como objetivo comparar o que é violência sexual com base na auto identificação e a atual legislação federal dos Estados Unidos. Este trabalho traz o argumento de que é um grave problema a prevalência em experiências sexuais

indesejáveis entre os estudantes universitários; 20% dos estudantes reconheceram ter sido estuprados. O alto índice de violência sexual representa uma enorme ameaça para a vida dos estudantes e sua vida acadêmica. A metodologia e a análise dos dados se deram diante das abordagens quantitativas e qualitativas. O texto tem o enfoque preventivo e paliativo, e finaliza a pesquisa alegando que é um estudo piloto, e com os resultados obtidos é possível indicar que haja políticas de prevenção de estupro nas universidades e programas de intervenções para melhorar a conscientização e atender as necessidades dos estudantes.

Por fim, o texto *Ws18*, publicado no ano de 2016, trata de examinar a eficácia de diferentes métodos para fornecer informações sobre política de má conduta sexual de estudantes em sete universidades dos Estados Unidos. O argumento do texto parte da premissa de que a violência sexual é definida como comportamentos que vão desde contato indesejado à violação completa, e o crime praticado contra as mulheres é o mais comum e mais violento quando cometido nas universidades. Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças define violência sexual como um ato sexual cometido ou tentado por outra pessoa sem consentimento livre da vítima ou contra alguém que não esteja em condições (capaz) de consentir ou recusar o ato, como, por exemplo, quem está sob efeito de álcool. Para esta pesquisa, foram utilizados os métodos quantitativo e qualitativos para a coleta e análise dos dados.

Este último texto analisado tem a abordagem preventiva ao indicar que as universidades devem usar métodos atraentes para disseminar as políticas voltadas ao tema de violência sexual para estudantes. Assim, estes estudantes passam a aumentar seus conhecimentos e desenvolvem habilidades para que possam ajudar a si, seus amigos ou alguém que não conheçam para evitar que vivenciem a violência sexual dentro ou fora do campus.

Os dados estão sistematizados de maneira resumida, no Quadro a seguir:

*Quadro 2 - Síntese da tipificação dos textos captados na base Web of Science*

<b>Código</b>	<b>Área</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Tipo de violência</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Preventivo / Paliativo</b>
<b>Ws1</b>	Educação	Estudantes de Medicina	Física, psicológica, verbal, sexual, étnica e Inter geracional	Qualitativa	Preventivo e Paliativo
<b>Ws2</b>	Educação	Mulheres negras universitárias	Sexual	Revisão de literatura	Preventivo e Paliativo
<b>Ws3</b>	Educação	Vítimas de assédio sexual de segunda ordem	Sexual	Qualitativa	Preventivo e paliativo

<b>Ws4</b>	Educação	Centro de atendimento À saúde estudantil	Sexual	Qualitativa	Paliativo
<b>Ws5</b>	Educação	Estudantes universitários	Sexual	Qualitativa	Preventivo e paliativo
<b>Ws6</b>	Educação	Masculinidades no Ensino Superior	Sexual	Pesquisa bibliográfica	Não há
<b>Ws7</b>	Educação	Estudantes de graduação de universidades religiosas	Sexual	Quantitativa e revisão de literatura	Preventivo e paliativo
<b>Ws8</b>	Educação	Masculinidade possivelmente agressora	Sexual	Análise documental / quantitativa	Preventivo e paliativo
<b>Ws9</b>	Educação	Mobilização feministas no combate a violência sexual	Sexual	Quantitativa / Qualitativa	Preventivo e paliativo
<b>Ws10</b>	Educação	Sobreviventes vítimas de violência sexual	Sexual	Qualitativa	Preventivo
<b>Ws11</b>	Educação	Mulheres estudantes universitárias	Sexual	Método misto	Preventivo e paliativo
<b>Ws12</b>	Educação	Estudantes universitários	Sexual	Quantitativa	Preventivo e paliativo
<b>Ws13</b>	Educação	Estudantes do ensino médio	Sexual	Qualitativa	Preventivo
<b>Ws14</b>	Educação	Estudantes universitários	Física, psicológica, verbal e sexual	Quantitativa e qualitativa	Preventivo e paliativo.
<b>Ws15</b>	Educação	Estudantes universitários	Sexual	Qualitativa	Preventivo e paliativo
<b>Ws16</b>	Educação	Programas e políticas contra violência sexual	Sexual	Qualitativa	Preventivo e paliativo
<b>Ws17</b>	Educação	Estudantes universitários	Sexual	Quantitativa e qualitativa	Preventivo e paliativo
<b>Ws18</b>	Educação	Estudantes universitários	Sexual	Quantitativa e qualitativa	Preventivo

Com base no Quadro 2, pode-se afirmar que os 20 textos foram publicados em revistas específicas da área educação. Podemos perceber que o público alvo em 10 artigos (Ws1, Ws2, Ws5, Ws7, Ws12, Ws13, Ws15, Ws17, Ws19 e Ws20) foram os estudantes universitários, sendo que o texto **Ws2** trata de estudantes universitárias negras, e um texto é voltado aos estudantes do ensino médio (Ws14). Além disso, um artigo (Ws9) é sobre a mobilização feminista, dois artigos voltados às masculinidades (Ws6 e Ws8) e dois artigos às vítimas de violência sexual (Ws2 e Ws3), sendo um específico ao assédio sexual de segunda ordem. Ainda nesta mesma análise, identificamos que **Ws4** é voltado a uma central de atendimento estudantil e **Ws18** é direcionado aos programas e políticas contra a violência sexual.

Entre todas as universidades, doze são localizadas nos Estados Unidos da América (Ws2, Ws4, Ws5, Ws8, Ws9, Ws10, Ws11, Ws12, Ws13, Ws15, Ws17 e Ws18), duas (Ws3 e Ws14) na Espanha, duas são localizadas no Canadá (Ws7 e Ws16); uma na Áustria (Ws1) e uma no Reino Unido (Ws6).

Ao falar da violência, podemos constatar neste mesmo quadro que tipo de violência foi mais trabalhado pelas pesquisas; a frequência se dá: todos os artigos tratam da violência sexual, sendo que dezesseis deles tratam exclusivamente da violência sexual (Ws2, Ws3, Ws4, Ws5, Ws6, Ws7, Ws8, Ws9, Ws10, Ws11, Ws12, Ws13, Ws15, Ws16, Ws17, Ws18). O texto **Ws1** trata dos tipos de violência: física, psicológica, verbal, sexual, étnica e intergeracional. O texto **Ws14** trata da violência física, psicológica, verbal e sexual.

Em relação à metodologia utilizada para a produção dos artigos, identificamos cinco textos qualitativos (Ws3, Ws5, Ws10, Ws13, Ws16), três quantitativos (Ws8, Ws12, Ws15) e quatro quantitativo e qualitativo (Ws9, Ws14, Ws17, Ws18). Nota-se que os artigos captados são em sua maioria qualitativos, conforme o Quadro 2. Também identificamos metodologias voltadas à revisão de literatura, análise documental e método misto.

Por fim, chegamos à conclusão que existem produções na base Web of Science que discutem a temática de violência de gênero nas universidades em revistas da área da educação. As metodologias de pesquisa utilizadas nos estudos são predominantemente qualitativas e ajudam a aprofundar os conceitos e entendimentos sobre a violência nas universidades.

Quanto ao tema que é foco de nossa análise, a violência contra as mulheres nas universidades, os artigos revelam que internacionalmente a violência sexual é a mais trabalhada, o que demonstra a importância de uma legislação sobre violência nas universidades como a Lei Clery, dos Estados Unidos, que obriga a divulgação de dados e informações de segurança das universidades, e impõe requisitos básicos para lidar com

incidentes de violência sexual e situações de emergência. Também indicam pesquisas voltadas a intervenções por pessoas que estão presenciando o ato de violência, *bystander intervention*, além do texto que trata do assédio sexual de segunda ordem, que é o ato de violência cometida contra as pessoas que protegem as vítimas.

Os estudos internacionais encontrados na base Web of Science, com o recorte na área de educação, trouxeram grandes contribuições ao que se diz respeito à violência contra as mulheres no âmbito universitário. Entre o que já foi explicitado, podemos afirmar, pelo que foi captado e analisado, que o combate ao assédio e à violência sexual é chave para o enfrentamento às outras formas de violência no âmbito universitário, e além das práticas e ações educativas, se faz necessária uma legislação que tenha princípios, determine o que é violência de gênero nas universidades, e crie normas para regular os comportamentos e ações diante da violência no âmbito acadêmico.

Diante do exposto, tanto nos dados da base Scielo quanto na base Web of Science, existe uma cobrança para que as instituições tomem posicionamento, além de inserir e promover formações sobre o que é a violência contra a mulher no âmbito universitário, como também medidas para sua superação.

Por fim, após explicitarmos as indicações da comunidade científica a respeito do tema e indicar abordagens e ações que possam contribuir para a superação de violência contra as mulheres nas universidades, levamos os dados à análise permeados pela metodologia comunicativa (Gómez et al, 2006). Esta análise segundo a metodologia comunicativa será trabalhada no próximo capítulo, explicitando a dimensão transformadora, que trata de contribuir para a superação das barreiras que excluem pessoas de práticas, ou seja, no caso do presente estudo, aquelas que impedem as mulheres de serem livres de violência na universidade para poder usufruir de aprendizagem e bons relacionamentos, e a dimensão excludente, que trata das barreiras que obstaculizam esses benefícios e práticas que deveriam estar à disposição destas pessoas.

## 6. ASPECTOS EXCLUDENTES E ASPECTOS TRANSFORMADORES DOS ESTUDOS ANALISADOS.

Como anunciado anteriormente, este capítulo dedica-se à análise guiada pela metodologia comunicativa (Gómez et al, 2006). Os dados descritos anteriormente nos forneceram subsídios para a análise das informações quanto suas dimensões excludentes e suas dimensões transformadoras.

Segundo Gómez, Racionero e Sordé (2010) as dimensões excludentes são as situações que criam barreiras para a inclusão das pessoas em certas práticas ou criam exclusão de benefícios sociais, enquanto as dimensões transformadoras são as situações que superam ou ajudam a superar essas barreiras.

Nesta análise, utilizamos, com base em Gómez et al (2006), a *interpretação espontânea* que trata da descrição imediata da realidade sendo a primeira interpretação com o conteúdo fornecido pelos artigos; e a *interpretação reflexiva* que trata da descrição da realidade de forma crítica, a qual utilizaremos para gerar recomendações.

Por ser uma análise das informações adquiridas pela pesquisa bibliográfica, dividimos a análise em duas partes. Na primeira parte, com a interpretação espontânea, fizemos duas tabelas com as informações brutas dos textos, que estão em anexo no apêndice deste trabalho. E na segunda parte, com a interpretação reflexiva, fizemos um quadro de nível básico de análise, com as categorias e as dimensões excludentes e transformadoras. As categorias de análise das dimensões excludentes e transformadoras são decorrentes da análise dos dados do capítulo anterior bem como os conteúdos centrais dos artigos captados para a análise e foram organizadas em relação a: 1) *educação e formação* (preventiva): referente a formação de estudantes, professores (as), profissionais e comunidade universitária sobre prevenção e superação da violência de gênero na universidade; 2) *política de intervenção e de atendimento institucional* a casos de violência contra a mulher (preventiva e paliativa): referente as políticas e aos programas das universidades de intervenção e prevenção de violência nas universidades, e também a assistência à saúde, social e psicológica as vítimas de violência ; 3) *parâmetros legais* (preventiva): legislações punitivas e normativas específicas para o combate e prevenção a violência de gênero nas universidades e 4) *dimensão cultural do convívio entre as pessoas* (preventivo): as interações, relações e convívios entre estudantes, professores(as), profissionais e demais componentes da comunidade universitária.

Gómez et al (2006) argumenta que a informação pode ser analisada de diversas formas, sendo o nível amplo uma análise mais exaustiva e o nível básico uma análise rigorosa. Adotamos a análise de nível básico.

Ao analisar os dados da base de dados Scielo quanto a sua dimensão excludente, constatamos que falta de formação ética, legislativa, epidemiológica de profissionais e futuros profissionais, falta de conhecimento sobre os direitos humanos das mulheres em situação de violência e a falta de disciplinas sobre violência no curso de graduação (Sc2, SC3, Sc7) são pertencentes à categoria de educação e formação. Os textos indicaram que estudantes e profissionais não recebem uma formação específica sobre violência contra a mulher, assim não conseguem se proteger e nem proteger ou agir diante da violência à qual outra pessoa próxima estaria submetida.

A desassistência e o descaso com as trabalhadoras dos restaurantes universitários vítimas de violência de gênero e o serviço universitário de atendimento às vítimas de violência sexual (Sc5, Sc6) são pertencentes à categoria de política de intervenção e de atendimento institucional a casos de violência contra a mulher. Um texto (Sc5) denuncia claramente a falta de comprometimento das instituições com a temática, negligenciando as trabalhadoras dos restaurantes como comunidade universitária e não fornecendo a assistência necessária para as vítimas de violência. O outro texto (Sc6) questiona a efetividade do atendimento dado as vítimas de violência sexual em um serviço oferecido dentro de uma universidade.

O trote tradicional, a prática do trote entre estudantes e a prevalência de violência sexual entre estudantes são enquadrados na categoria dimensão cultural do convívio entre as pessoas (Sc1, Sc4, Sc8). Portanto, a cultura do convívio entre as pessoas instaurada nos campi universitários ainda promove violência como algo normal, corriqueiro, esperado, ou seja, ser forçada a participar de atividades degradantes como leilões e desfiles das calouras, ingestão forçada de drogas e bebidas alcoólicas entre outros tipos de violência foi naturalizado como rito de passagem para a entrada e permanência nas universidades brasileiras.

Nos textos captados na base Scielo, não constatamos nada voltado aos parâmetros legais, o que nos chama a atenção; no Brasil não há uma política específica sobre violência contra as mulheres no âmbito universitário. Porém, existem outras legislações que podem ser utilizadas como base de normativas dentro das universidades, como, por exemplo, a Lei Maria da Penha, a Lei de Igualdade Racial, a Constituição Federal, e também a Declaração dos Direitos Humanos.

Quanto a sua dimensão transformadora, identificamos na categoria de educação e formação: proposta de inclusão da temática no currículo dos futuros profissionais, importância em realizar ações de conscientização das mulheres no que se refere aos seus direitos, instrumentalização das trabalhadoras dos restaurantes universitários e proposta de

realizar capacitação de acadêmicos e profissionais de forma multidisciplinar para atuar no atendimento a vítimas de violência na comunidade (Sc2, Sc3, Sc5, Sc7).

Na categoria de política de intervenção e de atendimento institucional a casos de violência contra a mulher encontramos nos artigos os seguintes aspectos transformadores: importância da denúncia para que futuras pesquisas proponham intervenções e medidas preventivas, reivindicação de apoio do Estado e da Universidade para realizarem o enfrentamento da violência contra as mulheres no âmbito universitário e indicação de tratamento da saúde mental, a longo prazo, para que não ocorram futuras sequelas decorrentes da violência sexual sofrida pelas vítimas (Sc4, Sc5, Sc6). Neste caso, os dados levam a conclusão que o posicionamento da instituição, incluindo políticas e programas de prevenção, são fundamentais para a transformação do ambiente universitário.

Na categoria dimensão cultural do convívio entre as pessoas identificamos como elementos transformadores dos artigos: o trote social (Sc1), que é uma forma alternativa a cultura do trote tradicional, ou seja, o trote pode dar outro sentido a formação pessoal e acadêmica do estudante, como apresentado nos dados analisados no capítulo anterior.

Ainda, da mesma maneira, como não encontramos uma dimensão excludente, também não encontramos, nos artigos captados na Scielo, uma dimensão transformadora referente à categoria parâmetros legais. Entretanto, destaca-se que no Brasil não há uma legislação vigente sobre a violência de gênero nas universidades, porém podemos utilizar outras leis e mecanismos para a formação, prevenção e punição dentro desta temática, por exemplo a lei nº 11340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Nesta legislação podemos contar com a tipificação e as diversas formas de violência contra a mulher, medidas de punição ao agressor e as medidas de prevenção que faz uma relação direta com este trabalho.

Abaixo o quadro básico de análise preenchido com as contribuições dos textos captados e analisados da base Scielo:

*Quadro 03: Nível básico de análise: categorias e dimensões excludentes e transformadoras da base de dados Scielo.*

	<b>Educação e Formação</b>	<b>Política de atendimento Institucional</b>	<b>Parâmetros legais</b>	<b>Dimensão cultural do convívio</b>
<b>Dimensão excludente</b>	3	2	0	3
<b>Dimensão transformadora</b>	4	2	0	1

Por fim, constatamos que existem mais elementos excludentes que elementos transformadores nos textos trabalhados na base de dados Scielo. Então perguntamos, será que

os textos brasileiros estão focando apenas na denúncia ou há algum outro elemento a ser considerado? Por que ainda não existe uma legislação específica sobre violência de gênero nas universidades?

Após analisarmos a produção da base de dados nacional, passamos à análise das barreiras excludentes e transformadoras da base de dados Web of Science.

Quanto a sua dimensão excludente, identificamos na categoria de **educação e formação**: abusos e maus tratos sofridos por estudantes em estágio de formação, discussão sobre a masculinidade machista, a falta de reconhecimento de violência sexual em universidades cristãs, professores (as) e estudantes não valorizam questões relacionadas a igualdade de gênero, e o funcionamento diferentes métodos para fornecer informações sobre política de má conduta sexual de estudantes (Ws1, Ws6, Ws7, Ws14, Ws18).

Na categoria **política de atendimento Institucional** encontramos : abusos e maus tratos sofridos por estudantes em estágio de formação, a não inclusão das diferentes etnias e raça na constituição de programas de prevenção a violência sexual nas universidades, a falta de orientação específica para a triagem de violência sexual de centros de saúde estudantis, a falta de denúncia das estudantes sobre violência sexual, A não procura de recursos pós violência sexual e a estrutura dos serviços de atendimento as vítimas de violência sexual (Ws1, Ws2, Ws4, Ws9, Ws10, Ws16)

Referente aos **parâmetros legais**, identificamos os estudos dos fatores de risco em perpetrar a violência sexual disponíveis nos relatórios do ano de 2014 pela lei Clery (Ws8). E na categoria **dimensão cultural do convívio**: assédio sofrido por pessoas que apoiam as vítimas de assédio sexual, a desconstrução de mitos e crenças sobre as vítimas de violência sexual que permeiam o alto índice de estupro e tentativa de estupro, a falta de reconhecimento da violência sexual no ensino superior religioso e a prevalência em experiências sexuais indesejáveis entre os estudantes universitários (Ws3, Ws5, Ws7, Ws17).

Quanto a sua dimensão transformadora, identificamos na categoria de **educação e formação**: indicação de ações voltadas a formação da comunidade universitária, uso de vinhetas para fornecer respostas educacionais de intervenção à tentativa de violência sexual, a necessidade de treinamento adequados para programas de *bystander interventions* em campi universitários, o desenvolvimento e avaliação de um jogo multimídia interativo para promover o aprendizado e a comunicação sobre temas de violência sexual e saúde. Além disso, destacamos a formação específica, inicial e continuada, para que os (as) professores (as) tenham um melhor desenvolvimento da temática em suas disciplinas ministradas na universidade, inclusão das vozes de todos os estudantes em suas diversidades para a

elaboração e realização de pesquisa sobre a temática, e utilização de métodos mais atraentes para disseminar as políticas voltadas ao tema de violência sexual para estudantes (Ws1, Ws11, Ws12, Ws13, Ws14, Ws15, Ws18).

O elementos na categoria **política de atendimento Institucional** são: indicação de política explícita na página do site da universidade, proposta de inclusão das vozes das mulheres negras na política de respostas e prevenção em âmbito federal que inclua as necessidades, indicação para desenvolver ações conjuntas com toda a sociedade para identificar e criar leis e mecanismos sobre o assédio sexual de segunda ordem. Também existe recomendação para o fortalecimento e melhora dessas práticas de triagem de violência sexual de centros de saúde estudantis, a importância em acolher as vítimas de violência sexual sem culpabilizá-las e a necessidade de políticas de prevenção para colaborar na mudança da cultura entre estudantes sobre a violência sexual. Dois textos indicam a necessidade de utilizar programas de intervenções já realizadas em outras universidades que tenham dado bons resultados, liderança feminina, necessidade de desenvolvimento de programas de treinamento adequados para programas de *bystander interventions* em campi universitários, indicação que haja políticas de prevenção de estupro nas universidades e programas de intervenções para melhorar a conscientização e atender as necessidades dos estudantes, e a utilização de métodos atraentes para disseminar as políticas voltadas ao tema de violência sexual para estudantes (Ws1, Ws2, Ws3, Ws4, Ws5, Ws7, Ws8, Ws9, Ws12, Ws16, Ws17, Ws18).

Na categoria **parâmetros legais** identificamos: indicação de criar leis e mecanismos sobre o assédio sexual de segunda ordem, a lei Clery obrigada as instituições a terem indicações para a prevenção de violência sexual nos campi (Ws3, Ws8). E na categoria **dimensão cultural do convívio**: Indicação da importância em acolher as vítimas de violência sexual sem culpabilizá-las para colaborar na mudança da cultura entre estudantes sobre a violência sexual (Ws5).

Abaixo o quadro básico de análise preenchido com as contribuições dos textos captados e analisados da base Web of Science.

Quadro 04: Nível básico de análise: categorias e dimensões excludentes e transformadoras da base de dados Web of Science.

	Educação e Formação	Política de atendimento Institucional	Parâmetros legais	Dimensão cultural do convívio
<b>Dimensão excludente</b>	5	6	1	4
<b>Dimensão transformadora</b>	7	12	2	1

Então, constatamos que existem mais elementos transformadores que elementos excludentes nos textos trabalhados na base de dados Web of Science, com destaque a **política de atendimento Institucional** e a educação e formação. Também chama a atenção a questão dos parâmetros legais, já que tinham textos que traziam os dados referentes à lei Clery, que é a lei norte-americana que obriga as instituições de ensino superior, públicas e privadas, a divulgar informações de segurança do campus e impõe certos requisitos básicos para lidar com incidentes de violência sexual e situações de emergência.

A grande quantidade de elementos transformadores na categoria de **política de atendimento Institucional** apenas reforça o que já foi abordado neste trabalho, sobre as medidas para avançar na superação de violência de gênero nas universidades. Segundo Valls et al (2007), as mudanças para erradicar a violência de gênero nas universidades têm que ser produzidas em nível institucional. Ou seja, as universidades precisam reconhecer o tamanho do problema e buscar caminhos para resolvê-lo, e para isso é necessário o desenvolvimento de programas de prevenção e ações contra a violência de gênero, em conjunto de campanhas de sensibilização com tolerância zero por parte de toda a comunidade universitária aos agressores e sua rede de apoio.

Por fim, podemos afirmar que existe uma disparidade de focos entre os dados coletados na base Scielo e na base Web of Science. Nos últimos dez anos, baseada na primeira publicação que coletamos na base Scielo, mesmo sendo da área da saúde, os elementos transformadores são voltados em sua maioria na educação e formação. Porém, o número ainda é baixo comparado aos dois últimos anos de publicação na área de educação da base Web of Science.

#### *- Recomendações*

Diante do que foi coletado e analisado nas bases de dados Scielo e Web of Science e as pesquisas que são base teórica para esta dissertação (VALLS et al 2007; VALLS, 2008; VALLS et al 2016; VIDU et al 2017), geramos as seguintes recomendações:

**1. Política de atendimento Institucional** *definida para o combate, prevenção e superação da violência de gênero nas universidades, com medidas disciplinares normativa e punitivas.*

Esta política tem que ser visível e acessível por todas as pessoas que fazem parte da comunidade universitária, explicitando o posicionamento da instituição. Rosa Valls (2008) argumenta que as medidas disciplinares são necessárias para que não haja impunidade à pessoa agressora. Além disso, essa política tem que ser voltada a formação, sensibilização e

definição de normas para que contribua na construção de um clima de respeito e facilite a luta sobre essa situação.

*2. Um departamento ou secretaria como espaço de acolhimento as vítimas e denúncias.*

Estes espaços devem centrar em resoluções de conflitos relacionados a violência de gênero, acolhendo as vítimas e suas denúncias. Além disso, devem estar na coordenação de diferentes programas de intervenção e prevenção a violência de gênero nas universidades.

*3. Página da web da universidade onde possa ser realizada denúncias e também ser encontrada todas as informações sobre atendimentos e procedimentos diante dos casos de violência;*

A página web das universidades é um lugar de grande visibilidade, portanto é necessário que um espaço de acolhimento de denúncia, além de trazer informações diretas sobre o que é violência de gênero no âmbito universitário e as políticas de prevenção e intervenção da instituição.

*4. Atividades contínuas de formação para toda a comunidade universitária (estudantes, professorado, técnicos administrativos e, também, funcionários terceirizados que prestam serviços para a universidade).*

As formações têm de ser mais que uma simples mesa redonda, portanto se faz necessária formações mais densas e extensas sobre a temática, como aulas, oficinas, grupos de apoio, grupo de mulheres, grupo de homens, etc.

*5. Cartazes e documentos informativos que tragam a informação que define o que é violência na universidade, e também indicar o caminho a ser percorrido caso ocorra qualquer tipo de violência.*

Estes cartazes e documentos devem conter informações definindo o que é assédio sexual, violência sexual e os outros tipos de violência que são manifestados no âmbito universitário. Além disso, um guia deve ser dado aos estudantes no ato da matrícula trazendo informações dos serviços oferecidos que possam atender os (as) estudantes e sempre demonstrando o posicionamento a favor da vítima.

*6. Posicionamento da instituição superior de ensino sempre a favor da vítima;*

Valls et al (2016) explicita que a universidade se tornou um local hostil para as mulheres, em especial para as vítimas de violência, desencorajando-as na realização das denúncias e as culpabilizando. Portanto, a universidade, ao realizar seus programas de prevenção, deve posicionar-se sempre a favor das vítimas tendo como guia de suas ações a tolerância zero diante de qualquer tipo de violência no âmbito universitário com a colaboração de todas as pessoas da comunidade universitária.

Finalmente, espera-se que as universidades e também toda a comunidade universitária, percebam que já existem métodos de prevenção e superação a violência contra a mulher e de gênero, baseados em evidências científicas e com bons resultados. E para além disso, possam colocar em prática essas ações e intervenções para que as desigualdades e a violência sejam erradicadas do âmbito acadêmico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação faz parte de um conjunto de estudos e pesquisas desenvolvidos junto ao Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que tem como objetivo promover ações, pesquisas, ensino e aprendizagem para o combate às desigualdades sociais. Nesta dissertação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com artigos captados nas bases de dados Scielo e Web of Science, relacionados à temática de violência de gênero nas universidades, com destaque à violência contra a mulher, buscando medidas para a sua superação e prevenção.

A questão orientadora dessa pesquisa foi: Há produção acadêmica nacional e estrangeira, bem como ações desenvolvidas em universidades que ofereçam elementos balizadores para se estenderem medidas preventivas, punitivas e paliativas de enfrentamento à violência contra as mulheres nas universidades brasileiras?

Na busca em responder tal questão, no primeiro capítulo trabalhamos os problemas e conceitos relacionados à violência contra a mulher ao trazer conceitos como: patriarcado, machismo, gênero, identidade de gênero, identidade sexual, feminismo, feminismo negro e movimento de mulheres. Também, nele, nos dedicamos ao trazer dados, a abordar a violência contra as mulheres e suas diversas formas de manifestação dentro e fora do âmbito universitário. Percebemos que a violência contra a mulher se manifesta de diversas formas, e em diferentes âmbitos: no âmbito familiar, pela comunidade e perpetrada pelo Estado. Ao entender as universidades como parte da comunidade, percebemos que as relações de poder e a violência contra as mulheres se faz presente. Embora as instituições ainda abordem de maneira minimizada a violência nas universidades, a comunidade universitária a percebe e entende a problemática: em pesquisa do Instituto Avon (2015), por exemplo, quando questionados 88% dos homens e 95% das mulheres acreditam que as universidades deveriam criar meios de punir os responsáveis pela violência nos campi e 64% dos homens e 78% das mulheres concordam que as a temática deve ser inclusa nas aulas.

Para aprofundar os estudos no tema, utilizamos como referencial teórico e metodológico a aprendizagem dialógica que é uma concepção educativa que visa a uma educação de qualidade para todas as pessoas e uma vida mais justa e igualitária entre todos e todas; por isso, faz sentido tê-la guiando esta dissertação. Assim, no segundo capítulo do trabalho, demonstramos que no atual contexto de sociedade da informação, as relações de poder antigamente postas não têm mais o mesmo efeito sobre os sujeitos; com o giro dialógico, surge a necessidade de termos mais interações e diálogos para a tomada de decisão,

por isso, a aprendizagem dialógica e seus princípios tornam-se fundamentais para a transformação social em diversos âmbitos da sociedade. E por ter essa base teórica, segundo Flecha (2012), que o feminismo dialógico e as novas masculinidades alternativas, temas que compõem o modelo dialógico de prevenção e resolução de conflitos, também abordados no segundo capítulo, passam a formar uma concepção comunicativa de educação para a superação desta problemática.

No terceiro capítulo, trouxemos os estudos sobre prevenção dialógica de prevenção e superação de violência contra as mulheres na universidade. Nele tratamos da importância em sermos socializados (as) no modelo alternativo aos dominantes na sociedade, ou seja, o modelo em que o amor, a ternura, a amizade, o respeito e as responsabilidades estejam presentes nas relações afetivas e sexuais. Para isso, em nossas interações precisamos estar em boa companhia, permeados pelo diálogo e demais princípios da aprendizagem dialógica, promovendo relacionamentos saudáveis amorosos e de amizades.

Ainda no capítulo terceiro, apresentamos estudos sobre a prevenção dialógica de violência contra as mulheres nas universidades, também demonstrando com evidências científicas a existência do *assédio sexual de segunda ordem*, que é violência que a rede de apoio à vítima está submetida. Para que não ocorra tal violência, Vidu et al (2017) trazem contribuições a serem seguidas diante das perspectivas jurídica, da universidade, de cidadania, de mídia e política.

As revisões da literatura internacional, realizadas por Valls et al (2016), demonstram as razões da violência no âmbito universitário: estruturas de poder que hierarquizam; dinâmicas permissivas com a violência que contribuem para o contexto de hostilidade; naturalização da violência e a dinâmica sexista. Para superá-las, a literatura internacional indica medidas paliativas e preventivas: educação das relações de gênero para superar mitos e crenças, prevenção das relações não-saudáveis, interações e potencialização do diálogo, apoio às vítimas e solidariedade feminina, e o envolvimento das instituições.

O quarto capítulo foi referente à metodologia e aos procedimentos utilizados na pesquisa bibliográfica. Na perspectiva comunicativa, em coerência com o referencial teórico, o estudo foi composto por dois momentos distintos. Primeiramente, fizemos uma pesquisa bibliográfica convencional, e, posteriormente, utilizando como base a metodologia comunicativa, explicitamos os elementos excludentes e os elementos transformadores referentes à superação e prevenção de violência contra as mulheres nas universidades.

A análise das contribuições nacionais e internacionais sobre a violência contra as mulheres nas universidades foi realizada no sexto capítulo. Partimos da premissa que o

conhecimento científico na área educacional pode gerar importantes contribuições para as políticas e medidas para a prevenção e superação da violência contra a mulher; buscamos analisar os dados em bases nacionais e internacionais, sendo que a primeira contava com poucas produções e todas dentro da área da saúde, e a segunda com produções específicas também no campo educacional e em grande quantidade.

Os artigos nacionais encontrados na base Scielo eram da área da saúde, sendo dois da área de educação médica; nela, fizemos uma busca sem recorte temporal, pois ao fazer o recorte dos últimos cinco anos, o número de material encontrado era bastante baixo. Com as datas abertas, encontramos um total de oito artigos, sendo que a metodologia de pesquisa predominante foi a quantitativa, o que ajuda na visibilização dos números e tipos de violência. Sobre os tipos de violência encontrados nas pesquisas foram: violência física, violência psicológica, violência sexual e violência verbal, sendo a violência física a mais focalizada.

Quanto à violência contra as mulheres nas universidades, os artigos revelaram, dentro do enfoque preventivo, as propostas de medidas para a formação humana sobre a temática, com respeito a interseccionalidade existente no país, além de formação específicas em disciplinas nos cursos de graduação para sensibilização e conscientização dos (as) estudantes. Dentro do enfoque paliativo, além das denúncias, indicaram a necessidade da atenção voltada às vítimas de violência ao cuidar de suas feridas físicas e psicológicas.

Os artigos internacionais selecionados para análise na base de dados Web of Science foram todos da área da educação, e, diante da grande produção encontrada, fizemos um recorte temporal entre os anos de 2016 e 2017, totalizando dezoito artigos analisados. Na análise, em relação às metodologias encontradas, cinco eram qualitativas, três quantitativas e quatro eram quantitativas e qualitativas; também identificamos metodologias voltadas à revisão de literatura e análise documental. Portanto, as metodologias eram predominantemente qualitativas, o que contribui a ajudar a aprofundar conceitos e entendimentos sobre a temática.

A forma de violência mais identificada nos textos foi a sexual, demonstrando a importância da legislação vigente nos Estados Unidos, a lei Clery, que obriga a divulgação de dados e informações de segurança das universidades e impõem requisitos básicos às instituições para lidar com ocorrências de violência sexual e situações emergenciais. A análise das pesquisas voltadas a intervenções trouxe duas medidas bastante evidenciadas como efetivas para a prevenção de violência nas universidades: *bystander intervention*, que trata da formação e fortalecimento da audiência ativa, ou seja, de quem testemunha ou sabe de atos de violência posicionar-se e intervir, e também o *assédio sexual de segunda ordem* que

envolveria a denúncia do ato de violência cometida contra as pessoas que protegem as vítimas.

Os estudos internacionais encontrados na base Web of Science trouxeram grandes contribuições voltadas ao combate a violência sexual e outras formas de violência nos campi universitários. Além da perspectiva paliativa, que é a solidariedade e o cuidado com as vítimas, muitos textos traziam, dentro do enfoque preventivo, práticas e ações educativas para a intervenção e prevenção da violência, legislações que determinam o que é violência, as punições ao cometê-las em âmbito acadêmico e normas regulamentadoras. Por fim, as duas bases de dados, tanto nacional quanto internacional, trouxeram importantes contribuições no que se diz respeito à compreensão e à superação da violência contra as mulheres no âmbito universitário.

Ainda, com base nos dados nacionais e internacionais de violência contra a mulher dentro e fora das universidades, indicamos a importância em desenvolver medidas de resolução e prevenção de violência de gênero eficazes, focalizando nas formações que contribuam na identificação da violência, espaços para que as vítimas sintam-se seguras ao fazer a denúncia, criação de ambientes com tolerância zero a qualquer tipo de violência e discriminação, e, também, um ambiente permeado pela solidariedade com as vítimas e sua rede de apoio.

Identificamos nesta análise que há uma disparidade entre a focalização dos tipos de violência, sendo a violência física mais pesquisada na base nacional e a violência sexual o foco das pesquisas na base internacional. Também identificamos que no Brasil não há uma política ou legislações específicas sobre a temática; porém, diante dos dados, devemos reconhecer que nos Estados Unidos há uma legislação, políticas e programas que demonstram resultados positivos na prevenção e combate à violência nos campi universitários.

Ainda devemos enfatizar a falta de produção sobre a diversidade. Não haviam textos direcionados à comunidade LGBTIQ, apenas um texto internacional era voltado às mulheres negras, e nenhum texto internacional ou nacional voltado às mulheres indígenas. Isso nos remete ao princípio da *igualdade das diferenças*, da aprendizagem dialógica, que, segundo Aubert et al (2008), aponta para o fato de que apenas reconhecer a diferença não produz mais igualdade, se faz necessária uma proposta educativa para uma educação antirracista e antissexista. Ou seja, a melhor maneira de combater o sexismo, o machismo, a homofobia e a transfobia são aulas e espaços que proporcionem as interações e diálogos igualitários entre as diferentes pessoas; também é preciso incluir as vozes de todas as pessoas que compõem a comunidade universitária para a prevenção e a superação da violência nas universidades.

O último capítulo da dissertação trata dos aspectos excludentes e aspectos transformadores dos estudos analisados. Para fazer a análise, dividimos o coletado em quatro categorias: educação e formação, política de intervenção e de atendimento institucional, parâmetros legais e dimensão cultura do convívio.

Constatamos que, nos artigos nacionais, existem mais elementos excludentes que elementos transformadores. Porém, a categoria de educação e formação foi a que continha mais elementos na dimensão transformadora, que tratavam de proposta de inclusão da temática no currículo dos futuros profissionais, proposta de capacitação da comunidade universitária de forma multidisciplinar para atuar em atendimento às vítimas de violência. Destacamos que na categoria de parâmetros legais, não encontramos elementos transformadores e nem excludentes, o que nos causou estranheza, pois no Brasil existem outros tipos de legislações não específicas das universidades, mas que são aplicáveis ao âmbito universitário.

Nos artigos internacionais, constatamos que existem mais elementos transformadores que elementos excludentes. Chama atenção a categoria de política de atendimento institucional, pois há um grande número de referência a eles, o que reforça o que já foi exposto neste trabalho, ou seja, a necessidade das universidades reconhecerem a gravidade do problema e buscarem caminhos para resolvê-los. Valls et al (2017) argumentam que as mudanças só podem ser feitas se forem a nível institucional, ou seja, implementação de políticas que visam desenvolver programas de prevenção e ações contra a violência de gênero, em conjunto com campanhas voltadas à tolerância zero por parte de toda a comunidade universitária aos agressores e a suas redes de apoio.

Diante do que foi coletado e analisado nas bases de dados Scielo e Web of Science e, também, com as pesquisas que são base teórica deste trabalho, geramos algumas recomendações:

- 1) Criação pelas instituições de política de atendimento institucional definida para o combate, prevenção e superação da violência de gênero nas universidades, com medidas disciplinares normativas e punitivas;
- 2) Criação, nas instituições, de um departamento ou secretaria como espaço de acolhimento as vítimas e denúncia;
- 3) Criação, na página da web da universidade, de espaço onde possam ser realizadas denúncias e também ser encontradas todas as informações sobre atendimentos e procedimentos;

4) Atividades contínuas de formação sobre o tema para toda a comunidade universitária (estudantes, professorado, técnicos administrativos e, também, funcionários terceirizados que prestam serviços para a comunidade);

5) Cartazes e documentos informativos que tragam a informação que define o que é violência na universidade, e também indicar o caminho a ser percorrido caso ocorra qualquer tipo de violência;

6) Posicionamento da instituição de ensino superior sempre a favor da vítima e de nunca justificar a agressão cometida pelo agressor.

Estas recomendações finais foram geradas com base na análise da literatura e dos artigos que compuseram o escopo do nosso estudo.

Assim, chegamos ao fim desta dissertação. Este trabalho buscou através de análise de dados, pela pesquisa bibliográfica e a metodologia comunicativa, demonstrar o que se tem produzido nacional e internacionalmente sobre a temática, e quais os elementos transformadores para a prevenção e superação da violência contra as mulheres nas universidades. Tendo em vista os limites do estudo, a saber, o recorte em apenas dois anos da produção internacional; a tomada de apenas duas bases de artigos; a tomada apenas de artigos e não de teses e dissertações; a análise de apenas 26 artigos, indicamos que a necessidade de produção de pesquisas que ampliem a coleta de dados documentais. Também são necessárias pesquisa brasileiras na área de educação que ampliem as coletas em campo, contemplando as diversidades que pouco foram encontradas nos artigos.

Com esta pesquisa, acreditamos ter caminhado na direção de nosso sonho. Sonhamos com uma vida sem violência para todas as meninas, meninos, jovens, adultos e idosos, e que possam ter autonomia para guiar a própria vida, decidirem o que querem e não querem para sua vida e serem respeitados por suas decisões. Neste sonho, não cabem os que, para se auto realizarem desejam submeter ou concretamente submetem outros a seus desejos. A não ser que eles e elas mudem. É preciso saber de que lado se está.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Soc. estado.*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, Dec. 2000. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922000000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 fev. 2018.

ALLEN, Kaylie T.; MEADOWS, Elizabeth A. The use of vignettes to empower effective responses to attempted sexual assault, *Journal of American College Health*, 65:4, 250-258, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/07448481.2016.1278376>> Acesso em 14 jan. 2018.

ALVAREZ, Sonia E. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 541-575, Dec. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200013>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

AUBERT, Adriana et al. *Aprendizaje dialógico em la Sociedad de la Información*. Barcelona: Editorial Hypatia, 258p. 2008.

AUBERT, Adriana; BIZKARRA, Mariate; CALVO, Jordi. Actuaciones educativas de éxito desde la Educación Física. Retos. *Nuevas tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación*, nº 25, pp. 144-148. 2014. Disponível em: <[http://www.retos.org/numero\\_25/monografico25.pdf](http://www.retos.org/numero_25/monografico25.pdf)> Acesso em 10 jan. 2018.

BECK-GERNSHEIM, Elisabeth; BUTLER, Judit; PUIGVERT, Lidia. *Mujeres e transformaciones sociales*. Barcelona: El Roure Editorial S.A. 2001. 108p.

BOYLE, Kaitlin M. et al. The Effects of Feminist Mobilization and Women's Status on Universities' Reporting of Rape, *Journal of School Violence*, 16:3, 317-330, 2017 Disponível em : <<https://doi.org/10.1080/15388220.2017.1318580> > Acesso em 14 jan. 2018.

BOTTON, Lena de; PUIGDELLÍVOL, Ignasi; DE VICENTE, Irene. Evidencias científicas para la formación inicial del profesorado en prevención y detección precoz de la violencia de género. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 73 (26,1) 41-55, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27426483008>> Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Lei Maria da Penha: Lei nº 11340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 34p.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)> Acesso em 10 dez. 2017.

BUTLER, Judith P. *Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPANI, Giovanna; PUMAREDA, Olga S. “Grupos culturais: migrantes y minorías culturales en educación”, *Revista Educación y Pedagogía*, Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, vol. 22, núm. 56, enero-abril, 2010, pp. 57-67.

CENTRO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO EM TEORIAS E PRÁTICAS SUPERADORAS DE DESIGUALDADES (CREA). *RELATÓRIO INCLUD-ED FINAL Estratégias para a inclusão e coesão social na Europa a partir da educação*. 2012. Disponível em: <<http://wefithomologa.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2014/04/INCLUD-ED-Report-AF-RBooth.pdf>> . Acesso em: 10 dez. 2017.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. *Estudos Feministas*. nº 2. Florianópolis. 2º semestre 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16472/15042>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dec. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>> Acesso em: 10 dez. 2017.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. Tradução da 3.ed e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA, Ana A. A. Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, H. P.; PISCITELLI, A.; MALUF, S.W.; PUGA, V.L. (orgs) *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. 510 p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=639-vol10feministas-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=639-vol10feministas-pdf&Itemid=30192)> . Acesso em 05 dez. 2017.

DAVIS, Angela. *Mulher, Raça e Classe*. Tradução da 1ª ed Plataforma Gueto. 2013

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. *Perspectivas*. São Paulo. 3: 81-85, 1980. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1696/1377>> Acesso em 17 fev 2018.

DUQUE, Elena. *Aprendiendo para el amor o para la violencia: las relaciones en las discotecas*. El Roure Editorial S.A. 2006. 150p.

ESTANQUE, Elísio. A práxis do trote: breve etnografia histórica dos rituais estudantis de Coimbra. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro , v. 7, n. 2, p. 429-458, ago. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-38752017000200429&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752017000200429&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 10 dez. 2017.

FACURI, Cláudia O. et al. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 29(5):889-898, mai, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2013000500008>> . Acesso em: 11 dez. 2017.

FARIA, Nalu. *Sexualidade e Gênero: uma abordagem feminista*. São Paulo: SOF, 1998. 60p.

FLECHA, Ainhoa. Educación y prevención de la violencia de género en menores. *Multidisciplinary Journal of Gender Studies*, 1 (2), 188211, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4471/generos.2012.09>> Acesso em: 10 jan. 2018.

FLECHA, Ramón. *Compartiendo palabras: el aprendizaje de las personas adultas a través del diálogo*. Barcelona: Paidós, (Papeles de pedagogía; 34)157 p. 1997.

FLECHA, Ainhoa et al. Socialización preventiva en las Comunidades de Aprendizaje. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 67 (24,1) p. 89-100. 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/274/27419180007.pdf>> . Acesso em: 15 ago. 2017.

FLECHA, Ramón; PUIGVERT, Lidia; RIOS, Oriol. The New Alternative Masculinities and the Overcoming of Gender Violence. *RIMCIS – International and Multidisciplinary Journal of Social Sciences* Vol. 2 No. 1, p. 88-113, March 2013. Disponível em: <<http://www.hipatiapress.info/hpjournals/index.php/rimcis/article/view/612/550>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GABASSA, Vanessa. Comunidades de aprendizagem: a construção da dialogicidade na sala de aula. 2009. 245p. Tese (Doutorado acadêmico em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <<http://utopiadream.info/ca/wp-content/uploads/2012/04/TeseVG.pdf>> . Acessado em: 20 set. 2017.

GILLIAM, Melissa et al. “Because if we don’t talk about it, how are we going to prevent it?”: Lucidity, a narrative-based digital game about sexual violence, *Sex Education*, 16:4, 391-404, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14681811.2015.1123147>> Acesso em 14 jan. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professore/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>> . Acessado em 10 dez. 2017.

GÓMEZ, Jesús. *El amor en la sociedad del riesgo: Una tentativa educativa*. Barcelona: El Roure, 2004.

GÓMEZ, Jesús et al. *Metodología comunicativa crítica*. Barcelona: El Roure, 2006.

GÓMEZ, Aitor; PUIGVERT, Lidia; FLECHA, Ramón. Critical Communicative Methodology: Informing Real Social Transformation Through Research. *Qualitative Inquiry*, v. 17, n. 3, p. 235–245, 2011. Disponível em: <<http://qix.sagepub.com/content/17/3/235.full.pdf+html>> Acesso em: 10 jul. 2017.

GÓMEZ, Aitor; RACIONERO, Sandra; SORDÉ, Teresa. Ten Years of Critical Communicative Methodology. *International Review of Qualitative Research*, Volume 3, Number 1, pp. 17–44. May 2010. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/10.1525/irqr.2010.3.1.17> Acesso em 10 dez. 2017.

GONCALVES, Luiz. A. O.; SILVA, Petronilha. B. G. Movimento negro e educação. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, Dec. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782000000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 dez. 2017.

GRUBITS, Sonia; DARRAULT-HARRIS, Ivan; PEDROSO, Maíra. Mulheres indígenas: poder e tradição. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 363-372, Dec. 2005. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000300004> Acesso em 10 jan. 2018.

HACKMAN, Christine L. Slut-shaming and victim-blaming: a qualitative investigation of undergraduate students' perceptions of sexual violence, *Sex Education*, 17:6, 697-711. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14681811.2017.1362332> Acesso em 14 jan. 2018.

HALSTEAD, Valerie et al. Sexual violence screening practices of student health centers located on universities in Florida, *Journal of American College Health*, 65:8, 548-557, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07448481.2017.1351447> Acessado em 14 jan. 2018.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>. Acessado em: 10 dez. 2017.

JOZKOWSKI, Kristen N.; MARTINEZ, Taylor. An empirical investigation of campus demographics and reported rapes, *Journal of American College Health*, 65:7, 482-491. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07448481.2017.1343829> Acesso em 14 jan. 2018.

LIMA, Telma.C.S.L; MIOTO, Regina. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em 15 jan. 2018.

LÓPEZ-FRANCÉS, Imaculada; Viana-Orta, Maria I.; Sánchez-Sánchez, Beatriz. La equidade de Género em El ámbito universitario: ¿um Reto resuelto? *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación Del Profesorado*, 19(2), 349---361. 2016. Disponível em: <http://revistas.um.es/reifop/article/viewFile/211531/193751> Acessado em 14 jan. 2018.

MARSIL, Dorothy F.; MCNAMARA, Corinne. An examination of the disparity between self-identified versus legally identified rape victimization: *A pilot study*, *Journal of American College Health*, 64:5, 416-420, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07448481.2015.1107838> Acesso em 14 jan. 2018.

MARIN, Juliana. C.; ARAUJO, Daniel. C. S.; NETO, José E. O trote em uma faculdade de medicina: uma análise de seus excessos e influências socioeconômicas. *Rev. bras. educ.*

med., Rio de Janeiro , v. 32, n. 4, p. 474-481, dez. 2008 . Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-55022008000400010>>. Acesso em 11 dez. 2017.

MELLO, Roseli R.; BRAGA, Fabiana. M; GABASSA, Vanessa. *Comunidades de Aprendizagem: outra escola é possível*. 1. ed. São Carlos: EDUFSCar. 2012. v. 1. 176 p.

MOREIRA, Valter. Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: conceitos e estratégias para confecção. *Janus*, Lorena/SP, ano 1, nº 1, 2º semestre de 2004. Disponível em: <[https://portais.ufg.br/up/19/o/Revis\\_\\_o\\_de\\_Literatura\\_e\\_desenvolvimento\\_cient\\_\\_fico.pdf](https://portais.ufg.br/up/19/o/Revis__o_de_Literatura_e_desenvolvimento_cient__fico.pdf)> Acesso em: 15 jan 2018.

MUNRO-KRAMER, Michelle L. et al. What survivors want: Understanding the needs of sexual assault survivors, *Journal of American College Health*, 65:5, 297-305, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/07448481.2017.1312409>> Acesso em 14 jan. 2018.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre , v. 18, n. 1, p. 49-55, Apr. 2006 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822006000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 Fev. 2018.

OLIVER, Esther; VALLS, Rosa, *Violencia de género: Investigaciones sobre quiénes, por qué y cómo superarla*, Barcelona: El Roure, 2004.

PALMER, Jane E.; PERROTTI, Carmine. Measuring Self-Reported Sexual Victimization Experiences at One University: A Comparison of Methods, *Journal of Student Affairs Research and Practice*, 53:4, 403-415, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/19496591.2016.1202119>> Acesso em 14 jan. 2018.

PAREDES, José M. H.; VENTURA, Carla A. A. Consumo de alcohol y violencia doméstica contra las mujeres: un estudio con estudiantes universitarias de México. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* 2010 May-Jun; 18(Spec):557-64. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692010000700011>> Acesso em: 11 dez. 2017.

PESQUISA INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. Violência contra a mulher no âmbito universitário. FSB Comunicação. 12 p. 2015. Disponível em: <[http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon\\_V9\\_FINAL\\_Bx.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf)> . Acesso em 11 dez. 2017.

PHIPPS, Alison. (Re)theorising laddish masculinities in higher education, *Gender and Education*, 29:7, 815-830, 2017 Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09540253.2016.1171298>> Acesso em 14 jan. 2018.

PINTO, Celia Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>> Acesso em: 10 jan. 2018.

POTTER, S. J. et al. Conveying campus sexual misconduct policy information to college and university students: *Results from a 7-campus study*, *Journal of American College Health*,

64:6, 438-447, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/07448481.2016.1178122>> Acesso em 14 jan. 2018.

PADRÓS, Maria. A Transformative Approach to Prevent Peer Violence in Schools Contributions From Communicative Research Methods, *Qualitative Inquiry* 20(7), p. 916-922, 2014. Disponível em: < [doi:10.1177/1077800414537217](https://doi.org/10.1177/1077800414537217)> Acesso em: 10 fev. 2018.

PUIGVERT, Lúdia. *Las otras mujeres*. Barcelona: El Roure Editorial. 2001.

PUIGVERT, Lúdia. Preventive Socialization of Gender Violence Moving Forward Using the Communicative Methodology of Research (In Press), *Qualitative Inquiry* 20(7), p. 839-843, 2014. Disponível em: <[pdf, doi:10.1177/1077800414537221](https://pdf, doi:10.1177/1077800414537221)> Acesso em: 10 fev. 2018.

PUIGVERT, Lúdia.; MUÑOZ, Beatriz. Estudios de género. Barreras y aportaciones al debate teórico internacional desde las voces de las otras mujeres. *Multidisciplinary Journal of Gender Studies*, 1 (1), 427, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4471/generos.2012.01>> Acesso em 20 de ago. 2017.

QUINLAN, Elizabeth; CLARKE, Allyson; MILLER, Natasha. Enhancing Care and Advocacy for Sexual Assault Survivors on Canadian Campuses. *Canadian Journal of Higher Education Revue canadienne d'enseignement supérieur* Volume 46, No. 2, 2016, pages 40 – 54.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis , v. 25, n. 1, p. 365-373, Apr. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2017000100365&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100365&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 17 fev. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, 1999, p. 82-91. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400009>> . Acesso em: 20 ago. 2017.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. *Diversidade sexual e cidadania LGBT*. 2ª ed. São Paulo : IMESP, 2017. p. 48

SILLER et al. Gender differences and similarities in medical students' experiences of mistreatment by various groups of perpetrators. *BMC Medical Education* 17:134. 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.1186/s12909-017-0974-4>>. Acesso em 14 jan. 2018.

SILVA, Patrick L. N. et al. Práticas educativas sobre violência contra a mulher na formação de universitários. *Rev. Bioética*, Brasília , v. 24, n. 2, p. 276-285, ago. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-80422016000200276&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422016000200276&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 11 dez. 2017.

TELES, Maria A.A. *Breve história do feminismo no Brasil*. Editora Brasiliense: São Paulo. 1993.

VALLS, Rosa. *Violencia de Género en las Universidades Españolas*. Plan Nacional Madrid: Instituto de la Mujer. Ministerio de Igualdad. 2008. Disponível em:

<[http://www.uca.es/recursos/doc/unidad\\_igualdad/496106686\\_472011125339.pdf](http://www.uca.es/recursos/doc/unidad_igualdad/496106686_472011125339.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

VALLS, Rosa et al. ¿Violencia de género también en las universidades? Investigaciones al respecto. *Revista de Investigación Educativa*, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 219-231, ene. 2007. Disponível em: <<http://revistas.um.es/rie/article/view/96771>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

VALLS, Rosa et al. Breaking the Silence at Spanish Universities: Findings From the First Study of Violence Against Women on Campuses in Spain. *Violence Against Women*. Vol 22, Issue 13, pp. 1519 – 1539. January 29, 2016. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1077801215627511>> Acesso em: 12 dez. 2017.

VANDERWOERD, James R; CHENG, Albert. Sexual Violence On Religious Campuses. *Canadian Journal of Higher Education Revue canadienne d'enseignement supérieur* Volume 47, No. 2, pages 1 – 21. 2017. Acesso em 14 jan. 2018.

VIDU, Ana et al. Second Order of Sexual Harassment - SOSH. *Multidisciplinary Journal of Educational Research*, 7(1), 1-26. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17583/remie.2017.2505>> Acesso em 11 dez 2017.

VENANCIO, Kelly C. M. P.; FONSECA, Rosa M. G. S. Mulheres trabalhadoras de restaurantes universitários: condições de vida, trabalho e violência de gênero. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo , v. 47, n. 5, p. 1016-1024, out. 2013 . Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420130000500002>>. Acesso em 11 dez. 2017.

VICENTE, Luciana M.; VIERA, Elisabeth M.O conhecimento sobre a violência de gênero entre estudantes de Medicina e médicos residentes. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v.33 (1) : 63 – 71 : 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-55022009000100009>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. 1ª edição. Distrito Federal – Brasília. 2015.

WHO. World Health Organization. Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence, 2013. 57p. Disponível em: <[http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85239/1/9789241564625\\_eng.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85239/1/9789241564625_eng.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2017.

WITTE, Tricia H. et al. Bystander interventions for sexual assault and dating violence on college campuses: Are we putting bystanders in harm's way?, *Journal of American College Health*, 65:3, 149-157, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/07448481.2016.1264407>> Acesso em 14 jan. 2018.

WOOTEN, Sara Carrigan. Revealing a hidden curriculum of Black women's erasure in sexual violence prevention policy, *Gender and Education*, 29:3, 405-417, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09540253.2016.1225012>> Acesso em 14 jan. 2018.

ZOTARELI, Vilma et al. Gender and sexual violence among students at a brazilian university. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.* Recife, 12 (1): 37-46 jan. / mar., 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292012000100004>> . Acesso em: 11 dez. 2017.

# **APÊNDICES**

Tabela 2 - Análise dos artigos nacionais da base Scielo

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
MARIN, J. C.; ARAUJO, D. C. S.; NETO, J.E. O trote em uma faculdade de medicina: uma análise de seus excessos e influências socioeconômicas. <i>Rev. bras. educ. med.</i> , Rio de Janeiro , v. 32, n. 4, p. 474-481, dez. 2008 .  <i>Sc1</i>	SAÚDE (Educação médica)	Verificar a existência de influências socioeconômicas e de gênero nas situações de trote excessivo em uma faculdade de Medicina	“As situações de trote excessivo se confrontam com a importância do trote para a integração dos alunos; este deixa de ser apenas uma brincadeira e se torna um meio de auto-afirmação e hierarquização, ferindo o direito individual do calouro.” (p. 474)	“Os resultados encontrados na pesquisa comprovaram situações de trote excessivo, que indicam a necessidade de mudar o perfil do trote universitário tradicional. Propõe-se mudar suas características de acordo com o programa Trote da Cidadania.” (p. 479)	Física e Psicológica	Questionário quantitativo e análise estatística.	Preventiva
VICENTE, L. M.; VIERA, E. M.O conhecimento sobre a violência de gênero entre estudantes de Medicina e médicos residentes. <i>Revista Brasileira de Educação Médica</i> , v.33 (1) : 63 – 71 : 2009.  <i>Sc2</i>	SAÚDE (Educação médica)	Ter conhecimento sobre violência de gênero e como manejar os casos é fundamental para o profissional e futuros profissionais (estudantes de graduação) de saúde colaborar na quebra do ciclo de violência. (p. 63)	“Este estudo teve por objetivo identificar o conhecimento de alunos de Medicina e de médicos residentes acerca dos aspectos epidemiológicos, éticos e legais da violência de gênero, bem como suas habilidades para identificar e manejar casos.” (p. 63)	“O quadro de violência de gênero só poderá ser mudado se conseguirmos convencer as instituições de saúde a se responsabilizarem por incentivar a notificação dos casos, criando uma rotina para que isso ocorra, atribuindo funções e responsabilidades aos mais variados profissionais da saúde. Também contribuirá oferecer cursos	Física, psicológica e sexual.	Estudo quantitativo, de corte transversal, realizado por meio da aplicação de um questionário.	Paliativa / preventiva

				de capacitação para que os profissionais se conscientizem da responsabilidade ética e legal em que consiste a notificação, assim como incluir o tema nos currículos dos profissionais de saúde.” (p.70)			
PAREDES, J. M. H.; VENTURA, C. A. A. Consumo de álcool y violencia doméstica contra las mujeres: un estudio con estudiantes universitarias de México. <i>Rev. Latino-Am. Enfermagem</i> 2010 May-Jun; 18(Spec):557-64.  <b>Sc3</b>	SAÚDE	Verificar a relação entre o consumo de álcool e a violência doméstica entre mulheres universitárias e seus parceiros íntimos.	Este estudo tem como objetivo geral determinar a ocorrência de violência doméstica contra as estudantes universitárias em uma faculdade do México, e a sua relação com o consumo de álcool pelos parceiros destas mulheres.	Os resultados demonstram o não conhecimento dos seus direitos por mulheres universitárias, mesmo com conhecimento acadêmico. Portanto, o estudo aponta a importância de realizações de ações de conscientização das mulheres no que se refere aos seus direitos, bem como se faz necessário demonstrar as possibilidades de buscar ajuda legal e do Estado em casos de violência.	Física, verbal e sexual.	Estudo descritivo, transversal, quantitativo e exploratório.	Paliativa / preventiva
ZOTARELI, V. et al. Gender and sexual violence among students at a brazilian university. <i>Rev. Bras. Saude Mater. Infant.</i> Recife, 12 (1): 37-46 jan. / mar., 2012	SAÚDE	Violência de gênero e sexual entre estudantes de uma universidade brasileira.	“Avaliar a prevalência de violência de gênero e sexual e sua associação com atitude de gênero e ética e a experiência de sofrer e perpetrar	Os dados que a pesquisa traz é importante ao denunciar a problemática. Porém, no próprio texto é indicado que haja mais pesquisas para ampliar o conhecimento e propor intervenções	Sexual, psicológica e física.	Estudo quantitativo.	Paliativa.

<b>Sc4</b>			violência, entre alunos de uma universidade pública no Brasil.” (p. 37)	para a prevenção de violência de gênero e sexual no campus.			
<p>VENANCIO, K. C. M. P.; FONSECA, R. M. G. S. Mulheres trabalhadoras de restaurantes universitários: condições de vida, trabalho e violência de gênero. <i>Rev. esc. enferm. USP</i>, São Paulo, v. 47, n. 5, p. 1016-1024, out. 2013.</p> <p><b>Sc5</b></p>	SAÚDE	Violência de gênero voltadas as mulheres que trabalham no restaurante da universidade.	<p>“Este estudo proporcionou revelar que a violência de gênero é um fenômeno de grande magnitude entre as trabalhadoras dos restaurantes universitários. [...] O que se verificou foi que a violência perpassa todos os momentos das suas vidas: nos locais onde moram, marcados pela violência urbana; nos lares, pela violência praticada por parceiros de intimidade; no trabalho, primeiro pelo processo de trabalho em si, que é espoliador, e depois pela violência perpetrada pelas chefias, refletida como violência de classe e intragênero. Elas</p>	<p>“Os resultados indicam que a situação exige intervenções imediatas, pautadas principalmente na instrumentalização dessas mulheres e no apoio do Estado e da Universidade para que façam o enfrentamento da violência que sua realidade exige.” (p. 1016)</p>	Sexual, psicológica e física.	Estudo exploratório e descritivo de abordagem quantitativa	Preventiva

			são subalternas em seus momentos produtivo e reprodutivo e esta subalternidade pode estar relacionada a uma maior vulnerabilidade à violência de gênero.” (p. 1023)				
FACURI, C. O. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. <i>Cad. Saúde Pública</i> , Rio de Janeiro, 29(5):889-898, mai, 2013  <i>Sc6</i>	SAÚDE	Serviço universitário que atende vítimas de violência sexual.	“Este trabalho objetivou caracterizar a população de mulheres que sofreram violência sexual, e descrever as características da agressão e do atendimento dispensado em um serviço universitário de referência.” (p. 889)	Descrição do serviço de atendimento as vítimas de violência sexual. Argumentam que as vítimas precisam de uma acompanhamento voltado a saúde mental a longo prazo para que não ocorra futuras sequelas.	Sexual	Estudo quantitativo.	Paliativa.
SILVA, P. L. N. et al. Práticas educativas sobre violência contra a mulher na formação de universitários. <i>Rev. Bioética</i> , Brasília, v. 24, n. 2, p. 276-285, ago. 2016.  <i>Sc7</i>	SAÚDE	Analisar as práticas educativas sobre violência contra a mulher na formação profissional de estudantes universitários. (p. 276)	A maioria dos acadêmicos afirmou não ter estudado violência nos cursos de graduação. Por permitirem o desenvolvimento de habilidades para lidar com mulheres violentadas, as práticas educativas do projeto de	Propõe realizar capacitação de acadêmicos e profissionais de forma multidisciplinar para atuar no atendimento a vítimas de violência na comunidade	Física e psicológica	Estudo qualitativo	Preventiva.

			extensão são significativas para seu aprendizado, contribuindo para a formação acadêmica e profissional, apesar das dificuldades vivenciadas no decorrer dessas atividades. (p.276)				
ESTANQUE, Elísio. A práxis do trote: breve etnografia histórica dos rituais estudantis de Coimbra. <i>Sociol. Antropol.</i> , Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 429-458, ago. 2017  <b>Sc8</b>	Sociologia e antropologia	A prática do trote entre estudantes universitários de Coimbra.	O texto traz um contexto histórico sobre trote, tradição acadêmica, movimento estudantil e submissão nas universidades portuguesas.	Não há.	Física e psicológica	Estudo etnográfico	Não há indicação.

**Tabela 3 - Análise dos artigos internacionais da base Web of Science**

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
<p>SILLER et al. Gender differences and similarities in medical students' experiences of mistreatment by various groups of perpetrators. <i>BMC Medical Education</i> (2017) 17:134 DOI <a href="https://doi.org/10.1186/s12909-017-0974-4">https://doi.org/10.1186/s12909-017-0974-4</a></p> <p><i>WsI</i></p>	Educação Médica	Abuso sofrido por estudantes de graduação em Medicina	Estudos demonstraram que os estudantes de medicina relatam mais maus-tratos em comparação com estudantes de outros programas de estudo e que a prevalência de picos de maus tratos durante o treinamento clínico. Por esse motivo, foi realizado um estudo para avaliar a prevalência de maus tratos entre estudantes de medicina cometidos por vários grupos de pessoas.	As intervenções para reduzir e eliminar o maltrato de alunos não devem ser restritas à universidade, pois houve uma alta prevalência de maus tratos perpetrados por estranhos. Para fazer isso e aumentar a confiança na luta da universidade contra os maus tratos, especialmente para todos os membros da universidade, parece ser necessário tornar mais visíveis as políticas e ações da universidade contra o assédio e o maltrato em geral (por exemplo, políticas publicitárias na frente página do site da universidade, exibindo pastas e cartazes sobre este assunto na universidade, anunciando atividades como palestras e workshops sobre este assunto, treinando pessoal da universidade	Física, psicológica, verbal, sexual, étnica e intergeracional	Quantitativa, através de questionário mapeando porcentagens para dados demográficos e experiências com maus tratos. As comparações grupais foram feitas utilizando o teste U de Mann-Whitney e a análise Qui-quadrado. Neste estudo, o nível de significância foi estabelecido em $\alpha = 0,05$ , o que está de acordo com a maioria dos estudos em ciências sociais e humanas que usam este ponto de corte para dar significado.	Preventiva.

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
				de maneiras não humilhantes para ensinar estudantes). Assim, a universidade tem o dever de representar e proteger todos os funcionários e todos os alunos.			
<p>WOOTEN, Sara Carrigan. Revealing a hidden curriculum of Black women's erasure in sexual violence prevention policy, <i>Gender and Education</i>, 29:3, 405-417, 2017. DOI: <a href="https://doi.org/10.1080/09540253.2016.1225012">https://doi.org/10.1080/09540253.2016.1225012</a></p> <p>Ws2</p>	Educação	<p>Este artigo tem como objetivo desafiar a estrutura pela qual a prevenção de estupro e agressão sexual no ensino superior está sendo constituída pela centralização das experiências das mulheres negras em violência sexual dentro de um quadro de políticas de prevenção e resposta.</p>	<p>Argumenta que os estudos que existem sobre prevenção à violência sexual têm sido discutidos de forma ampla, não há um recorte diante da distinção cultural ou histórica. Portanto, a discussão nacional sobre educação superior demonstra que a identidade racial e étnica das sobreviventes são raramente pontos de análise em relatórios, ou seja, a política de prevenção a violência sexual nos campi universitários se dá a partir da perspectiva das mulheres brancas, neutralizando as demandas específicas das mulheres negras.</p>	<p>No texto é proposto um avanço na política de prevenção a violência sexual ao trazer as especificidades das mulheres negras para o currículo oculto. Além disso, é proposto uma política de prevenção em âmbito federal que inclua as necessidades, perspectivas e vozes da mulheres negras no ensino superior.</p>	Sexual	<p>Revisão de literatura /</p> <p>Análise do discurso, 'três inter-relacionados processos de análise, que estão ligados a três dimensões inter-relacionadas do discurso "(Janks 1997, 329). Os processos analíticos da CDA de Fairclough são: análise ou descrição de texto; processamento de análise ou interpretação; e análise social ou explicação (Janks 1997, 329-330).</p>	Preventiva e paliativa

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
<p>Vidu, A., Valls, R., Puigvert, L., Melgar, P., &amp; Joanpere, M. Second Order of Sexual Harassment - SOSH. <i>Multidisciplinary Journal of Educational Research</i>, Online First, 1-26. 2017. <a href="http://dx.doi.org/10.17583/remie.0.2505">http://dx.doi.org/10.17583/remie.0.2505</a></p> <p>Ws3</p>	Educação	O assédio sofrido por pessoas que apoiam as vítimas de assédio sexual, denominado de Assédio Sexual de Segunda Ordem	A luta contra a violência de gênero requer proteção as vítimas diretas de assédio sexual como também as vítimas de assédio sexual de segunda ordem.	A necessidade de desenvolver ações conjuntas com toda a sociedade para identificar e criar leis e mecanismos sobre o assédio sexual de segunda ordem, para empoderar as sobreviventes e as pessoas que apoiam as vítimas na intenção de erradicar a violência de gênero.	Sexual	Qualitativa	Preventiva e Paliativa
<p>Valerie Halstead, Jessica R. Williams, Karina Gattamorta &amp; Rosa Gonzalez-Guarda. Sexual violence screening practices of student health centers located on universities in Florida, <i>Journal of American College Health</i>, 65:8, 548-557, 2017. DOI <a href="https://doi.org/10.1080/07448481.2017.1351447">https://doi.org/10.1080/07448481.2017.1351447</a></p>	Educação	O objetivo deste estudo é descrever as atuais práticas de triagem de violência sexual de centros de saúde de estudantes localizados em universidades da Flórida.	Este estudo é um primeiro passo para aumentar a compreensão das características variadas da triagem dos serviços universitários de atendimento a violência sexual. Além disso, devido à falta de orientação específica para a triagem de violência sexual, este estudo é o primeiro a aplicar conhecimento sobre as estratégias efetivas de triagem de IPV para o exame das práticas de triagem de	Este estudo fornece informações importantes sobre as práticas atuais de triagem dos serviços universitários de atendimento a violência sexuais localizadas nas universidades da Flórida. Os achados desta pesquisa são recomendados para o fortalecimento dessas práticas, bem como sugestões para futuras pesquisas. A informação aprendida neste estudo é	Sexual	Qualitativa / estudo descritivo	Preventiva e paliativa

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
<i>Ws4</i>			serviços universitários de atendimento a violência sexual.	significativa, pois pode ser usada para ajudar as universidades a responder aos recentes apelos à ação que enfatizam a importância de universidades abordarem de forma abrangente a violência sexual em universidades.			
Christine L. Hackman, Sarah E. Pember, Amanda H. Wilkerson, Wanda Burton & Stuart L. Usdan (2017) Slut-shaming and victim-blaming: a qualitative investigation of undergraduate students' perceptions of sexual violence, Sex Education, 17:6, 697-711 <a href="https://doi.org/10.1080/14681811.2017.1362332">https://doi.org/10.1080/14681811.2017.1362332</a>	Educação	Tem como objetivo compreender melhor as percepções dos estudantes universitários quanto à violência sexual e à intervenção dos espectadores.	Este texto traz a definição de violência sexual, segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças do Estados Unidos, além de trazer também dados sobre a violência sexual nas universidades norte-americanas. O estudo também propõe a trabalhar com a desconstrução de mitos e crenças sobre as vítimas de violência sexual.	Indica a importância em acolher as vítimas de violência sexual sem culpabilizá-las, e também a necessidade de políticas de prevenção para colaborar na mudança da cultura instaurada nos campi universitários sobre a violência sexual.	Sexual	Qualitativa	Paliativa e preventiva
<i>Ws5</i>							
Alison Phipps (Re)theorising laddish masculinities	Educação	Tem o objetivo de iniciar uma	Examina as semelhanças e diferenças entre	O artigo indica mais estudos sobre a temática.	Sexual	Pesquisa bibliográfica	Não há claramente qual abordagem o

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
<p>in higher education, <i>Gender and Education</i>, 29:7, 815-830, 2017 DOI <a href="https://doi.org/10.1080/09540253.2016.1171298">https://doi.org/10.1080/09540253.2016.1171298</a></p> <p><b>Ws6</b></p>		<p>discussão teórica sobre esses debates emergentes sobre masculinidade s machistas no Reino Unido e no exterior, explorando o que já se sabe empiricamente e teoricamente.</p>	<p>machismo na sala de aula e contextos sociais / interpessoais, e explora como essas masculinidades se relacionam com outras formas e são mediadas pela classe, raça, sexualidade e outras categorias de diferenças. Também considera como algumas formas de machismo contemporâneo podem estar ligadas à violência sexual.</p>				<p>texto tem, porém, diante dos estudos colocados existe a afirmação de que a masculinidade machista pode vir a ser uma masculinidade agressora.</p>
<p>James R. Vanderwoerd; Albert Cheng. Sexual Violence On Religious Campuses. <i>Canadian Journal of Higher Education Revue canadienne d'enseignement supérieur</i> Volume 47, No. 2, 2017, pages 1 – 21</p> <p><b>Ws7</b></p>	Educação	<p>Este estudo estima a incidência de violência sexual em campi religiosos usando uma amostra de estudantes de graduação de oito faculdades cristãs privadas em Ontário, Canadá</p>	<p>Este texto contribui para o conhecimento da violência sexual no ensino superior religioso fornecendo estimativas melhoradas para a incidência de violência sexual especificamente entre estudantes em colégios privados e cristãos e universidades.</p>	<p>Indicam que é necessário o comprometimento e posicionamento dos líderes das universidades religiosas diante da violência sexual no campus. Além de indicar que busquem programas de intervenções já realizadas em outras universidades que tenham dado resultados.</p>	Sexual	Quantitativa e revisão de literatura	Paliativa e preventiva
<p>Jacquelyn D. Wiersma-Mosley,</p>	Educação	<p>Este estudo tem o objetivo</p>	<p>A violência sexual nos campi universitários</p>	<p>Este texto traz dos</p>	Sexual	Análise documental / quantitativa	Preventiva e qualitativa

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
<p>Kristen N. Jozkowski &amp; Taylor Martinez (2017) An empirical investigation of campus demographics and reported rapes, <i>Journal of American College Health</i>, 65:7, 482-491 <a href="https://doi.org/10.1080/07448481.2017.1343829">https://doi.org/10.1080/07448481.2017.1343829</a></p> <p>Ws8</p>		de examinar fatores de risco ao nível do campus aos relatos de estupro em universidades usando dados da lei Clery.	continua a ser uma problema generalizado de saúde pública. A preocupação com a violência sexual em campi parece ter se intensificado recentemente, apesar das taxas de violência sexual se manterem consistentemente altas durante décadas. Portanto, o foco deste estudo é examinar o nível de fatores de risco de estupro em campi universitários usando dados da lei Clery.	fatores de risco em perpetrar a violência sexual nos campi universitários, por exemplo, utilização de bebidas alcoólicas, fraternidades masculinas e atléticas que endossam a coerção sexual, hipermasculinidade e dominação masculina. Traz indicações para a prevenção, por exemplo, o engajamento de homens para intervenção direta sob outros homens que perpetram a violência, além de capacitar fraternidades e atléticas para utilizarem seu status social no combate direto a violência.			
<p>Kaitlin M. Boyle, Ashley Barr &amp; Jody Clay-Warner. The Effects of Feminist Mobilization and Women's Status on Universities' Reporting of Rape,</p>	Educação	Aprofundar o debate sobre os efeitos da mobilização feminista e do Estatuto da Mulher sobre o relatório anual de	Existe um grande índice de mulheres que sofreram violência sexual nos EUA, porém existem poucos casos denunciados, em especial, quando se trata de mulheres acadêmicas.	Essas universidades podem ter novos e melhores contatos treinados para sobreviventes que incentivam relatórios individuais e pressionam as universidades a	Sexual	Quantitativa e Qualitativa	Paliativa e preventiva

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
<p><i>Journal of School Violence</i>, 16:3, 317-330, 2017 DOI: <a href="https://doi.org/10.1080/15388220.2017.1318580">https://doi.org/10.1080/15388220.2017.1318580</a></p> <p><b>Ws9</b></p>		violência sexual nas universidades	Portanto, mesmo com as notificações de caso de violência sexual seja expostas nos relatórios anuais por causa da Lei Clery, ainda se entende que o número é maior pela não denúncia.	cumprir a lei. As entrevistas podem revelar melhor como uma presença feminista forma as práticas de relatórios. Também vale a pena explorar como a liderança das mulheres molda iniciativas ou comportamentos de funcionários em torno da prevenção e notificação de estupro.			
<p>Michelle L. Munro-Kramer, Alexandra C. Dulin &amp; Caroline Gaither What survivors want: Understanding the needs of sexual assault survivors, <i>Journal of American College Health</i>, 65:5, 297-305, 2017 <a href="https://doi.org/10.1080/07448481.2017.1312409">https://doi.org/10.1080/07448481.2017.1312409</a></p> <p><b>Ws10</b></p>	Educação	Intervenções alternativas a serem consideradas no desenvolvimento de intervenções baseadas em campus para sobreviventes de agressões sexuais.	A agressão sexual é um crime generalizado em nossos campus universitários e muitos sobreviventes não procuram recursos pós-assalto. Este estudo explorará componentes de intervenções alternativas a serem consideradas no desenvolvimento de intervenções baseadas em campus para sobreviventes de agressões sexuais.	Cinco temas surgiram para considerar intervenções ao futuro ataque sexual no campus :Cultura de cuidados, balcão único, validação, controle de sobreviventes e agência, e confidencialidade. Embora sejam acessíveis e eficazes opções para cuidados pós assédio existem atualmente, os participantes descreveram intervenções futuras alternativas que foram (a) materiais impressos ou (b) baseados em	Sexual	Qualitativa	Preventiva

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
				tecnologia.			
<p>Kaylie T. Allen &amp; Elizabeth A. Meadows The use of vignettes to empower effective responses to attempted sexual assault, <i>Journal of American College Health</i>, 65:4, 250-258, 2017, <a href="https://doi.org/10.1080/07448481.2016.1278376">https://doi.org/10.1080/07448481.2016.1278376</a></p> <p><b>Ws11</b></p>	Educação	O uso de vinhetas para capacitar respostas a tentativa de violência sexual	A violência sexual é um problema da saúde pública com efeitos duradouros sobre as vítimas, inclusive em mulheres que sofreram a agressão nos anos da faculdade, somando um total de 25%. Neste estudo quatro episódios retratam informações de cenários de violência sexual para fornecer respostas educacionais à este quadro.	Ações de intervenções já utilizadas com o foco nos homens, intervenções de espectadores e dicas de prevenção não são suficientes em níveis epidêmicos relacionados a violência sexual nas universidades. O texto indica que a inclusão de episódios de violência sexual existente no campus facilita o entendimento da temática e ajuda na capacitação de mulheres a baixo custo. Além disso, aos funcionários produzirem o próprio material também pode trazer resultados de intervenções.	Sexual	Misto	Preventiva e paliativa
<p>Tricia H. Witte, Deborah M. Casper, Christine L. Hackman &amp; Mazheruddin M. Mulla. Bystander interventions for sexual assault and dating violence on college campuses:</p>	Educação	Buscou investigar o bem-estar dos espectadores que testemunham e intervêm em situações de agressão sexual e	As intervenções de espectadores exigem a maior comunidade social assumir a responsabilidade pela prevenção de relações sexuais violência de assalto e namoro. Esses	Os participantes também completaram medidas padronizadas de transtorno de estresse pós-traumático e depressão. Resultados: Mais de 90% dos participantes relataram ter testemunhado pelo	Sexual	Quantitativa	Preventiva e paliativa

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
<p>Are we putting bystanders in harm's way?, <i>Journal of American College Health</i>, 65:3, 149-157, 2017  <a href="https://doi.org/10.1080/07448481.2016.1264407">https://doi.org/10.1080/07448481.2016.1264407</a></p> <p><b>Ws12</b></p>		namoro em situações de violência no campus	programas visam promover uma cultura de não aceitação de tais comportamentos por aumentar a consciência dos membros da comunidade sobre eles, e seu senso de responsabilidade social para impedi-los. Para dados, vários programas de intervenção de espectadores foi implementado em campi universitários. Esses programas tem alcance no âmbito e método de treinamento.	menos 1 dos eventos de risco que lhes foram apresentados, e aproximadamente 50% relataram intervir em eventos. A intervenção foi associada a sentimentos positivos, mas os sintomas de estresse traumático foram relacionados a eventos de testemunho e a intervenção. Conclusões: os resultados têm implicações diretas para o desenvolvimento de programas de treinamento adequados para programas de intervenção de espectadores em campus universitários.			
<p>Melissa Gilliam, Patrick Jagoda, Erin Jaworski, Luciana E. Hebert, Phoebe Lyman &amp; M. Claire Wilson. "Because if we don't talk about it, how are we going to prevent it?": Lucidity, a narrative-based</p>	Educação	Descrição do desenvolvimento e avaliação de um jogo multimídia interativo, baseado na narrativa, para promover o aprendizado e a comunicação	A violência sexual é cada vez mais reconhecida como um importante problema de saúde pública nos EUA. Em uma pesquisa nacional recente, 19,3% das mulheres nos EUA relataram ter experimentado	Em geral, os participantes do estudo apoiaram positivamente o jogo e relataram interesse em aumentar a conscientização pública e a comunicação em torno de violência sexual e tópicos de saúde, especialmente	Sexual	Qualitativa	Preventiva e paliativa

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
<p>digital game about sexual violence, <i>Sex Education</i>, 16:4, 391-404, 2016  <a href="https://doi.org/10.1080/14681811.2015.1123147">https://doi.org/10.1080/14681811.2015.1123147</a></p> <p><b>Ws13</b></p>		sobre temas de violência sexual e saúde.	tentativa forçada de penetração sexual forçada ou facilitada por álcool (Breiding et al., 2014). A violência sexual afeta desproporcionalmente as mulheres jovens, com 78,7% das violações envolvendo vítimas menores de 25 anos e 40,4% menores de 18 anos (Breiding et al., 2014). Essas descobertas sugerem que abordar a violência sexual desde o ensino médio pode ser fundamental para a prevenção.	na escola. Os participantes desfrutaram a experiência cumulativa e enfatizaram a importância da discussão de antes e pós jogo. Os participantes relataram maior conscientização sobre violência sexual e recursos de saúde disponíveis. Ao jogar e discutir <i>Lucidity</i> também facilitou a reflexão e a comunicação sobre violência sexual. Essas descobertas constituem um argumento forte para o desenvolvimento de jogos como este, a fim de gerar conversas sobre temas de saúde difíceis com pessoas importantes na vida dos jovens, incluindo pais, professores, irmãos, amigos, parceiros românticos e aliados adultos. Em última análise, o jogo conseguiu envolver os jovens e facilitar a comunicação com			

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
				adultos e colegas em relação à violência sexual e aos tópicos de saúde. Os jovens foram levados a pensar sobre a violência sexual em diálogo com os que estavam perto deles. Uma intervenção baseada em jogos como Lucidity representa uma abordagem viável para a introdução de jovens em questões de violência sexual, com potencial para implementação futura em outras configurações.			
López---Francés, I., Viana---Orta, M.I. & Sánchez---Sánchez, B. La equidade de Género em El ámbito universitario: ¿un Reto resuelto? <i>Revista Electrónica Interuniversitaria De Formación Del Profesorado</i> , 19(2), 349---361. 2016. <a href="http://dx.doi.org/10.6018/reifop.19.2.211531">http://dx.doi.org/10.6018/reifop.19.2.211531</a>	Educação	Este estudo faz parte de uma investigação cujo objetivo é fornecer evidências sobre as percepções do corpo estudantil da Universidade de Valência em relação à igualdade e violência de gênero.	O objetivo é avaliar a situação atual dessas dimensões, estabelecendo diferenças e semelhanças baseadas no sexo e no campo do conhecimento para entender o fenômeno em profundidade. Em geral, os resultados revelaram que os alunos percebem que seus professores não estão preocupados ou não valorizam as questões relacionadas à	Propõe incluir treinamento específico para professores nessas matérias (inicial e contínua) na Universidade de Valência em particular e em outras universidades em geral. Este treinamento deve incluir uma auto-reflexão sobre essas questões que os encoraja e uma mudança real em seu sistema axiológico, incorporando como	Física, psicológica, verbal e sexual	Quantitativa e qualitativa	Preventiva e Paliativa

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
<i>Ws14</i>			<p>igualdade de gênero. As diferenças também foram encontradas de acordo com o gênero e alcance do conhecimento sobre a figura do corpo docente universitário e seu trabalho com respeito a essas dimensões. O corpo estudantil da universidade revela a necessidade de seus professores assumirem responsabilidades e integrar as questões relacionadas à igualdade de gênero em suas práticas de ensino de forma real e efetiva.</p>	<p>essenciais os valores da ética cívica e a ética do cuidado, convidando-os a levar essas necessidades a sério.</p>			

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
Jane E. Palmer & Carmine Perrotti. Measuring Self-Reported Sexual Victimization Experiences at One University: A Comparison of Methods, <i>Journal of Student Affairs Research and Practice</i> , 53:4, 403-415, 2016 <a href="https://doi.org/10.1080/19496591.2016.1202119">https://doi.org/10.1080/19496591.2016.1202119</a> <b>Ws15</b>	Educação	O objetivo deste estudo foi comparar as estimativas de vitimização sexual para estudantes do sexo masculino e feminino de dois tipos de pesquisas realizadas pela mesma universidade em 2011 e 2013.	Em 2014, a Força-Tarefa da Casa Branca para proteger estudantes de agressão sexual lançou um relatório com várias recomendações para os campi da faculdade, incluindo encorajar as universidades a realizar pesquisas regulares sobre o clima dos campi. Existem várias vantagens potenciais de uma pesquisa climática de campi regularmente administrada, incluindo a capacidade de medir mudanças na incidência ao longo do tempo e para ajudar as instituições de ensino superior a identificar como devem estar adaptando seus esforços de prevenção e resposta.	Indicam que as universidades precisam atender da melhor forma as vítimas de violência sexual ampliando para o físico e mental, também explicitam que essa pesquisa indica que os administradores das instituições de ensino superior abordem o tema sobre violência sexual de forma mais direta com os estudantes.	Sexual	Quantitativa	Preventiva e paliativa
Elizabeth Quinlan; Allyson Clarke; Natasha Miller. Enhancing Care and Advocacy for Sexual Assault Survivors on Canadian Campuses. <i>Canadian Journal of Higher Education</i>	Educação	O objetivo de Este trabalho é examinar a estrutura existente dos serviços de agressão sexual do campus	A recente cobertura da mídia sobre o câncer de estupro na universidade Saint Mary's, o misógino publicou no Facebook na escola de Dalhousie causando a suspensão da equipe de hóquei da	Recomendações para melhorias, incluindo educação pública serviços de programação e dedicados prestados por profissionais com treinamento e experiência.	Sexual	Qualitativa	Preventiva e paliativa

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
<p><i>Revue canadienne d'enseignement supérieur</i> Volume 46, No. 2, 2016, pages 40 – 54.</p> <p><b>Ws16</b></p>		nas universidades e colégios canadenses, a fim de destacar as melhores práticas e barreiras ao seu sucesso.	Universidade de Ottawa trouxe o tema do campus agressão sexual sob intenso escrutínio público e as contas médias apontam para uma cultura de estupro sistêmica generalizada em campi canadense.				
<p>Dorothy F. Marsil &amp; Corinne McNamara. An examination of the disparity between self-identified versus legally identified rape victimization: A pilot study, <i>Journal of American College Health</i>, 64:5, 416-420, 2016 <a href="https://doi.org/10.1080/07448481.2015.1107838">https://doi.org/10.1080/07448481.2015.1107838</a></p> <p><b>Ws17</b></p>	Educação	Os pesquisadores compararam a vitimização de estupro com base em auto-identificação e a atual definição legal federal, em um estudo piloto de estudantes universitários	A prevalência de experiências sexuais indesejáveis entre estudantes universitários é um problema sério. Aproximadamente, 20% dos estudantes universitários reconheceram ser estuprados. Conjuntamente, essas taxas de prevalência demonstram que a violência sexual representa uma ameaça para muitos estudantes e seu sucesso acadêmico.	Por ser um estudo piloto, com os resultados obtidos é indicado que haja política de prevenção de estupro na universidade e programas de intervenções para melhorar a conscientização e atender às necessidades dos alunos.	Sexual	Quantitativa e qualitativa	Preventiva e paliativa
<p>S. J. Potter, K. M. Edwards, V. L. Banyard, J. G. Stapleton, J. M. Demers &amp; M. M. Moynihan.</p>	Educação	Examinar a eficácia de diferentes métodos (isto é, política na classe, leitura,	Violência sexual é definida como comportamentos que vão desde contato indesejado a violação completa, o	Faculdades e universidades devem usar métodos atraentes para disseminar as políticas voltadas ao tema de violência	Sexual	Quantitativa e qualitativa.	Preventiva e paliativa.

Referência	Área de Conhecimento	Temática	Argumentação	Encaminhamento da problemática	Tipo de violência	Metodologia	Abordagem Paliativa / Preventiva
<p>Conveying campus sexual misconduct policy information to college and university students: <i>Results from a 7-campus study</i>, <i>Journal of American College Health</i>, 64:6, 438-447, 2016.  <a href="https://doi.org/10.1080/07448481.2016.1178122">https://doi.org/10.1080/07448481.2016.1178122</a></p> <p><b>Ws18</b></p>		<p>política na classe, leitura e discussão) para fornecer informações sobre política de má conduta sexual de estudantes em 7 universidades.</p>	<p>crime praticado contra as mulheres é o mais comum e violento cometido nas universidades dos EUA. Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças define violência sexual como "um ato sexual cometido ou tentado por outra pessoa sem consentimento livremente da vítima ou contra alguém que não esteja capaz de consentir ou recusar, por exemplo sob efeito de álcool.</p>	<p>sexual para estudantes. Assim, estes estudantes passam a aumentar seus conhecimentos e desenvolveriam habilidades para que possam ajudar a si, seus amigos ou alguém que não conheçam.</p>			

*Tabela 4: Elementos excludentes e elementos transformadores trazidos pelas pesquisas apresentadas nos textos captados na base Scielo*

<b>Texto / Base Scielo</b>	<b>Elementos excludentes</b>	<b>Elementos Transformadores</b>
<b>Sc1</b>	Trote tradicional.	Trote social.
<b>Sc2</b>	Falta de formação ética, legislativa, epidemiológica.	Proposta de inclusão da temática no currículo dos futuros profissionais.
<b>Sc3</b>	Falta de conhecimento sobre os direitos humanos.	Importância em realizar ações de conscientização das mulheres no que se refere aos seus direitos.
<b>Sc4</b>	Prevalência de violência de gênero e violência sexual entre estudantes universitários.	Importância da denúncia para que futuras pesquisas proponham intervenções e medidas preventivas.
<b>Sc5</b>	A violência de gênero como um fenômeno de grande magnitude entre as trabalhadoras dos restaurantes universitários.	Instrumentalização destas mulheres e reivindicação de apoio do Estado e da Universidade para realizarem o enfrentamento da violência contra as mulheres no âmbito universitário e fora.
<b>Sc6</b>	Serviço universitário de atendimento às vítimas de violência sexual	Indicação de tratamento da saúde mental a longo prazo, para que não ocorra futuras sequelas decorrentes da violência sexual sofrida.
<b>Sc7</b>	Participantes da pesquisa afirma não ter estudado sobre violência no curso de graduação.	Proposta de realizar capacitação de acadêmicos e profissionais de forma multidisciplinar para atuar no atendimento a vítimas de violência na comunidade
<b>Sc8</b>	Prática do trote entre estudantes universitários.	Não há indicação no texto.

Tabela 5: Elementos excludentes e elementos transformadores trazidos pelas pesquisas apresentadas nos textos captados na base Web of Science

Texto / Base Web of Science	Elementos excludentes	Elementos Transformadores
Ws1	Abusos e maus tratos sofridos por estudantes de medicina no estágio clínico,	Indicação de ações e políticas visíveis como: política explícita na página do site da universidade, cartazes e panfletos que trate da temática anunciando paletas e o que fazer em caso de violência, treinamento de pessoal para lidar de maneira não humilhante com os estudantes.
Ws2	A prevenção de estupro e assédio sexual no ensino superior está sendo constituída, sem as especificidades das mulheres por sua raça e etnia.	Proposta de uma política de respostas e prevenção em âmbito federal que inclua as necessidades, perspectivas e vozes das mulheres negras no ensino superior.
Ws3	O assédio sofrido por pessoas que apoiam as vítimas de assédio sexual.	Indicação para desenvolver ações conjuntas com toda a sociedade para identificar e criar leis e mecanismos sobre o assédio sexual de segunda ordem.
Ws4	A falta de orientação específica para a triagem de violência sexual de centros de saúde estudantis	Recomendação para o fortalecimento e melhora dessas práticas de triagem de violência sexual de centros de saúde estudantis.
Ws5	Alto índice de estupro e tentativa de estupro, e a desconstrução de mitos e crenças sobre as vítimas de violência sexual.	Indica a importância em acolher as vítimas de violência sexual sem culpabilizá-las e a necessidade de políticas de prevenção para colaborar na mudança da cultura entre estudantes sobre a violência sexual.
Ws6	Discussão teórica sobre esses debates emergentes sobre masculinidades machistas.	Não há indicação no texto, apenas que haja mais estudos sobre a temática.
Ws7	A falta de reconhecimento da violência sexual no ensino superior religioso.	Proposta de utilizar programas de intervenções já realizadas em outras universidades que tenham dado resultados
Ws8	Relatórios do ano de 2014 sobre violência sexual disponíveis pela lei Clery. Os fatores de risco em perpetrar a violência sexual nos campi universitário. (lei Clery)	Indicações para a prevenção de violência sexual nos campi.
Ws9	A falta de denúncia sobre violência sexual quando se trata de mulheres acadêmicas.	Liderança feminina e política de prevenção à violência sexual.
Ws10	A não procura de recursos pós violência sexual.	Intervenções alternativas no atendimento às vítimas sobreviventes de violência sexual.
Ws11	Algumas medidas de prevenção não são suficientes para trabalhar em grande escala com os níveis epidêmicos relacionados a violência sexual nas universidades.	Indicação de inclusão de vinhetas sobre violência sexual existente no campus pois facilita o entendimento da temática e ajuda na capacitação de mulheres a baixo custo.
Ws12		A necessidade de desenvolvimento de programas de treinamento adequados para programas de <i>bystander interventions</i> em campus universitários.
Ws13		O desenvolvimento e avaliação de um jogo multimídia interativo, baseado na

		narrativa, para promover o aprendizado e a comunicação sobre temas de violência sexual e saúde.
<b>Ws14</b>	Não valorização de estudantes e professores sobre as questões relacionadas à igualdade de gênero.	A formação específica, inicial e continuada, para que os professores tenham um melhor desenvolvimento da temática em suas disciplinas ministradas na universidade
<b>Ws15</b>	Pesquisas realizadas pela mesma universidade em 2011 e 2013 sobre as vítimas de violência sexual.	Indicação de inclusão das vozes de todos os estudantes em suas diversidades para a elaboração e realização da pesquisa.
<b>Ws16</b>	Estrutura dos serviços de atendimento as vítimas de agressão sexual.	Indicação que os programas e políticas voltadas à violência sexual não devem ser implementadas sem avaliações que realmente confirmem suas efetividades.
<b>Ws17</b>	O grave problema a prevalência em experiências sexuais indesejáveis entre os estudantes universitários, 20% dos estudantes reconheceram ter sido estuprados.	Indicação que haja políticas de prevenção de estupro nas universidades e programas de intervenções para melhorar a conscientização e atender as necessidades dos estudantes
<b>Ws18</b>	A eficácia de diferentes métodos para fornecer informações sobre política de má conduta sexual de estudantes.	Indicação de que as universidades devem usar métodos atraentes para disseminar as políticas voltadas ao tema de violência sexual para estudantes.